

RELATÓRIO NACIONAL

Brasil

PESQUISA SOBRE JUVENTUDES NO Brasil

PROJETO

Juventudes Sul-americanas:
diálogos para construção da
democracia regional

EQUIPE NACIONAL

Helena Abramo (coordenação técnica)
Anna Luiza Salles Souto (coordenação)
Regina Facchini (pesquisadora)
Erica Nascimento (colaboração)



RELATÓRIO NACIONAL

Brasil

PESQUISA SOBRE JUVENTUDES NO Brasil

PROJETO

Juventudes Sul-americanas:
diálogos para construção da
democracia regional

EQUIPE NACIONAL

Helena Abramo (coordenação técnica)
Anna Luiza Salles Souto (coordenação)
Regina Facchini (pesquisadora)
Erica Nascimento (colaboração)



REALIZAÇÃO

iBase



APOIO

IDRC  CRDI

ÍNDICE

4	Introdução
9	Perfil geral dos entrevistados: tendências sociodemográficas
20	Condição Juvenil
36	Informação, Sociabilidade e Participação social
53	Opinião e valores
69	Representações da Juventude
77	Questões e Demandas dos jovens
90	Desigualdades e oportunidades
108	Políticas Públicas de Juventude
119	Integração Sul Americana
127	Anotações Finais
134	Bibliografia
136	Anexo I
139	Anexo II

A pesquisa quantitativa sobre as juventudes da América do Sul, da qual se apresenta aqui uma síntese dos resultados referentes ao Brasil, inscreve-se no âmbito do projeto “Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional”, coordenado pelo IBASE e pelo Instituto Pólis e desenvolvido por uma rede de parceiros dos seis países que compõem o espectro da investigação: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

O tema geral da pesquisa está ligado ao reconhecimento e compreensão das demandas juvenis e das possibilidades de sua incorporação à pauta dos direitos e das políticas públicas nessa região, nos marcos do aprofundamento da igualdade e da democracia. A pesquisa quantitativa, que constitui uma das etapas deste projeto, buscou levantar as percepções e opiniões dos brasileiros a respeito da juventude e suas questões.

O questionário aplicado contou com cerca de 50 questões, por meio do qual se levantou uma série de características sociodemográficas que permitem compor o perfil dos entrevistados e as variáveis a partir das quais os dados podem ser interpretados, além dos seguintes blocos de questões: meios de informação, sociabilidade e participação social (investigando se e em que tipos de grupos os entrevistados estão ou estiveram engajados); valores e opiniões manifestados sobre uma série de temas em debate, envolvendo questões comportamentais e políticas; representações sobre juventude, sobre as questões, demandas e mobilizações juvenis; conhecimento e percepções sobre políticas públicas de juventude; relações de integração entre os países da América do Sul.

O universo da mostra foi composto por 3.500 entrevistados/as com mais de 18 anos de idade, dando destaque especial ao estrato jovem, de 18 a 29 anos, em função do objetivo central da investigação. A fim de obter maior consistência e menor erro amostral, decidiu-se representar esse estrato de maneira desproporcional às demais faixas etárias. Desse modo, a pesquisa pode ser lida também comparando o total do grupo de jovens ao total do grupo de adultos, sabendo que cada um dos grupos conta com aproximadamente 50% do total das entrevistas.

O quadro abaixo mostra a distribuição original do universo e a distribuição praticada na mostra:

Distribuição original		Números abs	Percentual
Grupo 1	18 a 29 anos	40.037.536	31,3%
Grupo 2	30 anos ou mais	87.915.892	68,7%
	Total	127.953.428	100,0%

Distribuição desproporcional		Entrevistas	Percentual
Grupo 1	18 a 29 anos	1750	50,0%
Grupo 2	30 anos ou mais	1750	50,0%
	Total	3500	100,00%

Todas as informações foram cruzadas pelas seguintes variáveis, compostas a partir dos dados de perfil fornecidos pelos entrevistados: sexo, cor, raça, religião, situação de moradia (rural/urbano), tamanho do município e região do país em que vivem, nível de escolaridade, renda e situação socioeconômica¹.

A instituição responsável pelo levantamento e cálculo dos dados foi o IBOPE e o trabalho de campo foi realizado no mês de agosto de 2008.

A leitura e análise dos dados colhidos foram feitas com a perspectiva de compreender, principalmente, o que pode caracterizar a juventude como uma categoria e uma geração. Há traços que permitem caracterizar a juventude como um período de vida singular, a partir da identificação da conformação familiar, atividades e modos de inserção social? Há traços que indiquem hábitos, atitudes e experiências que permitam falar em diferenças geracionais e tendências culturais?

Interessou, também, acrescentar informações às já existentes para tentar aprofundar a compreensão a respeito das diferenças e desigualdades que atravessam a juventude brasileira, ao mesmo tempo que buscando observar o que as unifica frente a outras clivagens. Principalmente nos interessou verificar de que modo essas diferenças modulam (ou não) valores e opiniões a respeito dos temas aqui tratados, principalmente aqueles que dizem respeito às demandas da juventude.

O Instituto Pólis, responsável pela seção brasileira desse projeto, tem Helena Abramo como consultora técnica e com ela compartilha a análise das informações mapeadas ao longo das distintas fases da investigação.

¹ Para estruturar essa última variável, foram compostos, a partir de uma série de informações colhidas na pesquisa, três faixas de Indicadores Sócio Econômicos (ISE). Ver anexo.

No relatório que se segue, não faremos a descrição detalhada de todas as informações segundo todas as variáveis, apenas descreveremos aquelas que indicarem as diferenças mais significativas ou inusitadas, dando destaque, sempre, para a análise das similitudes ou diferenças etárias, uma vez que um dos interesses centrais desse levantamento foi o de investigar a existência de diferenças geracionais que possam dar pistas a respeito das características diferenciadas da juventude brasileira.

2

PERFIL DOS ENTREVISTADOS: TENDÊNCIAS SOCIODEMOGRÁFICAS²

O Brasil conta, atualmente, segundo projeções da PNAD (2007), com uma população de 183.987.291, sendo que 131.251.000 com mais de 18 anos de idade (70% do total). O ritmo de crescimento da população vem decaindo há já mais de 3 décadas, devido à queda da taxa de fecundidade; mas o peso da população juvenil, embora menor que em outros períodos, é ainda bastante grande: são 40 milhões de jovens entre 18 e 29 anos, representando 21,1% da população total.

Não há, ainda, no país, marcos legais para a definição da faixa etária da população considerada jovem, como há para a infância e a adolescência³; há uma variação grande entre as diferentes instituições de pesquisa e atuação na definição deste arco etário. Na pesquisa que aqui apresentamos, a população jovem foi considerada como aquela que vai dos 18 aos 29 anos de idade, uma vez que é a referência atualmente adotada pelo governo federal para a formulação das leis que estabelecem as medidas relativas à institucionalidade das políticas de juventude.

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO, COR E RELIGIÃO

Há, na distribuição da população brasileira, um pequeno predomínio de mulheres, que aparece nas faixas etárias posteriores aos 20 anos e se acentua com a idade. Na população juvenil, esse desequilíbrio fica em torno de dois por cento; entre os entrevistados na pesquisa que aqui se relata, 51% dos jovens são mulheres e 49% são homens. No total, as mulheres representam 53% da mostra.

² Nesse capítulo apresentaremos os dados do perfil da mostra confrontados com informações e análises presentes em outros estudos, principalmente os dados dos Censos e das PNADs do IBGE. No Anexo II apresentamos de forma sucinta os dados gerais da mostra, sem comentários.

³ O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) define a infância entre os 0 e 12 anos de idade e a adolescência entre os 12 e 17 anos e 11 meses.

TABELA 1 – FAIXAS ETÁRIAS POR SEXO

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVEM 18 a 29 anos	ADULTO 30 anos e mais
Masculino	1649	234	95	207	357	307	218	231	536	1113
%	47,1	48,8	51	48,1	47,3	46,7	47	43,8	48,9	46,3
Feminino	1851	245	91	223	398	351	246	297	559	1292
%	52,9	51,2	49	51,9	52,7	53,3	53	56,2	51,1	53,7

Os dados demográficos levantados pela PNAD indicam que quase metade (49,4%) da população brasileira se declara branca, enquanto a outra metade se distribui da seguinte maneira: 42,3% de pardos; 7,5% de pretos; 0,3% de indígenas⁴. Os amarelos (asiáticos e orientais) representam 0,5% da população brasileira.

Na pesquisa realizada, temos uma porcentagem menor de pessoas que se declaram brancas que no levantamento da PNAD (42,3% do total), ao passo que a porcentagem daqueles que se declaram pretos dobra: 13,6% nessa pesquisa, contra 7,5% na PNAD. Cabe notar que o percentual de amarelos cresce (mais que triplica) na nossa pesquisa em relação aos dados do IBGE: 1,8% dos entrevistados se declarou de origem asiática oriental. Também é maior a porcentagem dos que se declaram indígenas, chegando a 1,7%⁵.

Essas diferenças se acentuam no estrato juvenil: a porcentagem dos que se declaram brancos cai para 37,5%, e aumenta principalmente o grupo daqueles que se declaram pretos, que chega a 16,2%. Isso pode estar indicando uma tendência de transformação cultural na sociedade brasileira, representada por uma maior potencialidade para a auto-afirmação racial diferente da de “branco”.

Se observarmos as diferentes coortes geracionais, veremos que é maior a porcentagem dos que se definem como pretos quanto mais jovem a faixa etária. Essa mudança já foi observada também em outros estudos, como em Corrochano et alli, que arrisca a hipótese de um “reflexo da crescente visibilidade da importância da questão racial no país e das políticas afirmativas, que estimulam sobretudo os mais jovens a identificarem-se como negros”⁶. Podemos acrescentar também a possibilidade de que os movimentos culturais de jovens negros, que ganharam importância no país nos anos 90, tenham contribuído para a ampliação da autovalorização desse segmento.

⁴ Segundo os dados da PNAD 2007.

⁵ Devido à baixa incidência estatísticas desses dois grupos (asiáticos e indígenas), eles foram reunidos numa mesma categoria, intitulada “outros”, para processar a análise das variáveis. Os pretos e pardos são analisados reunidos na categoria “negros” e os brancos compõem uma categoria à parte.

⁶ Corrochano et alli, 2008.

TABELA 2 – COR POR FAIXAS ETÁRIAS

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVEM 18 a 29 anos	ADULTO 30 anos e mais
Branca	1480	174	79	158	310	288	214	257	411	1069
%	42,3	36,3	42,3	36,9	41,1	43,7	46,2	48,7	37,5	44,5
Moreno/ Parda	1409	205	67	183	312	259	189	194	455	954
%	40,3	42,8	35,9	42,6	41,3	39,4	40,8	36,7	41,5	39,7
Preta	477	74	33	70	103	88	52	56	177	299
%	13,6	15,4	17,8	16,3	13,6	13,3	11,2	10,7	16,2	12,4
Asiático/ Oriental/ Amarela	63	11	4	10	12	12	1	12	25	38
%	1,8	2,2	2,3	2,3	1,6	1,9	0,3	2,3	2,3	1,6
Indígena	59	15	3	6	14	8	5	8	23	36
%	1,7	3,1	1,3	1,3	1,8	1,3	1,2	1,6	2,1	1,5
NR/NS	12	1	1	3	4	3	1	0	4	8
%	0,3	0,1	0,3	0,5	0,6	0,4	0,3	0	0,4	0,4

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Com relação à **religião**, a maioria dos entrevistados se afirmou como católica; outros 20%, evangélicos e protestantes, na maior parte (13,6%) evangélicos pentecostais. As demais religiões (espíritas - kardecistas ou de mesa, afrobrasileiras, adventistas, orientais, testemunhas de Jeová, judaicas) foram, para fins de análise dos dados, reunidas na categoria “outros”; e o quarto grupo juntou os que se declaram ateus ou sem religião com os que não responderam à questão.

A distribuição da filiação religiosa também parece estar conhecendo variações geracionais. Entre os jovens, é um pouco menor que entre os adultos a porcentagem de católicos (62% dos jovens e 67% dos adultos) e de evangélicos pentecostais (11,4% dos jovens e 14,6% dos adultos); é maior, contudo, a porcentagem daqueles que dizem ter fé mas não uma religião (11% dos jovens e 5% dos adultos) e daqueles que se dizem ateus ou sem religião (3,5% dos jovens e 2,1% dos adultos) - nesses dois casos, observa-se que a porcentagem é maior quanto mais jovem a faixa etária.

Essas tendências já haviam sido verificadas em pesquisas anteriores: Regina Novaes já apontava, comentando os resultados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira⁷, que as escolhas religiosas das novas gerações não são feitas tomando como referência

⁷ Pesquisa realizada em 2003 com 3.500 jovens entre 15 e 24 anos. Ver em Novaes, Regina (2005).

apenas a família, incidindo também nesse caso a disponibilidade para a experimentação característica da juventude (“são os jovens os que mais transitam entre vários pertencimentos em busca de vínculos sociais e espirituais”⁸).

TABELA 3 – RELIGIÃO POR FAIXAS ETÁRIAS

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVEM 18 a 29 anos	ADULTO 30 anos e mais
Católico	2281	288	114	274	472	426	317	390	677	1605
%	65,2	60,2	61,1	63,8	62,5	64,6	68,3	74	61,8	66,7
Evangélico pentecostal	475	56	15	54	108	100	69	73	125	350
%	13,6	11,8	8,1	12,5	14,4	15,2	14,8	13,8	11,4	14,6
Protes. ou Evang. não pentecostal	248	34	13	34	54	47	36	32	81	167
%	7,1	7,2	6,7	7,9	7,1	7,1	7,7	6	7,4	7
Espírita	68	7	11	8	18	11	10	4	25	43
%	1,9	1,4	5,7	1,7	2,4	1,7	2,1	0,8	2,3	1,8
Afro-brasileira	27	3	2	3	8	5	1	4	8	19
%	0,8	0,7	1	0,6	1,1	0,8	0,3	0,8	0,7	0,8
Adventista	14	2	1	1	1	3	4	1	4	10
%	0,4	0,4	0,7	0,3	0,2	0,4	0,9	0,3	0,4	0,4
Orientais	11	1	1	1	1	5	1	0	3	8
%	0,3	0,1	0,3	0,3	0,2	0,8	0,3	0	0,2	0,3
Testemunha de Jeová	9	1	0	2	0	1	1	3	3	5
%	0,2	0,3	0	0,4	0	0,2	0,3	0,5	0,3	0,2
Judaica	3	0	0	1	1	0	0	0	1	1
%	0,1	0	0	0,3	0,2	0	0	0	0,1	0,1
Sem religião	88	23	6	11	27	16	3	3	39	49
%	2,5	4,7	3	2,5	3,6	2,5	0,6	0,5	3,5	2,1
Tem fé, mas não tem religião	246	58	24	38	54	43	18	12	120	126
%	7	12,2	12,8	8,7	7,1	6,5	3,8	2,3	10,9	5,3
Não sabe	19	4	1	3	5	0	3	4	7	12
%	0,5	0,8	0,3	0,6	0,7	0	0,6	0,8	0,6	0,5
Sem resposta	11	1	1	1	4	1	1	1	3	8
%	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Total	3500	479	187	430	755	659	464	527	1095	2405
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

⁸ Novaes, 2005, pg. 271.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MOBILIDADE ESPACIAL

A porcentagem da população brasileira que vive no campo vem diminuindo progressivamente: em 2000, o Censo apontava uma distribuição de 81% da população em área urbana e 19% em área rural; o levantamento da PNAD de 2007 indica uma queda para 15% da população residente no campo. Não há diferenças significativas nessa relação segundo a população adulta e os jovens: os jovens brasileiros que vivem no campo são, portanto, minoritários em relação aos jovens urbanos, mas totalizam numericamente um segmento bastante expressivo, de cerca de 6 milhões de pessoas. Na pesquisa realizada, a porcentagem de jovens residentes no campo representa 14% da população jovem entrevistada.

É preciso, porém, ao considerar os dados sobre a “juventude rural”, levar em conta alguns alertas que os estudiosos têm levantado, no sentido da dificuldade de precisar o que pode, na conjuntura atual, ser considerado como população do campo: uma das questões vem do fato de que o critério usado pelo Censo é o de tomar a população residente nos municípios que se definem como área rural, sem levar em conta que parte dessa população vive em aglomerados com características urbanas e, vice-versa, parte da população de municípios considerados urbanos vive em situação rural. A outra é que tem sido constatado um número crescente de pessoas, principalmente de jovens, que realiza um trânsito bastante intenso entre a vida rural e urbana, seja morando no campo e estudando ou trabalhando na cidade, seja morando na cidade e trabalhando no campo, ou ainda, alternando períodos curtos de vida na cidade e no campo. Desse modo, é preciso levar em conta, como nos avisa Maria José Carneiro⁹ que a “juventude rural se apresenta como uma categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea”, assim como a juventude urbana, e a comparação entre essas duas situações da juventude brasileira serve mais para levantar pistas a respeito de certas desigualdades que diferenciam internamente essa coorte geracional.

Por outro lado, as comparações entre a juventude e a população adulta do meio rural pode trazer algumas pistas importantes a respeito das transformações que se operam, como por exemplo “a intensificação entre os universos sociais do campo e da cidade”, que afetam principalmente as faixas mais jovens da população rural (Carneiro, 2005).

MIGRAÇÃO E MOBILIDADE

A porcentagem de entrevistados que mudou, de cidade ou local de residência, nos últimos cinco anos, é de 14%. Os jovens mudaram mais que os adultos: 18,8% do segmento juvenil experimentou essa mobilidade, ao passo que experiências semelhantes ocorreram com apenas 11,6% dos adultos. Essa mobilidade é, contudo, em grande medida entre situações urbanas: entre os jovens que mudaram, em 80% dos casos foi de uma cidade para outra. Apenas 13% se mudaram do meio rural para o urbano.

⁹Carneiro (2005)

TABELA 4 – MUDANÇA DE SITUAÇÃO DE MORADIA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

	TOTAL	JOVEM	ADULTO
Sim	485	206	279
%	13,9	18,8	11,6
Não	3015	889	2126
%	86,1	81,2	88,4

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

O tipo de migração está, evidentemente, relacionado à condição social: a migração típica, do meio rural para o urbano ou outras mudanças envolvendo o meio rural é mais significativa entre os jovens com menor escolaridade e que vivem em famílias com pior situação socioeconômica; já a migração para outros países tem características opostas, ocorrendo apenas entre os jovens de melhor situação econômica, com nível superior de ensino.

Isso pode ser observado através dos seguintes dados: enquanto a porcentagem de jovens da faixa A/B que fez mudanças entre área rural e urbana é de 9% (7% da rural para urbana e 1,8% da urbana para a rural), na faixa D/E esta mobilidade atinge cerca de 30%. Entre esses, 12,5% mudou da área rural para a urbana, 6,3% de área rural para outra área rural e 9,4% de área urbana para a rural. Esse último dado (a migração da área urbana para a rural), que parece surpreendente, pode tanto indicar um retorno ao local de origem após a tentativa fracassada de viver na cidade, como também pode ser um indício desse trânsito entre a vida rural e urbana identificado pelos pesquisadores, como já citamos acima. Por outro lado, mudanças de país se observam apenas entre os jovens da faixa A/B, e mesmo assim pode-se dizer que esse tipo de ocorrência é muito pequena, atingindo menos de 4% dos jovens mais ricos que mudaram sua situação de domicílio nos últimos cinco anos.

TABELA 5 – PÓLOS DE MUDANÇA POR ISE, EM PORCENTAGEM

Base: os que se mudaram nos últimos 5 anos

	Total	Índice Socioeconômico					
		A/B		C		D/E	
		Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
De uma cidade para outra cidade	77,9	87,5	84,5	77,8	77,1	71,9	67,7
Da área rural para a área urbana (Do campo p/a cidade)	12,5	7,1	6,9	17,0	14,5	12,5	14,5
Da área rural para outra localidade da área rural	2,6		1,7	0,7	3,6	6,3	4,8
Da área urbana para a área rural	4,5	1,8	1,7	4,6	3,6	9,4	8,1
Para outro país	1,4	3,6	3,4				1,6
Não sabe	0,8				1,2		3,2
Sem resposta	0,3		1,7				

Pesquisa Juventudes Sul-americanas - IBASE/PÓLIS 2008

A diferença social se reflete também ao observar a variável de nível de escolaridade. No conjunto dos entrevistados, a mobilidade cresce conforme aumenta a escolaridade: é de 11,6% entre os que não foram além de 4 anos de estudo e de 14,8% entre os que têm nível superior de ensino. Mas entre os de menor escolaridade (EF1) chega a 20% os que se mudaram do meio rural para o urbano, porcentagem que é de apenas 6,6% entre os que têm nível universitário; ao contrário, as mudanças de país então concentradas na categoria dos que têm ensino superior.

TABELA 6 – MUDANÇA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Base: os que se mudaram nos últimos 5 anos

	TOTAL	FUNDAMENTAL 1 parte	FUNDAMENTAL 2 parte	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR OU MAIS
Mudou	13,9	11,6	14,9	16,3	14,8
De uma cidade para outra cidade	77,9	68,4	75,5	89,2	82,7
Da área rural para a área urbana	12,5	19,9	10,6	7,7	6,4
Da área urbana para a área rural	4,5	6,6	5,3	1,3	4,3
Da área rural para outra localidade da área rural	2,6	4,3	3,1	0,4	2,3
Para outro país	1,4	0,0	1,8	1,4	4,3
Não sabe	0,8	0,8	2,5	0,0	0,0
Sem resposta	0,3	0,0	1,2	0,0	0,0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

RENDA FAMILIAR

A desigualdade de renda é muito pronunciada no Brasil (uma das maiores do mundo), e suas implicações ficam visíveis no perfil dos entrevistados dessa pesquisa. Quase um quarto dos entrevistados vive em famílias que têm que se sustentar com uma renda total de até R\$ 480,00 (cerca de um salário mínimo), enquanto apenas 1/5 tem uma renda familiar mensal superior a R\$1600,00. O estudo do IPEA sobre juventude brasileira publicado em 2008 afirma que 31,3% dos jovens brasileiros “podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até ½ salários mínimos” (por volta de R\$ 230,00), enquanto apenas 8,6% pertencem a famílias com renda domiciliar *per capita* superior a 2 salários mínimos¹⁰.

¹⁰ Castro e Aquino 2008, pg.25.

TABELA 7 – RENDA FAMILIAR POR SEXO E IDADE, EM PORCENTAGEM

	TOTAL	SEXO		IDADE	
		MASCULINO	FEMININO	JOVEM	ADULTO
Até 160 reais	2	1,1	2,7	2	1,9
de 160 a 480,00	21,8	19	24,2	19,6	22,8
De 481 a 800 reais	21,4	20,6	22,1	22,3	21
de 801 a 1600	30,3	32,7	28,2	30,4	30,2
1600 e mais	20,2	22,9	17,8	21,4	19,7
Não sabe	2,5	2	2,9	3,5	2,1
Sem resposta	1,9	1,7	2,2	0,9	2,4

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

É possível observar que a população juvenil não se encontra, com relação a esse fator, em situação de maior precariedade que os adultos, ao contrário do que acontece com o segmento das crianças, que tem uma maior concentração em famílias de baixa renda. Isso se deve, pelo menos em parte, ao momento do ciclo de vida familiar: de modo geral, nas classes trabalhadoras, o momento em que as famílias têm filhos pequenos é também o de maior dificuldade de contar com recursos mais estruturados; muitas vezes a questão da moradia ainda não está resolvida e as mulheres adultas saem do mercado de trabalho, diminuindo os ingressos para compor a renda familiar. Quando os filhos crescem e ingressam no mundo do trabalho, antes de sair de casa, aumenta o número daqueles que contribuem para compor a renda da família.

É notório, porém, que a desigualdade de renda está associada a outras, compondo correlações muito fortes, como aquelas relativas a cor ou etnia, escolaridade, situação do domicílio. Os dados dessa pesquisa apontam que há maior concentração de negros nas famílias de mais baixa renda, enquanto há uma maior proporção de brancos com um nível de renda familiar mais alta. Essa diferença se acentua no segmento juvenil, sendo que a possibilidade de viver em famílias com maior nível salarial é bem maior para os jovens brancos que para os jovens negros: há quase o dobro de jovens brancos em relação a seus coetâneos negros vivendo em famílias com renda superior a R\$1600,00 (30,5% a 16,5%), enquanto que no caso dos adultos essa diferença é de 11 pontos percentuais (26,5% dos adultos brancos e 15,5% dos adultos negros). Os dados da PNAD analisados pelo IPEA também apontam no mesmo sentido: “os jovens pobres são majoritariamente não-brancos (70,3%), enquanto os jovens brancos são 77,7% dos não-pobres”¹¹.

A escolaridade é muito claramente associada ao nível de renda: enquanto mais de 1/3 dos que tem menos de 5 anos de estudo vivem em famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo (até R\$480,00), a parcela com esse mesmo nível de renda vai diminuindo a cada faixa de escolaridade, até chegar a 11% entre os que têm ensino

¹¹ Castro e Aquino, 2008, pg.26.

superior ou mais. Vemos que mais da metade dos entrevistados com grau superior de ensino vivem em famílias que partilham a faixa de renda mais alta (R\$ 1600,00 e mais), enquanto que apenas 8,8% dos que estudaram apenas até 4 anos têm esse nível de renda familiar.

TABELA 8 – RENDA FAMILIAR POR ESCOLARIDADE E RAÇA, EM PORCENTAGEM.

	ESCOLARIDADE					RAÇA		
	TOTAL	EF 1	EF 2	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR OU +	BRANCA	NEGRA	OUTROS
Até 160 reais	2	3,3	1,7	0,7	0,3	1,2	2,6	1,9
De 161 a 480 reais	21,8	33,5	21,5	11	2,6	17,2	25,9	12,3
De 481 a 800 reais	21,4	25,6	24,2	18,2	7,6	17,1	24,1	31,4
De 801 a 1.600 reais	30,3	24,8	34,4	38,4	25,3	33,3	28	29,1
1.602 e mais	20,2	8,6	15,1	26,4	58,4	26,1	15,4	20,5
não sabe	2,5	2,8	1,5	2,9	2,5	2,9	2,1	3,4
NR	1,9	1,5	1,6	2,3	3,3	2,1	1,8	1,5

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A pobreza, quando medida exclusivamente em termos de renda, é muito mais pronunciada no campo que na cidade: metade dos entrevistados do meio rural, inclusive os jovens, vive em famílias com renda inferior ou igual a R\$ 480,00. Cabe reparar porém que, assim como na cidade, no campo uma parcela um pouco maior de jovens que adultos (nos dois casos uma diferença de dois pontos percentuais) têm uma renda familiar mais confortável. A diferença entre os jovens urbanos e os do campo continua no entanto muito grande: cerca de 3 vezes mais jovens da cidade estão na faixa superior de renda. Segundo o estudo do IPEA de 2008, o meio rural concentra 29,5% dos jovens pobres do país¹².

TABELA 9 – RENDA FAMILIAR E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, EM PORCENTAGEM

	Urbano		Rural	
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
Até R\$160	1,3	1,5	7,2	5,2
R\$160 a 480	16,9	20,3	42,4	45,8
De 481 a 800 reais	23,1	21,9	24,6	22,3
De 800 a 1600 reais	34,1	33,5	17,8	20,5
Mais de 1600 reais	24,7	22,9	8,0	6,0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

¹¹ Castro e Aquino, 2008, pg.27.

ESCOLARIDADE

Uma das diferenças geracionais mais importantes reside no grau de escolarização, que se apresenta crescentemente maior entre os mais jovens: a população juvenil apresenta níveis significativamente maiores de escolaridade que a adulta, o que se evidencia em todos os itens observados, do grau de analfabetismo à porcentagem de pessoas que chegam ao nível universitário.

TABELA 10 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS, EM PORCENTAGEM

ESCOLARIDADE	TOTAL	JOVENS	ADULTOS
Não sabe ler e escrever (analfabeto)	12,5	2,9	16,8
Sabe ler/escrever, mas não cursou escola	1,4	0,4	1,9
1ª parte do ensino fundamental incompleto (1ª até 3ª série)	10,2	3,4	13,2
1ª parte do ensino fundamental completo (até 4ª série)	18,3	11,4	21,4
2ª parte do ensino fundamental incompleto (5ª até 7ª série)	11,3	12	11
2ª parte do ensino fundamental completo (até 8ª série)	9,8	12	8,8
Ensino médio incompleto (1ª e 2ª série)	7,8	15,4	4,3
Ensino médio completo (até 3ª série / vestibular)	17,1	27,9	12,2
Superior incompleto	5,7	10,9	3,3
Superior completo	4,9	3,2	5,7
Pós graduação, mestrado, doutorado (completo ou incompleto)	1,1	0,5	1,4

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Comparada à dos adultos, é pequena a porcentagem de jovens analfabetos (2,9%), embora isso represente um contingente nada desprezível de jovens em situação bastante grave de exclusão. As taxas de analfabetismo, embora ainda grandes no país, têm caído fortemente entre as novas gerações, como mostram os dados censitários¹³. Pelos dados dessa pesquisa, quanto mais jovem a faixa etária, maior a proporção dos que sabem ler e escrever um bilhete simples: cai de 99% entre os que têm de 18 a 22 anos para 64% dos que têm mais de 60 anos.

Também é bastante diferente a proporção dos que não terminaram pelo menos o primeiro ciclo do ensino fundamental: entre os jovens, fica em torno dos 5%, mas entre os adultos sobe para mais de 30%. Essa diferença se mantém com relação aos que chegaram ao Ensino Médio: 43,5% dos jovens contra 16,5% dos adultos.

Mas apesar dessa vantagem geracional, a situação escolar da juventude brasileira ainda é muito precária, mantendo-se alta a porcentagem de jovens que interrompe os estudos antes mesmo da escolarização básica: mais da metade dos jovens não termina o Ensino Médio (57%), e é menor que 15% a parcela dos que chegam à Universidade.

As desigualdades educativas se combinam, como já vimos acima, com as desigualdades de renda e de situação domiciliar: o número de analfabetos é mais que o dobro no meio rural (25,9%, contra 10,4% no meio urbano), sendo que essa proporção se inverte ao comparar a parcela daqueles que completaram o Ensino Médio: no campo, 8,8% dos entrevistados, ao passo que na cidade sobe para 18,5%.

As desigualdades de renda são ainda mais pronunciadas: o número de analfabetos entre os entrevistados da faixa mais baixa de renda chega a quase um quinto desse segmento; enquanto não chega a um quarto (23,8%) a parcela dos entrevistados vivendo em famílias com renda superior a R\$1600,00 que não chegou a completar o Ensino Fundamental (oito anos de estudo), entre os que vivem com uma renda familiar igual ou menor a R\$ 480,00 a incompletude do ensino fundamental é a realidade para mais de três quartos (78%) desse segmento. No mesmo sentido, quadruplica, entre a primeira e a última faixa de renda, a porcentagem dos que terminam o Ensino Médio, e pode-se dizer que o Ensino Superior se mantém quase inacessível para os que vivem nas famílias mais pobres: apenas 1,4% dos que vivem em famílias com renda até R\$ 480,00 chegou ao Ensino Superior.

Também pode ser observada nos dados dessa pesquisa a desigualdade racial manifestada nos níveis de escolaridade: a proporção de analfabetos, que entre os brancos é de 10,6%, sobe para 14,5% entre os negros; e enquanto a proporção de brancos que chega à universidade é de 16,5%, entre os negros não chega a 8%. Como descreve o estudo de Corrochano *et alli*, analisando também os dados da PNAD 2006: "... a exclusão escolar ainda atinge de modo mais intenso os jovens negros, o que se revela tanto pelo seu predomínio entre os que não concluíram o ensino fundamental (44,6% contra 26,6% dos brancos), quanto pela menor parcela daqueles que não conseguiram concluir o ensino médio (20,8% contra 24,9% dos brancos)"¹⁴.

¹³ Os dados da PNAD apontavam, em 2006, taxas de analfabetismo de 2,8% entre jovens de 18 a 24 anos e de 4,7% entre jovens de 24 a 29 anos, enquanto no segmento dos idosos (população de mais de 60 anos), a taxa sobe para 30,0%. Ver em Castro e Aquino 2008. Os que nunca frequentaram a escola são, segundo os dados da PNAD, 3,7% do segmento de 18 a 24 anos e 5,1% do segmento de 25 a 29 anos; saltando para % entre os adultos.

¹⁴ Corrochano et alli, 2008, pg.16.

TABELA 11 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR RENDA, EM PORCENTAGEM

ESCOLARIDADE	TOTAL	RENDA - até R\$ 480,00	RENDA - de R\$ 481,00 a R\$ 800,00	RENDA - de R\$ 801,00 a R\$ 1600,00	RENDA - R\$ 1601,00 ou MAIS
Não sabe ler e escrever (analfabeto)	12,5	26	14	7,8	3,3
Sabe ler/escrever, mas não cursou escola	1,4	2,5	1,1	1,6	0,2
1ª parte do ensino fundamental incompleto (1ª até 3ª série)	10,2	13,4	13,3	9	3,7
1ª parte do ensino fundamental completo (até 4ª série)	18,3	23,6	22,3	16,4	10,7
2ª parte do ensino fundamental incompleto (5ª até 7ª série)	11,3	12,5	13,8	12,8	5,9
2ª parte do ensino fundamental completo (até 8ª série)	9,8	8,1	10,1	11,2	9,9
Ensino médio incompleto (1ª e 2ª série)	7,8	5,8	8,5	8,5	7,8
Ensino médio completo (até 3ª série / vestibular)	17,1	6,5	12,7	23	24,7
Superior incompleto	5,7	1,1	2,9	5,8	13,2
Superior completo	4,9	0,3	1,1	2,9	17
Pós graduação, mestrado, doutorado (completo ou incompleto)	1,1	0	0,2	1	3,5

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Apesar da falta de precisão e consenso sobre “o que define a condição juvenil”, muito do debate se faz em torno do caráter e dos marcos da transição para a vida adulta, considerada um dos processos mais significativos dessa etapa da vida. De um modo geral, os elementos analisados, tomados como marcos dessa transição, são: a conclusão da formação escolar; a inserção na vida produtiva; a independência e autonomia em relação à família de origem, e constituição de nova família, normalmente associada ao estabelecimento de domicílio próprio, ao casamento e nascimento do primeiro filho.

Embora muitos apontem as limitações de se tomar a noção de transição como definidora a condição juvenil, pelo que pode obscurecer desvalorizar os conteúdos próprios (e não definidos apenas pelo que já não se é e pelo que ainda não se chegou a ser) dessa condição, tal dimensão ainda permanece central para o entendimento dos processos que constituem a vivência dessa etapa da vida. Mesmo no debate mais recente, esta noção permanece com força de definição. O estudo organizado por Camarano em 2006¹⁵, que tem justamente o objetivo de avançar na compreensão dos significados e marcos diferenciais dessa transição na atual conjuntura histórica, remete à idéia do período da juventude como um estágio transicional, no qual os indivíduos têm autonomia parcial diante de suas famílias de origem, estando aptos para certos atos ao mesmo tempo que dependentes em outros; vivendo um processo de preparação para a vida adulta, ao mesmo tempo que tomando decisões e iniciando trajetórias de inserção na vida adulta que, entre outros elementos, incluem a formação educacional e a atividade laboral.

Muitas outras ressalvas têm de ser agregadas ao se lidar com essa conceito, todas já bastantes debatidas na literatura recente, além daquela anotada no parágrafo acima, que chama a atenção para o fato de que a juventude tem de ser vista como etapa significativa por si mesma e não apenas como decorrência das experiências vividas na infância ou pelo que implicam de conseqüências para a vida adulta. Em primeiro lugar, já há bastante tempo se assinala a importância de considerar a extensão dessa etapa da vida, que desautoriza a pensar na transição como uma mera “passagem”. Com peso crescente, as mudanças na organização social produzem alterações significativas na seqüência dos eventos, e mesmo no seu significado como marcadores da passagem

¹⁵ Camarano (org), 2006. Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

para a condição adulta, implicando, muitas vezes, numa constituição de trajetórias múltiplas e reversíveis de formas de transição para a vida adulta.

Desse modo, mesmo tendo clareza da insuficiência desse tipo de análise para produzir um entendimento aprofundado da condição juvenil na conjuntura atual, a observação de certas características demográficas podem nos dar algumas pistas para o entendimento das grandes tendências através das quais a população juvenil do Brasil hoje vive experiências significativas para essa etapa da vida e faz seu processo de transição para a vida adulta.

As informações colhidas nessa pesquisa permitem visualizar, de um modo panorâmico, como estão colocadas na conjuntura atual alguns desses marcos, corroborando em grande medida, algumas das hipóteses formuladas em estudos recentes e também acrescentar algumas pista e indagações.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE

Na definição moderna da juventude, consolidada na sociedade ocidental da segunda metade do século XX, tal condição repousa centralmente na situação da moratória, conformada, entre outras coisas, pela dedicação exclusiva aos estudos e adiamento da função produtiva e reprodutiva (trabalho e filhos). Muitas teses recentes sobre as mudanças atuais da condição juvenil, inclusive, apontam um processo de extensão da moratória, dada pela extensão do período formativo e pela dificuldade de entrar no mercado de trabalho, obrigando os jovens a uma moratória mais longa.

No entanto, no Brasil, onde talvez nunca tenha vigorado essa equação, essa questão tem se apresentado de um modo distinto. Podemos dizer que de um modo geral, embora tenha aumentado significativamente, nas duas últimas décadas, o período de formação escolar da juventude brasileira, para a maioria essa extensão chega até o fim da adolescência, e não até o período que constitui a juventude - como vimos, se o Ensino Fundamental se universaliza, o Ensino Médio e o Superior ainda estão longe de chegarem a esse patamar.

Por outro lado, embora tenha se verificado também um adiamento da entrada no mundo do trabalho, o principal acontecimento nesse sentido é que regride a incidência de trabalho infantil; mas a maioria da juventude brasileira inicia suas experiências laborais na juventude, ainda mesmo na adolescência (em 20 anos - entre 1980 e 2000-, a média de idade para o início do trabalho subiu de 14 para 15 anos¹⁶).

Ou seja, no Brasil, a extensão da escolaridade configura a atividade escolar como atividade predominante ou exclusiva apenas para uma pequena parcela de jovens, e não produziu um adiamento significativo da entrada no mundo do trabalho.

Analisaremos esses elementos (estudo e trabalho) através da observação do quadro relativo à condição de atividade dos jovens.

¹⁶ Camnarano 2006

Em primeiro lugar, fica claro como o trabalho está presente na vida dos jovens brasileiros e como, apesar dos avanços, o país ainda está longe de garantir uma trajetória mais longa de estudos à maioria da juventude. Por outro lado fica claro também que a situação dos que *não estudam nem trabalham*, foco principal das preocupações mais recentes, pode se apresentar de modos muito distintos, quando se torna possível detalhar um pouco mais as informações a respeito dessa inatividade: o quadro abaixo mostra uma discrepância grande dos valores obtidos nos diagnósticos em circulação, justamente porque discrimina as situações de inatividade total da de desemprego e dedicação às tarefas domésticas.

TABELA 12 – CONDIÇÃO DE ATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos	JOVEM 18 a 29 anos	ADULTO 29 anos e +
Só estuda	3,2	14,9	6,4	2,9	1,5	0,6	0,3	0	8,8	0,7
Só trabalha	42,6	34,9	49,3	50,1	53,5	51,2	42	15,4	43,4	42,3
Não estuda, nem trabalha	3,4	7,6	5,7	3,8	2,2	2,5	2,4	2,1	5,8	2,3
Estuda e trabalha, ainda que não regularmente	8,1	20,9	13,1	11,8	7,5	6,5	2,1	0,3	16	4,6
Dona de casa	14,3	9	8,1	15,2	13,5	15,2	21	14,6	11,3	15,6
Dona de casa e trabalha	10,3	3,7	8,4	9,5	14,4	15	12,1	4,4	6,8	11,9
Aposentado / pensionista e trabalha	1,8	0	0	0	0	1	4,7	6,8	0	2,7
Aposentado / pensionista e não trabalha	11,3	0,3	0	0,1	2	4,4	11,8	56	0,2	16,4
Procurando trabalho	4,1	7,7	7	5,5	4,4	2,7	3,6	0,5	6,8	2,9
Estuda e trabalha regularmente	0,6	0,7	1,7	0,9	0,9	0,6	0	0	0,9	0,5
Estudante e dona de casa	0,2	0,3	0,3	0,1	0,4	0	0	0	0,2	0,1
Enfermo	0	0	0	0	0	0,2	0	0	0	0,1

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A importância do trabalho para os jovens brasileiros aparece através de vários dados dessa pesquisa, do mesmo modo que já foi apontado em pesquisas anteriores. Na observação do quadro acima, se somarmos todos os jovens entrevistados que **trabalham**, chegaremos a uma porcentagem de 67,1%, pouco mais de dois terços dos jovens aqui entrevistados, sendo que a maior parcela (43,4%) tem no trabalho sua atividade exclusiva. Essa informação se completa com a obtida em um outro quadro: a imensa maioria dos jovens trabalha ou já trabalhou (um quarto do total dos jovens entrevistados já trabalhou), restando apenas uma pequena porcentagem, de 7%, de jovens que nunca trabalharam (mesmo na faixa etária mais baixa, de jovens entre 18 e 19 anos, essa parcela é pequena: 16,5%). São esses dados que reforçam a percepção de que o trabalho faz parte da experiência de vida da imensa maioria dos jovens brasileiros, tornando-se, mesmo, constitutiva dessa condição na atualidade (ver, entre outros, Guimarães, 2005; Sposito, 2005; Corrochano, 2008).

TABELA 13 – SITUAÇÃO DE TRABALHO POR IDADE EM PORCENTAGEM

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos ou mais
Trabalha atualmente	64,1	60,9	72,8	72,6	77,3	74,8	61,8	26,6	67,5	62,5
Não trabalha, mas já trabalhou	32,0	27,7	23,2	23,9	20,9	23,3	35,8	68,8	25,5	34,9
Nunca trabalhou	4,0	11,4	4,0	3,5	1,8	1,9	2,4	4,7	7,0	2,6

Pesquisa Juventudes Sulamericanas – IBASE/ Pólis 2008

Particularmente na população juvenil com mais de 18 anos, a condição de trabalhador está mais presente que a de estudante: entre os nossos entrevistados, 26% dos jovens ainda estudam, sendo que apenas 8,8% com dedicação exclusiva. Cabe ainda apontar que essa diferença entre atividade laboral e estudantil aumenta conforme a idade: se para os jovens com 18 a 19 anos a taxa de estudantes é de 40,8% e a de trabalhadores é de 57,3%, entre os de 25 a 29 anos as taxas são, respectivamente, de 15,7% e 72,3%¹⁷. Como já apontado por Felícia Madeira na década de 80, e retomado por Sposito em 2005, “a expansão da escolaridade dos jovens no Brasil não foi acompanhada por um efetivo desligamento da juventude do mundo do trabalho”¹⁸.

Evidentemente, a situação de atividade depende muito da condição social da família dos jovens, mas não exclusivamente; também não parece ser tão direta a relação entre precariedade econômica e a decisão de ingressar no mundo do trabalho na fase da vida correspondente à juventude.

¹⁷ Esses dados estão muito próximos aos encontrados na PNAD 2006. Ver, por exemplo, Corrochano et alli 2008.

¹⁸ Sposito, 2005.

Ao contrário do que pontua um pensamento comum corrente (de que os jovens só entram no mundo do trabalho antes do término final de seus estudos por conta de necessidades familiares extremas) podemos ver que a participação dos jovens entrevistados no mercado de trabalho cresce com a escolaridade e com o nível socioeconômico: sobe de 61% nas classes D/E para 71% nas classes A/B¹⁹. O desemprego é que se manifesta na relação inversa: embora seja uma ameaça para toda a sociedade e em particular para a juventude, é mais intenso entre os jovens das famílias de renda mais baixa. Vamos, no quadro abaixo, que se 4,2% dos jovens da faixa A/B estão procurando trabalho, esse índice sobe para 10,1% entre os jovens da faixa D/E.

TABELA 14 – SITUAÇÃO DE ATIVIDADE POR ISE, EM PORCENTAGEM.

	Índice Socioeconômico						Total
	A/B		C		D/E		
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	
Só estuda	13,8	1,6	6,8	0,4	3,0	0,2	3,2
Só trabalha	40,8	47,5	44,3	41,4	46,3	38,4	42,6
Não estuda e nem trabalha	5,5	0,8	5,0	2,6	8,2	3,4	3,4
Estuda e trabalha, ainda que não regularmente	23,5	9,7	13,0	3,1	7,9	1,4	8,1
Dona de casa	4,8	10,9	14,1	17,0	17,7	18,5	14,3
Dona de casa e trabalha	5,3	13,4	8,0	12,3	6,7	9,8	10,3
Aposentado / e trabalha		3,5		2,7		1,8	1,8
Aposentado / não trabalha	0,2	9,5	0,3	16,8		22,9	11,3
Procurando trabalho	4,2	1,4	7,5	3,5	10,1	3,6	4,1
Estuda e trabalha regularmente	1,7	1,4	0,7	0,1			0,6
Estudante e dona de casa	0,3	0,2	0,3	0,1			0,2
Enfermo		0,2					0,0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

É possível dizer, como já observado antes (Abramo, 2005) que a desigualdade social se manifesta, para os jovens com mais de 18 anos, menos na disposição para entrar no mundo do trabalho que na chance de encontrar trabalho e na qualidade do trabalho encontrado.

O trabalho infantil, por outro lado, é o que mais manifesta a desigualdade social. Comparando as diferentes faixas etárias verificamos, em primeiro lugar, a tendência histórica de queda desse fenômeno: enquanto 26% dos que nasceram há mais de 60 anos começaram a trabalhar antes dos 10 anos de idade, esse percentual cai para 2,8%

¹⁹ Porcentagens obtidas somando todos os que trabalham por cada faixa de Índice Sócio Econômico, dados dispersos na tabela 14 nesta página.

entre os mais jovens (de 18 a 22 anos). Contudo, é impressionante perceber que faz parte da história de vida de quase um quinto das jovens gerações dos extratos mais pobres: 18,7% dos jovens trabalhadores classificados na faixa D/E relatam ter começado a trabalhar antes dos 11 anos de idade, e outros 46,2% entre os 11 e os 15 anos. Para os jovens da faixa A/B, o índice dos que começaram antes dos 10 anos é de 4,2%. De todo o modo, a população brasileira, inclusive as novas gerações, inicia a sua vida laboral ainda na primeira fase da juventude: apenas 5% dos jovens que trabalham começaram depois dos 21 anos de idade.

A condição de **estudante** nessa fase da vida, porém, ainda aparece como um diferencial de classe. A soma dos que se dedicam apenas ao estudo com aqueles que acumulam essa atividade com outras totaliza 26% dos jovens, e apresenta diferenças bastante significativas segundo o nível socioeconômico: de 39% na faixa A/B, cai para 21% na faixa C e para 11% na faixa D/E.

São sobretudo os mais jovens que ainda estudam; na faixa de 18 a 22 anos já é maior a parcela dos que estão no mundo do trabalho do que o daqueles que estão na escola, mas ainda há mais de um terço estudando (37%), entre os quais 15% com dedicação exclusiva. Tomados no cômputo geral, não há diferenças significativas entre jovens homens e mulheres que estudam. Mas observa-se que as jovens mulheres podem se dedicar com mais exclusividade aos estudos (10% das moças e 7,5% dos homens jovens), ao passo que os rapazes é que conciliam trabalho e estudo em maior proporção (19,5%, contra 14,4% das moças).

Embora não seja desprezível a porcentagem de jovens que **combinam trabalho e estudo** (16,9%), cabe reparar que é quase residual a parcela que logra realizar um trabalho regular nessa combinação (0,9%); o que pode revelar as dificuldades existentes no cumprimento simultâneo das duas atividades e também indicar a situação de intermitência que marca a trajetória de percurso escolar e inserção laboral dos jovens. Spósito mostrou que, segundo os dados da PNAD, entre a década de 80 e o início dos anos 2000 aumentou a proporção dos jovens que trabalham e estudam (de 15,4% em 1981 para 20,9% em 2001²⁰), apontando que a relação entre trabalho e estudo não é estática nem linear, nem se configura numa relação de exclusão mútua: “escola e trabalho são projetos que se superpõem ou podem sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil” (2005, pg. 106). Outros trabalhos têm buscado entender essa relação; mais recentemente, foi publicado uma análise dos dados da PNAD buscando dar conta dos diversos percursos entre escola e trabalho que têm sido tomado pela população juvenil brasileira (Corrochano et alli, 2008).

Diferenças significativas com relação à possibilidade de estudo também se manifestam segundo a situação domiciliar: há mais jovens estudando no meio urbano que no rural (27% a 19%). De forma mais acentuada no mundo rural a dedicação exclusiva aos estudos está reservada aos mais jovens: aqui essa condição, para quem tem mais de 20 anos, cai para 2%.

²⁰ Cabe lembrar que esses dados são relativos à população entre 15 e 24 anos de idade, o que, provavelmente, explica o maior número de estudantes em comparação com a pesquisa aqui apresentada, que considera os jovens de 18 a 29 anos de idade. O estudo de Corrochano et alli mostra que a maior participação dos jovens que estudam e trabalham está na faixa dos 16 e 17 anos de idade, decrescendo progressivamente nas faixas seguintes, até chegar a 10% entre os que têm entre 25 e 29 anos.

Certamente, a possibilidade de se dedicar exclusivamente aos estudos é muito maior para os jovens com melhor condição socioeconômica; podemos ver que a porcentagem de jovens da faixa A/B nessa situação é mais que o dobro da parcela de jovens na faixa C (6,8%) e quatro vezes mais que os da faixa D/E (3,0%). Contudo, há que se observar que mesmo na faixa mais elevada de indicadores socioeconômicos, é baixa a participação de jovens que apenas estudam (14%) e esses são, sobretudo, aqueles com idade de 18 ou 19 anos; dentre os que têm entre 25 e 29 anos, apenas 6,8% estão exclusivamente dedicados ao estudo. A maioria dos jovens de melhor condição socioeconômica está, como os outros, já envolvida com o mundo do trabalho (71,3%).

A diferença de relação entre trabalho e estudo na juventude se manifesta também segundo o grau de escolaridade: é somente entre os jovens com nível superior que a maioria se encontra ainda na condição de estudante, sendo que 23% deles com dedicação exclusiva. No entanto, também com relação a essa variável a presença no mundo do trabalho não constitui um diferencial significativo (é de cerca de 65% em todas as faixas de escolaridade); o que muda é a porcentagem daqueles que **só trabalham** (cai de 47,6% entre quem só tem o primeiro ciclo do Ensino Fundamental para 25,8% para quem tem nível superior). Também é diferente a proporção daqueles que conseguem conciliar trabalho e estudo: cresce de 4,4% na faixa mais baixa de escolaridade para 34% na mais alta.

É curioso, porém, o dado sobre o desemprego: a porcentagem de jovens que não estão trabalhando mas procurando emprego (pela primeira vez ou não) é bem mais alta entre os que têm Ensino Médio do que entre os que outros níveis de escolaridade, tanto para cima como para baixo. Cabe observar que isso só acontece entre os jovens, não entre os adultos, parecendo indicar um fenômeno da conjuntura atual, que incide sobre as novas gerações. O estudo realizado por Corrochano et alii também observou a “importância dos índices de desemprego entre jovens que já finalizaram a escolaridade básica”²¹, assim como o artigo de Sposito²² havia apontado, ao analisar tanto os dados da PNAD como os da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, que o desemprego juvenil atingia em maior grau os que tinham acesso ao Ensino Médio.

²¹ Corrochano et al 2008, pg. 48.

²² Sposito, 2005.

TABELA 15 – BUSCA DE TRABALHO ENTRE JOVENS QUE NÃO ESTÃO TRABALHANDO, POR ESCOLARIDADE, EM PORCENTAGEM

	FUNDAMENTAL 1	FUNDAMENTAL 2	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR OU MAIS
Nunca trabalhou e NÃO está procurando emprego	8,9	9,4	16	11
Já trabalhou e NÃO está procurando emprego	10,6	11,6	6,7	15,9
Já trabalhou e está procurando emprego	55,3	49,3	57,3	47,6
Nunca trabalhou e está procurando emprego	23,6	29,7	19,1	22
Nenhuma destas			0,4	3,7
Não sabe	1,6		0	
Sem resposta	0,2		0,4	

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Como já dissemos acima, um dos dados que mais chama a atenção, no quadro geral sobre a situação de atividade dos jovens entrevistados, é que o índice daqueles que “**não estudam nem trabalham**” (5,8%) é muito menor do que os de outros estudos recém publicados (estudo do IPEA de 2008, por exemplo, aponta mais de 20% dos jovens com idade entre 18 e 29 anos nessa situação²³). Isso se explica porque foi possível, na pesquisa aqui apresentada, distinguir a situação de “inatividade” de outras que muitas vezes aparecem misturadas, como “procurando trabalho” e “dona de casa”.

Nesse sentido, chama a atenção a porcentagem de jovens mulheres que descreve sua situação como a de “dona de casa”: 22%, considerando todas as faixas etárias, sendo que essa proporção sobe com a idade. Na faixa dos 25 aos 29 anos a parcela de donas de casa vai para 29%, igualando-se à média das mulheres adultas - vale reparar que, entre as jovens dessa faixa etária, é a situação mais presente, seguida de perto pela situação das que “só trabalham”, que é de 28%. Ou seja, o que em muitos diagnósticos aparece como uma situação de inatividade entre os jovens se revela, no caso das moças, como uma dedicação à esfera da reprodução. Esse dado combina com aquele já apresentado de que as moças, em maior medida que os rapazes dessa idade, estão casadas e têm filhos. Também pode ser complementado pelo dado que mostra que uma parte significativa das jovens que não trabalha, já trabalhou mas não está no momento procurando emprego (mais de um quarto das jovens mulheres que não trabalham), o que sugere uma saída conjuntural do mercado de trabalho - essa situação é maior entre as moças que entre os rapazes que não trabalham (11,3%).

²³ Castro e Aquino, 2008.

Certamente essa alternativa está também muito fortemente vinculada às condições sociais e à representações de gênero, ao padrão de reprodução da divisão de trabalho e das oportunidades desiguais existentes no mercado: assim como cai de 17,7% para 4,8% entre as faixas D/E e A/B a proporção de jovens que são apenas dona de casa, a mesma relação se manifesta com o nível de escolaridade: a proporção de donas de casa (sem trabalhar) é de 19,7% entre as jovens que tem apenas a primeira parte do Ensino Fundamental contra 2,7% das que têm nível superior. É, também, maior no meio rural (24%) que no meio urbano (17%).

De todo o modo, mesmo separando a parcela que se dedica às tarefas domésticas, é maior o número de moças que não estudam nem trabalham (8,2%) que o de rapazes (3,3%). Essa proporção sobe, também, na faixa D/E (8,2%), frente uma média de 5% nas outras faixas de situação socioeconômica; e só se diferencia, para baixo, entre as jovens com nível superior de escolaridade (2,2% contra uma média de 6,5% nos outros níveis).

Essas informações nos dão uma pista do quanto pode ser diversa a situação de inatividade, e como a inatividade e o desemprego podem atingir diferentemente não só moças e rapazes como os diferentes momentos do período juvenil (o quadro abaixo mostra que há diferenças significativas também segundo a faixa etária do segmento juvenil). A dificuldade de entrar, pela primeira vez, no mercado de trabalho é maior, obviamente, para os mais jovens; mas também para as mulheres. Entre essas, como já vimos, é maior a situação de inatividade (a porcentagem das que não está procurando emprego, tendo ou não trabalhado antes, é 21 pontos percentuais maior que a dos rapazes); já o desemprego aberto é maior entre os rapazes, numa diferença de 22 pontos percentuais.

TABELA 16 – SITUAÇÃO DE JOVENS QUE NÃO TRABALHAM POR IDADE E SEXO, EM PORCENTAGEM

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	Jovens mulheres 18 a 29 anos	Jovens homens 18 a 29 anos
Nunca trabalhou e está procurando emprego	4,2	17,1	7,4	6,4	13,4	8,8
Nunca trabalhou e NÃO está procurando emprego	7,2	12,4	9,9	6,4	11,5	6,3
Já trabalhou e está procurando emprego	28,9	52,8	55,6	53,7	46,2	72,3
Já trabalhou e NÃO está procurando emprego	57,6	17,1	24,7	31,9	27,6	11,3
Nenhuma destas	1,8	0,7	2,5	0	0,7	0,6
Não sabe	0,1	0	0	1,1	0,2	0,6
Sem resposta	0,2	0	0	0,5	0,2	0

Por fim, para entender como a variável cor/etnia interfere no quadro da situação de atividade, devemos notar que não se observam diferenças muito pronunciadas, mas em todas as situações de desvantagem há uma porcentagem maior de jovens negros que brancos: há mais jovens desempregado negros (7,9%) que brancos (5%); há mais jovens negros que não estudam nem trabalham (6,5%) que brancos (5%); há mais jovens negras como donas de casa (12,5%) que brancas (9,9%); há menos jovens negros dedicados exclusivamente aos estudos (7,2%) que brancos (9,9%).

PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO

A diversidade de experiências que pode comportar a relação dos jovens com o mundo do trabalho revela-se também nos sentidos a ele associados. Na aferição das respostas à questão que, nessa pesquisa, pedia aos entrevistados que apontassem qual, de uma série de palavras apresentadas em uma cartela, a que mais se aproximava do seu pensamento sobre o trabalho, ficou claro que o trabalho não tem um sentido unívoco. Pode-se mesmo dizer que não há um predomínio claro da sua dimensão negativa (de contingência absoluta ou obrigação moral), pelo menos entre os jovens. Há várias diferenças significativas entre jovens e adultos com relação às percepções sobre o trabalho, indicando, em alguns casos, uma diferença do sentido que essa atividade tem nesse momento específico do ciclo de vida e, em outros, mudanças geracionais relacionadas a certas tendências históricas.

TABELA 17 – PERCEPÇÃO DO TRABALHO POR IDADE EM PORCENTAGEM

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos ou mais
Necessidade	37,1	27,2	36,2	37,8	35,5	37,1	41,4	44,3	32,9	39,0
Realização pessoal	19,3	23,3	20,1	22,9	21,5	19,8	13,9	13,3	22,6	17,8
Direito	16,7	13,5	17,1	13,0	16,2	18,5	19,8	18,2	13,9	18,0
Independência	15,0	24,9	17,8	16,8	17,5	12,5	8,6	9,1	20,5	12,6
Obrigação	10,5	10,1	7,7	8,9	8,0	10,0	15,1	13,3	9,2	11,1
Exploração	1,2	0,9	0,7	0,6	1,3	1,7	0,9	1,6	0,7	1,4
Não sabe	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2	0,4	0,3	0,0	0,1	0,2
Sem Resposta	0,1	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	0,1

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Embora a percepção do trabalho como **necessidade** seja a mais assinalada das alternativas em todas as faixas etárias (37,1% na média), ela decresce juntamente com a idade, descendo de 44% entre os mais velhos para 27,2% entre os mais jovens. Entre esses últimos, com idade entre 18 a 22 anos, tal dimensão é apenas pouco maior que a de “independência” (25%) e “realização pessoal” (23%) que, juntas, não chegam a 25% entre os que têm mais de 60 anos de idade.

A importância da noção de **independência** associada ao trabalho entre os mais jovens está relacionada ao sentido que o trabalho adquire na juventude, já bastante discutido pela literatura especializada, como um elemento de construção de sua trajetória de autonomia em relação à família, tanto pela renda obtida (que permite aos jovens ter decisão sobre gastos de pelo menos parte da renda obtida com seu salário) como pela “respeitabilidade” adquirida no interior da família a partir do momento que passa a ser um trabalhador. Nadya Guimarães, analisando questão semelhante feita na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, expõe a interpretação de que o sentido da independência, amplo e generalizado entre os jovens, parece ter um significado subjetivo comum a esse grupo etário, “talvez o móvel mais significativo a distinguir a atração que o trabalho exerce sobre o jovem”²⁴.

É também num sentido parecido que pode ser interpretado o fato dessa percepção de independência ser maior entre as mulheres (16,9%) que os homens (12,9%): o trabalho aparece para muitas delas como uma possibilidade de diminuir a dependência frente à autoridade familiar, paterna ou do marido, ou mesmo como uma chance de sair dos limites da vida doméstica. No cruzamento entre essas duas variáveis, idade e sexo, essa relação aparece ainda mais evidente: é entre as moças mais jovens que a noção de independência ganha maior sentido, sendo a alternativa assinalada por quase um terço delas (31,1%).

Por outro lado, é interessante também notar a permanência das representações sobre a divisão sexual do trabalho e do papel do homem provedor: é bem maior entre os homens que entre as mulheres a percepção do trabalho como **obrigação**: 13,5% para o total dos homens e 7,8% para o total das mulheres, diferença que se mantém entre os jovens: 12% dos rapazes e 6,5% das moças.

O modo como a desigualdade social se manifesta na relação com o trabalho também se reflete muito claramente nas diferenças dos sentidos a ele associados. A prevalência das dimensões de contingência (“necessidade” e “obrigação”) são sempre maiores entre os entrevistados com situação econômica e social mais precária: os que vivem no campo, os da faixa D/E, os com escolaridade mais baixa; em alguns casos, essa diferenças se percebem mais agudamente na juventude. Essas diferenças também vão aparecer entre negros e brancos, embora com um intervalo menor que aqueles manifestados nas outras variáveis.

Corroborando a tese de que a desigualdade incide muito na qualidade do emprego, a dimensão de **realização pessoal** encontrada no trabalho, ao contrário, varia para cima conforme sobem os índices de conforto econômico e social. A variação mais notável se encontra com relação à diferença de nível de escolaridade: a porcentagem dos que assinalam a dimensão da realização pessoal sobe de 12,4% entre os jovens que têm apenas

²⁴ Guimarães 2005, pg. 166.

o nível de escolaridade correspondente ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental para 41,1% entre os que têm nível universitário.

A noção de trabalho como **direito** é a terceira mais escolhida no total dos entrevistados e a quarta entre os jovens (14% deles fizeram essa associação). Mas a informação mais interessante que podemos extrair da observação das variáveis é que ela é muito mais forte entre os mais pobres e sujeitos a situações mais precárias: entre os entrevistados da faixa D/E é o dobro do valor encontrado entre os da faixa A/B (19,8% a 10,3%); é maior entre os habitantes do campo (21,4%) que os da cidade (16%); e mesmo entre os jovens, cai de uma média de 14% entre os diferentes níveis de escolaridade para 7,4% entre aqueles com nível superior. Talvez essas informações revelem, por um lado, a percepção do trabalho como um direito ainda a ser conquistado mais forte entre os que se sentem mais excluídos; e por outro, a valorização dos direitos trabalhistas pelos mais pobres, como um dos instrumentos mais significativos para sua cidadania. É preciso também levantar a hipótese de que a noção de direitos tenha maior adesão entre os segmentos mais vulneráveis por serem esses justamente os que dependem mais diretamente das políticas públicas para a resolução de suas necessidades.

TABELA 18 – PERCEPÇÃO DO TRABALHO POR ISE, EM PORCENTAGEM.

	Índice Sócio Econômico					
	A/B		C		D/E	
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
Necessidade	24,7%	32,1%	35,4%	39,3%	43,6%	45,6%
Direito	10,3%	12,8%	14,5%	18,8%	19,8%	22,1%
Realização pessoal	32,4%	31,1%	19,9%	15,8%	9,1%	6,8%
Independência	26,7%	17,3%	18,6%	12,4%	12,5%	7,8%
Obrigaçã	5,2%	5,6%	10,7%	11,9%	14,0%	15,5%
Exploraçã	0,5%	1,0%	0,9%	1,4%	0,9%	1,8%
Não sabe			0,1%	0,3%		0,4%
Sem resposta	0,3%			0,1%		

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

SITUAÇÃO CONJUGAL E FILHOS

Outros marcos importantes para entender a transição para a vida adulta são aqueles que indicam a aquisição de autonomia e independência em relação à família de origem e constituição de nova unidade familiar, muitas vezes (embora não sempre) vinculados a casamento e parentalidade (nascimento de filhos). Na verdade, estes parecem ser os marcos mais consistentes, em termos demográficos, da passagem para a condição adulta, uma vez que a entrada no mercado de trabalho, como vimos, não representa o fim da condição juvenil, mas é, antes, constitutiva dela.

Entre os jovens entrevistados predominam os solteiros, na condição de filhos, mas 40% já constituíram outro domicílio, estando casados (21%) ou morando junto com seus parceiros (19%). Na verdade, a diferença entre solteiros e casados se inverte ao passar da faixa dos 20 aos 24 anos para a faixa dos 25 aos 29 anos, onde 63% dos entrevistados já constituiu nova família, enquanto que, para a faixa anterior, esta condição atinge apenas 25% dos entrevistados. Os dados da PNAD mostram a mesma configuração: enquanto na população brasileira que têm entre 18 e 24 anos gira em torno de 1/3 a parcela que está casada, na população que tem entre 25 e 29 anos de idade a parcela de casados é de dois terços²⁵.

TABELA 19 – SITUAÇÃO CONJUGAL POR FAIXA ETÁRIA

	TOTAL	18 A 22 ANOS	23 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS	40 A 49 ANOS	50 A 59 ANOS	60 ANOS OU MAIS
Casado	1435	49	36	145	356	353	254	243
%	41	10,3	19,1	33,7	47,1	53,5	54,7	46,1
Mora junto / Mora com parceiro	607	69	44	105	198	97	54	41
%	17,3	14,4	23,5	24,3	26,2	14,8	11,5	7,8
Separado / Divorciado / Viúvo	498	4	6	20	55	103	108	202
%	14,2	0,9	3	4,7	7,3	15,6	23,4	38,3
Solteiro	959	356	101	160	147	106	48	41
%	27,4	74,3	54,4	37,3	19,5	16	10,4	7,8

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A condição de maternidade/paternidade parece obedecer a mesma tendência: se quase metade (44%) dos entrevistados com idade entre 18 e 29 anos têm pelo menos um filho, é apenas na faixa dos 25 aos 29 anos de idade em que a maioria já é pai/mãe (65%); entre aqueles entrevistados com menos de 22 anos, cai para 25% a condição de maternidade/paternidade.²⁶

Ou seja, é possível dizer que o momento em que a maioria das pessoas no Brasil, na atual geração, constitui família, numa relação mais definitiva, de união legal e/ou com filhos, está situado no intervalo entre os 25 e 29 anos. Esse marco, contudo, muda con-

²⁵ Ver em Castro e Aquino (2008).

²⁶ É interessante perceber que se inverte também a relação entre os legalmente casados e os que moram juntos: entre os mais jovens é maior a proporção dos últimos (14,4%) que dos primeiros (10%), enquanto na faixa dos 25 aos 29 já é o inverso: 33,7% são casados e 24,3% moram juntos

sideravelmente conforme algumas variáveis. A mais expressiva é a que se verifica entre homens e mulheres: a maioria dos jovens rapazes (dos 18 aos 29 anos) ainda é solteira (64,6%), enquanto no caso das mulheres jovens metade já constituiu outra família (51%); mesmo na faixa etária dos 20 aos 24 anos, quase metade já deixou de ser solteira (46%).

Do mesmo modo, a condição de maternidade se faz realidade mais cedo para as mulheres que a paternidade para os homens: enquanto a maioria das entrevistadas jovens já tem pelo menos um filho (55,5%), a maioria dos rapazes (67,3%) ainda não tem filhos. Entre esses, é só na faixa dos 25 aos 29 anos que a maioria está na condição de pai, enquanto na faixa etária anterior (20 a 24 anos), metade das moças já é mãe.

TABELA 20 – POSSE DE FILHOS POR SEXO, EM PORCENTAGEM.

	Masculino							Feminino							Total
	Faixa de Idade														
	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	
não tem	92,0	73,5	48,2	25,0	21,0	16,4	7,1	75,7	50,3	25,8	13,4	5,9	10,1	11,1	27,2
tem filhos	18,0	26,5	51,8	75,0	79,0	84,6	92,9	24,3	49,7	74,2	86,6	94,1	89,9	88,9	72,8

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Outro dado que ajuda a localizar essa mudança na posição familiar é aquele que informa de que modo os jovens contribuem para a renda da família: os dados da pesquisa revelam que a maioria (mais de 50%) tem o pai, a mãe ou outro familiar adulto como o principal provedor; 22% são os que mais contribuem (principalmente os rapazes), enquanto outros 22% (principalmente as moças) têm seus cônjuges como principais contribuintes. Contudo, quando olhamos as faixas etárias no interior do segmento juvenil, vemos que entre os rapazes, apenas ¼ dos que têm até 24 anos se constitui como o principal provedor, enquanto essa condição salta para 54% na faixa dos 25 aos 29 anos; e entre as moças, até os 24 anos, é de menos de 40% a parcela das que depende de si ou de seu cônjuge para a principal contribuição de renda familiar, condição que atinge 73,1% nas mulheres de 25 a 29 anos.

TABELA 21 – CONTRIBUIÇÃO DOS JOVENS NA RENDA FAMILIAR, POR SEXO.

	Masculino			Feminino		
	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
O entrevistado	8,0	26,0	54,2	1,7	8,6	16,9
Meu parceiro, conjugue	1,2	3,3	3,9	16,4	34,7	56,2
Meu pai	51,5	38,1	23,3	38,4	22,8	12,4
Minha mãe	28,8	20,4	10,0	30,5	21,7	8,4
Filho(a), ou parceiro(a) do filho(a)			0,3			0,3
Irmão / Irmã	2,5	3,9	3,6	1,7	4,2	1,7
Tio / tia	1,8	1,9	0,9	2,8	1,4	0,6
Primo / prima	0,6	0,6		0,6		
Avô / avó	4,3%	2,5%	2,1%	2,8%	3,6%	0,6%
Outro parente	0,6	2,5	0,6	2,3	1,4	1,7
Outra pessoa que não é parente	0,6	0,6	0,3	2,8	0,8	0,6
Não sabe		0,3			0,3	0,6
Sem resposta			0,6		0,6	0,3

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

É preciso ver que diferenças significativas aparecem também com relação à situação socioeconômica: enquanto na faixa D/E mais da metade dos jovens já formaram outra família e 43% já têm filhos, na faixa A/B 70% ainda são solteiros e apenas 30% têm filhos. Na faixa A/B mesmo aqueles com mais idade (25 a 29 anos) ainda contam com uma maioria de solteiros (52%). O número de filhos acompanha essas diferenças socioeconômicas; enquanto nas duas primeiras faixas (A/B e C) a porcentagem de entrevistados que tem 4 filhos ou mais se mantém menor que 30%, na faixa D/E essa quantia chega aos 46%. Acompanhando as diferenças econômicas, a proporção de jovens solteiros é maior quanto maior a escolaridade; assim como as proporções dos jovens que têm filhos se configuram em pólos opostos segundo o nível mais alto e o mais baixo de escolaridade: enquanto a parcela dos jovens com apenas 4 anos de estudo que têm filhos é de quase dois terços (62,2%), os jovens com nível universitário de ensino que já são pais ou mães somam um pouco mais de um quinto (26,6%).

No meio rural há uma proporção menor de solteiros que no meio urbano, tanto entre os jovens como entre os adultos; e também é maior a porcentagem de jovens do campo que tem filhos mais cedo, numa diferença que varia de 4 a 11 pontos percentuais da primeira à última faixa etária classificada como compondo o segmento juvenil.

TABELA 22 – POSSE DE FILHOS DO SEGMENTO JUVENIL POR ISE, EM PORCENTAGEM.

	A/B			C			D/E		
	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
tem filhos	6,0	5,7	48,5	20,7	45,2	65,0	19,5	50,4	74,7
não tem	94,0	74,3	51,5	79,3	54,8	35,0	70,5	49,6	25,3

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

4

Informação, Sociabilidade e Participação

Para completar o perfil da população brasileira e particularmente do segmento juvenil, na busca de compreender as possíveis marcas diferenciais que se produzem entre as gerações e os fatores que conformam as representações sobre a juventude e suas demandas, levantamos algumas informações sobre os graus e tipos de informação e conexão social acionados pelos entrevistados. Os meios pelos quais as pessoas se informam, o uso de computador e internet, a inserção em atividades culturais e a disposição para o agregamento e militância em coletivos foram levantados nos tópicos abaixo.

USO DE INTERNET

Acompanhando, de certo modo, o que ocorre com a escolarização, outra grande diferença geracional se manifesta no acesso habitual a computador e internet. Menos de um terço da mostra usa habitualmente computador e internet, mas quando se considera somente a juventude vemos que essa relação sobe para a metade, numa tendência crescente: quanto mais jovem, maior a porcentagem dos que usam.

TABELA 23 – UTILIZAÇÃO DE COMPUTADOR OU INTERNET POR IDADE EM PORCENTAGEM

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos e mais
Utiliza computador e Internet	30,2	56,9	49,3	42,3	34,4	26,0	13,6	3,4	49,9	21,3
Utiliza computador, mas não acessa internet	2,3	3,0	2,7	2,9	2,5	1,9	2,1	1,6	2,9	2,1
Não utiliza computador	67,4	40,1	48,0	54,8	63,1	72,1	84,3	95,1	47,2	76,7

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Segundo dados do IBGE, cerca de 30% das pessoas com 15 anos de idade e mais têm computador em suas casas no Brasil (enquanto o acesso à internet fica em torno de 20%) e não são apontadas diferenças significativas de posse e uso desses recursos entre a população jovem e a adulta. A discrepância com os dados colhidos nessa pesquisa do projeto Juventudes Sul-americanas, na qual a diferença de uso entre os jovens é notadamente maior, provavelmente se deve ao fato de ter sido solicitado o registro de uso habitual de computador e internet “mesmo que não seja em casa”. Isso indica que possivelmente os jovens acessam com frequência equipamentos que não os seus domésticos, alguns deles em espaços públicos como escolas, telecentros, centros culturais, lan houses etc.

É interessante verificar que o uso do computador sem internet é residual tanto para jovens como para adultos (2,3% na média).

A inclusão digital da juventude, contudo, é atravessada por uma enorme desigualdade: enquanto 81,1% dos jovens das faixas A/B usam habitualmente computador e internet, o mesmo corre apenas para 9,8% dos jovens das faixas D/E. A variação por nível de escolaridade é ainda maior: salta de 8,9% entre os jovens que não passaram do primeiro ciclo do Ensino Fundamental para 91,8% entre os que têm nível universitário.

Mas mesmo nas condições sociais mais adversas os jovens usam mais a internet que os adultos; por exemplo, enquanto a porcentagem de adultos com nível de escolaridade correspondente ao segundo ciclo do Ensino Fundamental que usa internet é de 16,4%, a parcela de jovens com o mesmo grau de escolaridade que faz uso habitual desse recurso dobra, atingindo 31%.

Mas não só a relação com a escola se constitui na ponte para a inclusão digital; a relação com o mundo do trabalho e da participação também parecem estimular ou possibilitar maior uso desse instrumento: os jovens que estão na PEA (trabalhando ou não) usam habitualmente internet mais que os que não estão (51% a 37,8%); os que participam usam mais que os que apenas gostariam de participar (58,7% a 48,2%) e ainda mais do que os que nem gostariam de participar (42,7%).

A diferença também é muito grande segundo a situação do domicílio: a porcentagem de pessoas que usam internet é quase três vezes maior no meio urbano do que no meio rural (33,2% a 11,2%). Os jovens usam mais que os adultos em ambas as situações de domicílio, mas a diferença geracional é maior no campo: os jovens usam 3 vezes mais que os adultos (18,8% a 6%), enquanto na cidade essa relação é de cerca de duas vezes e meia (55% a 23,6%).

Jovens e adultos usam a internet para diversos fins, mas com pesos diferentes: ambos usam a internet principalmente para buscar informações e notícias, mas os jovens bem mais que os adultos usam-na para sociabilidade e conversas, principalmente acionando sites de relacionamentos e usando mecanismos on-line de bate-papo e conversa - note-se, inclusive, que esse recurso de comunicação é mais usado pelos jovens do que o uso de email, que aumenta bastante entre os mais idosos. Ainda não é possível dizer, contudo, se esses pesos diferentes estão vinculados a uma prática singular do comportamento juvenil (como um hábito que tende a mudar com a idade), ou a uma mudança cultural histórica, que atinge hoje mais fortemente os jovens mas que os acompanhará pela vida adiante, tornando-se geral para todas as idades.

Essas funções acima citadas (buscar informações, pesquisar, e acionar sites de relacionamento) são acionadas por mais de metade dos jovens que usam habitualmente a internet. O uso como instrumento de estudo ou trabalho já aparece num patamar bem inferior: 21,9% dos jovens usam a internet para trabalhar e outros 21,8% a utilizam nas tarefas escolares. Já os adultos encontram na internet um instrumento de trabalho em proporção maior que os jovens: é de cerca de um terço a proporção em todas as faixas de idade dos entrevistados adultos que usa a internet como recurso de trabalho.

Jogar e comprar também fazem parte dos usos da internet, mas numa proporção menor do que seria de esperar segundo a percepção corrente sobre o consumismo e hedonismo da juventude: 12,3% dos jovens usa computador e internet para jogar e 6,9% para comprar; essas funções estão presentes também para os adultos, mas numa relação de grandeza inversa à dos jovens: no geral, os adultos compram mais (11,8%) que jogam (7,5%), embora a faixa de idade que mais use o computador para jogar seja a dos idosos (23,1% dos entrevistados com mais de 60 anos).

TABELA 24 – FINALIDADE DO USO DA INTERNET POR IDADE EM PORCENTAGEM

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos ou mais
Buscar informação / notícias	65,6	54,7	66,7	68,3	69,3	68,8	73,9	84,6	61,2	70,2
Pesquisas / mecanismos de busca	54,6	53,6	53,1	52,8	59,3	57,6	41,3	46,2	53,2	56,0
Sites de relacionamento	42,8	60,5	59,2	52,1	32,3	22,4	19,6	23,1	57,5	27,1
Mandar ou receber e-mail	37,8	31,3	42,2	40,7	40,2	37,6	37,0	53,8	36,2	39,4
Bate-papo / conversar	36,6	51,7	44,9	40,3	31,2	19,2	17,4	38,5	46,8	25,7
Trabalhar	27,3	15,9	24,5	29,7	33,3	33,6	28,3	38,5	21,9	33,0
Ajudar nas tarefas escolares	19,2	23,4	22,4	19,0	18,5	18,4	6,5	0,0	21,8	16,4
Jogar	10,0	14,0	9,5	11,0	8,5	4,8	6,5	23,1	12,3	7,5
Procurar emprego	9,4	14,0	14,3	10,7	6,3	4,8	6,5	0,0	13,0	5,6
Comprar	9,3	5,5	6,1	9,3	11,1	12,8	13,0	7,7	6,9	11,8
Acessar sites com conteúdo sexual	1,6	2,3	1,4	1,4	1,6	1,6	0,0	0,0	1,8	1,3
Outras	1,3	0,9	0,0	1,4	1,6	1,6	2,2	0,0	0,9	1,6
Índice de Multiplicidade	3,2	3,3	3,4	3,4	3,1	2,8	2,5	3,2	3,3	3,0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

OS RECURSOS USADOS PARA SE INFORMAR

Televisão é ainda o grande meio de informação, para todos e de modo quase indiscriminado: mais de 90% das pessoas costumam usá-la para se informar sobre o que acontece no Brasil e no mundo, independente da idade, da renda, da escolaridade, do tamanho da cidade e da região do país.

Rádio comum vem em segundo lugar, com mais de dois terços da mostra dizendo que o usa como meio de informação, tanto por jovens como por adultos. O uso desse recurso não muda significativamente conforme escolaridade ou renda, mas sofre variação regional considerável, sendo mais usado no Sul (47%) e no Nordeste (41%) e em menor escala na região Norte (26%).

Os meios de informação impressa, como **jornais** e **revistas**, são usados por cerca de 30% da mostra e nesse item já se observam diferenças importantes. A maior delas está ligada à escolaridade: enquanto aparece como um recurso para a maioria (56,6%) dos que tem nível superior de ensino, fica apenas em torno de 15% dos que têm até 4 anos de estudo. O nível de renda opera no mesmo sentido, assim como todos os outros aos quais se vinculam graus diferenciados de escolaridade, situação domiciliar, região do país, geração. Nesse sentido, cabe observar a necessidade de relativizar, ou pelo menos qualificar melhor certas assertivas que vêm se consolidando como noções correntes, como por exemplo a de que as novas gerações lêem menos porque estão presas a linguagens imagéticas. Os dados dessa pesquisa apontam que os adultos obtêm informação através de leitura em menor grau que os jovens e são as faixas acima de 50 anos que puxam esses números para baixo.

A **internet** é usada como meio de informação por cerca de um quinto dos entrevistados, e aqui é onde se observa a principal diferença geracional: enquanto 37,2% dos jovens de 18 a 22 anos se informam através desse meio cibernético, são apenas 2,3% dos que têm mais de 60 anos que têm o mesmo hábito. A escolaridade também pesa no acesso a esse recurso, incidindo de modo ainda mais diferencial do que no uso de leitura impressa: a distância de uso da internet para informação entre os entrevistados que têm somente a primeira parte do nível fundamental de ensino para aqueles que têm nível superior é de 65 pontos percentuais (2,3% no primeiro caso e 67,9% no segundo).

A **rádio comunitária**, por fim, é um recurso utilizado por poucas pessoas, não chegando a 5% da mostra, mas se revela um pouco maior entre os que vivem no campo e nas pequenas cidades, e, principalmente, aparece como um recurso importante nas regiões Centro-Oeste do país, onde chega a 13,8% o número de entrevistados que responde que usa esse meio para se informar.

TABELA 25 – MEIOS DE INFORMAÇÃO POR IDADE E SITUAÇÃO DE MORADIA, EM PORCENTAGEM

	TOTAL	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos ou mais	TIPO DE SETOR - URBANO	TIPO DE SETOR - RURAL
Televisão / TV	93,4	94,3	93,0	94,1	88,8
Rádio comercial	39,0	38,6	39,2	39,4	36,1
Jornal / revistas impressos	30,1	34,0	28,4	33,1	10,8
Internet	20,3	33,2	14,4	22,4	6,1
Rádio comunitária	4,9	4,5	5,1	4,8	5,4
Nenhum destes / Não se mantém informado	1,4	0,6	1,8	1,1	3,2
Não sabe	0,1	0,0	0,1	0,0	0,3
Sem resposta	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

No meio rural há um índice de 3,2% de pessoas que diz não usar nenhum meio de informação. Embora a grande maioria use a TV (89%), os entrevistados do campo usam em menor medida que os da cidade todos os meios de informação aqui relacionados, exceto as rádios comunitárias. Jornais e revistas são fonte de informação para 10%, três vezes menos que na cidade; e a internet para apenas 6%, contraposto a 22% no meio urbano. De modo geral, os jovens rurais usam mais os diversos meios de informação que os adultos, principalmente a internet; mesmo assim, o desequilíbrio no acesso à informação em rede é muito grande: a porcentagem de jovens do campo que se informa através da internet (10,2%) é menos de um terço daquela verificada entre os jovens da cidade (36,9%).

Informação e participação são práticas bastante vinculadas: com relação a todos os meios, exceto televisão, é maior a porcentagem dos que se informam entre os que participam de algum coletivo do que entre os que nem gostariam de participar, principalmente com relação à mídia impressa e à internet.

TABELA 26 – MEIOS DE INFORMAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS, EM PORCENTAGEM.

	PARTICIPAÇÃO	
	GOSTARIA DE PARTICIPAR	NÃO GOSTARIA DE PARTICIPAR
Televisão/ TV	94,1	93,4
Rádio comercial	36,7	36,3
Jornal/ revistas impressos	30,9	22,5
Internet	21,3	12,7
Rádio comunitária	5,7	3,3
Nenhum destes / Não se mantém informado	0,8	2
Não sabe	0	0
Sem resposta	0	0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

É interessante notar que quem está no mundo do trabalho também é mais conectado: enquanto mais de um terço (34%) dos que estão na PEA, empregados ou não, usa a mídia impressa e a internet para se informar, esse recurso é acionado por pouco mais de um quarto (27%) entre os que estão fora da PEA; os adultos inativos são os que menos usam as informações vindas da rede.

PARTICIPAÇÃO ATUAL OU ANTERIOR EM ASSOCIAÇÕES OU GRUPOS

A pesquisa investigou a participação atual e anterior e o desejo de participação em diferentes associações, entidades e grupos sociais. Analisamos abaixo, em separado, primeiramente a participação em várias modalidades associativas e, depois, o desejo de participação.

No gráfico abaixo vemos os percentuais de pessoas que têm ou tiveram vínculos com grupos de diferentes tipos (participação anterior e atual). A primeira observação que se pode fazer é que a maior experiência de participação se dá em torno da sociabilidade com fins **religiosos**, e **esportivos** ou **recreativos**: são os únicos coletivos que agregam uma ordem de mais de 10% dos entrevistados, sendo que os grupos religiosos envolvem a participação atual de mais de um quinto da mostra, enquanto outro quinto também já viveu a experiência de participar de algum deles: somados, mais de metade dos entrevistados têm ou tiveram algum vínculo com grupos religiosos.

Já os outros tipos de coletivos, que representam uma agregação em torno de uma atuação com caráter social ou político mais explícito, apresentam índices de participação que variam de um a seis por cento, chegando, no máximo, a reunir 21% de participação atual e anterior.

TABELA 27 – PARTICIPAÇÃO EM COLETIVOS , EM PORCENTAGEM

	Participa atualmente	Já participou	Nunca participou
Associação comunitária	5,6	15,0	79,4
Partidos Políticos	5,8	10,5	83,6
Grupo de defesa do meio ambiente	2,2	6,1	91,7
Sindicato ou associação profissional	5,6	9,2	85,3
Entidades em defesa de grupos ou minorias	1,6	3,6	94,8
Associação estudantil	1,8	13,5	84,7
Entidade de defesa de direitos humanos	1,2	3,9	94,9
Associação ou movimento rural	3,0	6,5	90,6
Grupo religioso	28,1	24,1	47,7
Esportes ou recreação	11,1	23,1	65,9

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Entre as modalidades associativas investigadas há algumas características que se repetem: a primeira delas é que o vínculo a grupos é mais expressivo na faixa A/B de ISE, decrescendo nas faixas seguintes. Isso vale para todas as modalidades, exceto grupos religiosos e associações ou movimentos rurais, onde os maiores percentuais de participação estão na faixa D/E (14,6%), decrescendo conforme aumenta o ISE (7,8% na C e 6,1% na A/B).

O nível de escolaridade produz diferenças no mesmo sentido que a renda, fazendo aumentar a participação nas mesmas modalidades. Informação e participação, como já vimos, também parecem aqui bastante conectadas; a porcentagem dos que participam de grupos é quase sempre maior entre os que usam computador e internet do que entre os que não usam, principalmente quando se trata do vínculo a associações estudantis, esportivas e partidos políticos.

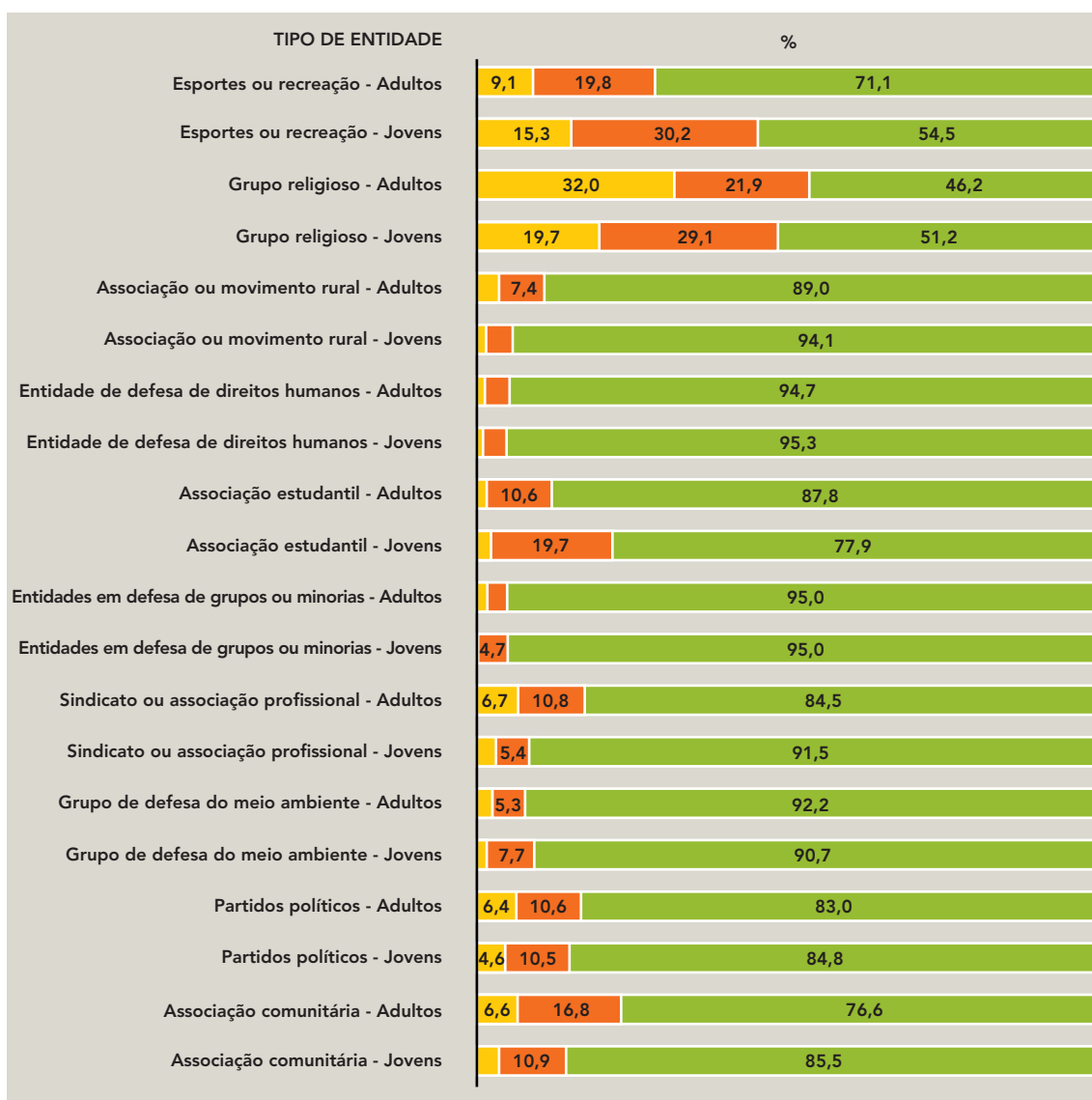
Uma segunda característica encontrada foi o maior percentual de pertencimento a grupos entre homens. Essa desigualdade de gênero se destaca no caso das associações esportivas mas também é grande no caso das agremiações sindicais e rurais. O movimento estudantil, de direitos humanos e as associações de moradores são formas associativas em que mulheres participam ou participaram no mesmo percentual que homens. Percentuais maiores de mulheres foram encontrados na participação em grupos religiosos (47,7% entre homens e 56,3% entre mulheres) e em defesa de minorias (4,3% entre homens e 6% entre mulheres).

Os jovens participam um pouco menos que os adultos em todas as modalidades, exceto no caso das associações esportivas e de recreação e nas entidades estudantis, o que se

vincula, certamente, com a atividade correspondente à fase de vida (o estudo), assim como à maior disposição física e social para o esporte. A participação pregressa também segue a mesma tendência. É curioso perceber, nesse sentido, que a quantidade de jovens que se referem a uma experiência de participação já localizada no passado é, na maior parte das vezes, mais alta que aqueles que declaram uma participação presente, mostrando o quanto pode ser de curta duração a experiência de participação numa dada organização nessa geração.

Os tipos de associação em que a participação dos jovens fica mais distante da dos adultos são os sindicatos ou agremiações de trabalhadores (8,5% de jovens e 17,5% de adultos) e as associações comunitárias ou de moradores (14,5% de jovens e 23,4% de adultos). Já com relação ao movimento de direitos humanos e às entidades de defesa de minorias, a variação entre jovens e adultos é menor que 1%. Por outro lado, nos movimentos em que jovens declararam maiores percentuais de participação, essa diferença se dá de modo expressivo: nas agremiações ligadas ao esporte ou recreação, 45,5% entre os jovens e 28,9% entre os adultos e no movimento estudantil, 22% entre os jovens e 12,2% entre os adultos.

PARTIPAÇÃO POR GRUPO DE IDADE (PORCENTAGEM)



■ Participa atualmente

■ Já participou

■ Nunca participou

Excetuando-se as entidades estudantis e as agremiações relacionadas a práticas esportivas ou recreativas, os percentuais de participação foram muito semelhantes entre pessoas do campo e do meio urbano; em alguns casos, a participação é maior entre moradores da zona rural, como no caso óbvio dos movimentos do campo (23% de moradores na zona rural e 7,3% do meio urbano), mas também nas entidades de trabalhadores ou sindicais (23,5% na zona rural e 13,4% no meio urbano) e associações de moradores ou de bairro (27,9% de moradores da zona rural e 19,5% no meio urbano); no segmento juvenil a tendência é a mesma.

Com relação à variação segundo a religião do entrevistado, o mais notável é que a participação em associações de caráter religioso é maior entre os evangélicos (72,8%) e menor entre os católicos (47,6%), como já havia sido registrado em pesquisas anteriores, como por exemplo no Perfil da Juventude Brasileira. Nesse estudo está apontado que “são os evangélicos os que apresentam o pertencimento institucional como marca distintiva da vida religiosa”²⁷.

DESEJO DE PARTICIPAÇÃO

Se o nível de participação geral é, na maior parte das modalidades, baixo, percebe-se um desejo de participação não efetivado bem maior. A porcentagem de entrevistados que declara querer se engajar varia de 1/5 a 1/3 conforme as modalidades listadas, à exceção dos partidos políticos, que atraem menos de 15% dos entrevistados. Por outro lado, os grupos de proteção ao meio ambiente, apesar de contar com uma participação real muito baixa, desponta como o tipo de atuação mais aspirada, por 37% dos entrevistados.

Os jovens, se participam efetivamente menos que os adultos na maior parte dos tipos de entidades e movimentos, são, porém, os que mais desejam se engajar. Em todas as modalidades associativas investigadas o percentual de pessoas que gostaria de participar é maior entre os jovens que entre os adultos, indicando, talvez, que existam maiores obstáculos nas organizações para incorporar a presença dos jovens.

As variações etárias mais significativas são encontradas em modalidades que já contam com maior participação juvenil, como é o caso de agremiações esportivas ou recreativas (44,3% de jovens e 29,5% de adultos) e estudantis (28,4% de jovens e 19,4% de adultos). Além desses, há maiores percentuais de jovens que gostariam de participar de grupos em defesa de direitos humanos (39,5% de jovens e 31,2% de adultos), do meio ambiente (41,2% de jovens e 35,4% de adultos), de minorias (30,5% de jovens e 24,3% de adultos) e de entidades sindicais ou de trabalhadores (29,2% de jovens e 22,9% de adultos).

²⁷ Novaes, 2005, pg.289.

TABELA 28 – DESEJO DE PARTICIPAÇÃO POR IDADE, EM PORCENTAGEM.

		Gostaria	Não gostaria	Não sabe
Associação comunitária	Jovens	30,3	65,9	3,8
	Adultos	29,9	67,1	2,9
Partidos Políticos	Jovens	13,8	83,7	2,5
	Adultos	12,4	85,4	2,2
Grupo de defesa do meio ambiente	Jovens	41,2	56,0	2,8
	Adultos	35,4	61,4	3,2
Sindicato ou associação profissional	Jovens	29,2	68,2	2,5
	Adultos	22,9	74,7	2,4
Entidades em defesa de grupos ou minorias	Jovens	32,3	65,7	2,0
	Adultos	26,6	70,8	2,7
Associação estudantil	Jovens	28,4	69,0	2,7
	Adultos	19,4	78,0	2,6
Entidade de defesa de direitos humanos	Jovens	39,5	58,6	2,0
	Adultos	31,2	65,9	2,9
Associação ou movimento rural	Jovens	21,6	76,1	2,3
	Adultos	19,4	78,0	2,5
Grupo religioso	Jovens	37,9	58,3	3,8
	Adultos	32,5	64,1	3,4
Esportes ou recreação	Jovens	44,3	53,2	2,5
	Adultos	29,5	67,9	2,6

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Entre as mulheres os percentuais mais expressivos de interesse estão relacionados a grupos religiosos (36,8% de mulheres e 31,9% de homens), movimentos em defesas dos direitos de minorias (29,5% de mulheres e 22,6% de homens) ou associações comunitárias ou de moradores (32,1% de mulheres e 27,7% de homens). Entre os homens, há mais interesse que as mulheres em agremiações esportivas ou recreativas (36,3% de homens e 32% de mulheres). A tendência, descrita no tópico anterior, com relação às preferências por modalidades associativas segundo o gênero se mantém no desejo de participação: os homens preferem agremiações esportivas e/ou recreativas e as mulheres, grupos religiosos.

Todos os movimentos que foram anteriormente descritos como atraindo maiores percentuais de participação entre pessoas com escolaridade igual ou maior que superior contam com maior desejo de participação nesse perfil, com exceção das associações comunitárias, dos sindicatos e dos partidos políticos. Entre as modalidades que continuam contando com maiores percentuais de participação entre pessoas com nível superior, estão as de esporte, às ligadas aos estudantes, as de ecologia, as de defesa dos direitos humanos e das minorias.

Com relação às diferenças de classe social, os maiores percentuais de desejo de participação também estão concentrados na faixa A/B, especialmente com relação aos seguintes movimentos: grupos de defesa do meio ambiente, entidades de defesa dos direitos humanos, entidades de defesa dos direitos de minorias, agremiações de estudantes, grupos para práticas esportivas ou recreativas; enquanto aqueles com mais baixa renda nutrem maior interesse que os mais ricos em relação aos grupos religiosos, movimentos do campo e sindicatos.

No que diz respeito a religiões, há ligeira variação entre a participação e o desejo de participação em grupos religiosos. Apesar de, como vimos, os evangélicos terem maiores percentuais de participação atual ou anterior, percebe-se que católicos e evangélicos têm percentuais semelhantes de desejo de participação (entre 35% e 36%).

Cabe notar também que os negros manifestam maior desejo de participação que os brancos em todas as modalidades, sendo que sua participação efetiva só é maior que a dos brancos nos grupos religiosos; até que ponto isso significa a existência de impeditivos simbólicos no ambiente militante para que esse desejo de participação se concretize?

Com relação à situação de moradia, os percentuais de interesse em todas as modalidades é maior entre os que habitam o meio rural, o que vale inclusive para agremiações esportivas, movimento estudantil e partidos políticos (com diferenças variando entre 1 e 5 pontos percentuais), que têm maiores percentuais de vínculo efetivo (anterior ou atual) entre moradores das cidades. As maiores diferenças de desejo de associação, contudo, se manifestam pelos movimentos do campo (36% no meio rural e 17,9% no urbano), por sindicatos ou associações de trabalhadores (33,6% no rural e 23,7% no urbano) e grupos religiosos (39,8% no rural e 33,5% no urbano).

CULTURA, ESPORTE E LAZER: ACESSO E PARTICIPAÇÃO

A literatura tem enfatizado a importância do envolvimento dos jovens com uma vida coletiva ligada à cultura e ao lazer, como espaços de sociabilidade e fonte de valores, referências e identidades; e, também, como formas de participação e atuação social. Nesse sentido, com esse bloco buscamos investigar a presença desses grupos na vida dos entrevistados e quais modalidades são mais conhecidas e acionadas. Nos resultados obtidos destaca-se, de um lado, o alto índice daqueles que afirmaram ter conhecimento de grupos ligados à **música** (34,9%) e ao **esporte e recreação** (33,7%); e do outro, um baixo percentual daqueles que disseram conhecer coletivos de fotografia e cinema (9,7%), ou ainda, associações literárias (7,6%).

TABELA 29 – CONHECIMENTO DE GRUPOS, EM PORCENTAGEM

	SIM	NÃO	NÃO SABE	NÃO RESPONDEU
Música	34,9	62,2	2,8	0,1
Esporte e recreação	33,7	63,2	3	0
Artesanato	26,1	70,7	3,1	0
Dança	23,4	73,7	2,9	0
Mídia alternativa (Rádios, murais, revistas e jornais locais, blogs, etc)	17,8	78,6	3,6	0
Teatro, malabares, apresentações de circo	15,5	80,8	3,5	0,1
Desenho / pintura / grafite	15,1	81,1	3,8	0,1
Fotografia e Cinema	9,7	86,7	3,5	0,1
Associação Literária	7,6	88,5	3,8	0,1

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Os jovens, de fato, conhecem em maior medida que os adultos grupos dos mais variados tipos: em alguns casos, como com relação aos grupos de esporte e música, passa de 40% o contingente de jovens que afirma conhecer, enquanto os adultos não chegam a 30% de conhecimento em nenhuma das categorias. As maiores diferenças etárias se observam com relação ao conhecimento de grupos de esporte e recreação, de música e de dança, diminuindo bastante a diferença quando se trata de associações literárias e grupos de artesanato.

TABELA 30 – CONHECIMENTO DE GRUPOS SEGUNDO A IDADE, EM PORCENTAGEM

	SIM		NÃO		NÃO SABE		NÃO RESPONDEU	
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
Esporte e recreação	43,1	29,5	54,6	67,1	2,2	3,4	0,1	0
Música	43,5	31	54,5	65,7	1,8	3,3	0,2	0,1
Dança	30	20,4	68	76,3	1,9	3,3	0,1	0
Mídia alternativa (Rádios, murais, revistas e jornais locais, blogs, etc)	21,1	16,3	76,1	79,7	2,7	4,1	0,1	0
Desenho/pintura/grafite	19,3	13,1	77,5	82,8	3	4,1	0,2	0
Associação Literária	8,5	7,2	88	88,6	3,3	4,1	0,2	0,1
Teatro, malabares, apresentações de circo	19,6	13,7	77,5	82,4	2,7	3,9	0,2	0
Fotografia e Cinema	12,7	8,4	84,4	87,7	2,7	3,9	0,2	0
Artesanato	27,9	25,3	69,8	71,1	2,2	3,5	0,1	0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Merece ser enfatizado, ainda, que o nível de acesso e conhecimento dos pesquisados com relação a todos os grupos considerados é maior entre aqueles com mais escolaridade, assim como entre os entrevistados que possuem mais rendimentos e os que fazem uso da internet. Do mesmo modo, encontra-se entre os residentes nas áreas urbanas um percentual mais alto de pesquisados que afirmam conhecer coletivos culturais, especialmente em certas modalidades, como grupos teatrais (17,2% contra 5% dos entrevistados rurais); de mídias alternativas (18,8% entre os urbanos e 10,9% entre os rurais) e de fotografia ou cinema (10,3% e 5,9% no rural).

As diferenças de escolaridade se manifestam principalmente no conhecimento de grupos musicais, e das atividades menos citadas: a literatura, a fotografia e o cinema. Tanto no que diz respeito às associações literárias como no que se refere aos grupos de fotografia e cinema, é possível identificar que um número maior de pesquisados que cursaram o ensino superior ou mais declaram conhecê-las (19,7% no caso das associações literárias e 19,1% para atividades de fotografia ou cinema), sobretudo quando se estabelece uma comparação entre estes últimos e os entrevistados que cursaram a primeira parte do ensino fundamental, dentre os quais 4,1% afirmam conhecer grupos de literatura e 5% disseram ter conhecimento de grupos de cinema ou fotografia.

Com relação à variável de renda, a tendência é a mesma, com a diferença que, no segmento juvenil, os grupos de artesanato são mais conhecidos pelos mais pobres e, com relação aos grupos de dança, não há variação de conhecimento significativo entre as faixas de renda.

Os homens, de modo geral, conhecem mais que as mulheres diferentes tipos de grupos, com exceção daqueles ligados ao artesanato e à dança, mais conhecidos por mulheres. As maiores diferenças se dão no conhecimento de grupos esportivos, conhecidos por 10 pontos percentuais a mais de homens e nos de artesanato, esses conhecidos por 30,1% da mulheres contra 21,7% dos homens.

TABELA 31 – CONHECIMENTO DE GRUPOS, SEGUNDO O SEXO, EM PORCENTAGEM.

	SIM		NÃO		NÃO SABE		NÃO RESPONDEU	
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Música	37,2	32,8	60	64,2	2,7	2,9	0,1	0,1
Teatro, malabares, apresentações de circo	15,6	15,4	81,1	80,6	3,2	3,8	0	0,1
Dança	21,4	25,3	75,9	71,7	2,7	3	0	0
Desenho / pintura / grafite	15,4	14,8	80,7	81,4	3,9	3,7	0	0,1
Mídia alternativa (rádios, murais, revistas e jornais locais, blogs, etc)	19,2	16,5	77,1	79,8	3,6	3,7	0	0
Artesanato	21,7	30,1	75,5	66,4	2,7	3,5	0	0
Associação Literária	7,4	7,8	88,8	88,2	3,8	3,9	0	0,1
Fotografia e Cinema	10,8	8,8	86,2	87,1	3	4	0	0,1
Esporte e recreação	39,8	28,3	57,7	68,1	2,4	3,6	0	0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Cabe reparar que a participação em organizações sociais também amplia o conhecimento de grupos culturais e recreativos: em todas as modalidades, é maior a porcentagem de conhecimento entre os que declaram participar de alguma entidade de caráter religioso, social, comunitário ou político.

PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS

Do conhecimento à participação, porém, há uma distância. Entre os que conhecem algum tipo de grupo, parcelas que variam entre um quarto e um terço participam ou participaram de algum deles; a exceção, nesse caso, fica para os grupos de esporte, modalidade na qual 59% dos que disseram conhecer grupos têm ou tiveram inserção. Cabe reparar que também com exceção dos grupos de esporte e recreação, em todos os casos há uma parcela maior de entrevistados que diz já ter participado do que aqueles que participam atualmente.

TABELA 32 – PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS, EM PORCENTAGEM.
 BASE: PESQUISADOS QUE RESPONDERAM CONHECER GRUPOS

	PARTICIPA	PARTICIPOU	NÃO RESPONDEU
Esporte e recreação	53,8	45,5	0,7
Artesanato	35,1	64,6	0,3
Dança	30,5	69	0,5
Associação Literária	28,8	70,5	0,7
Desenho/ pintura/ grafite	26,9	72,8	0,3
Teatro, malabares, apresentações de circo	26	73,7	0,3
Fotografia e Cinema	23,2	75,5	1,4
Música	23	76,7	0,3
Mídia alternativa (rádios, murais, revistas e jornais locais, blogs, etc)	21,7	77,9	0,4

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Os jovens apresentam taxas de participação em coletivos culturais ou esportivos, atual ou pregressa, maiores que as dos adultos em praticamente todas as modalidades, com exceção de grupos de artesanato e associações literárias. Esse dado reitera a observação feita já em outras análises, de que a participação dos jovens, se se apresenta menor que a dos adultos na maior parte das entidades de caráter mais formalmente social e político, aumenta em grupos do tipo que estamos investigando nesse bloco²⁸.

²⁸ Ver por exemplo a pesquisa Jovens: cultura e política, in Abramo e Venturi, 2000; e a pesquisa IBASE POLIS 2005.

TABELA 33 – PARTICIPAÇÃO (ATUAL OU PASSADA) EM GRUPOS SEGUNDO A IDADE.
 BASE: PESQUISADOS QUE RESPONDERAM CONHECER GRUPOS

	SIM		NÃO		NÃO RESPONDEU	
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
Esporte e recreação	61,9	48,4	37,3	51	0,8	0,6
Artesanato	33,7	35,8	65,9	64	0,4	0,2
Dança	33,2	28,8	66,4	70,7	0,4	0,6
Música	25	21,7	75	77,7	0	0,6
Desenho/ pintura/ grafite	28,1	26,1	71,9	73,5	0	0,4
Fotografia e Cinema	25,2	21,8	73,4	76,9	1,4	1,4
Teatro, malabares, apresentações de circo	29,5	23,8	70,5	75,8	0	0,4
Associação Literária	23,6	31,5	75,7	67,7	0,7	0,8
Mídia alternativa (Rádios, murais, revistas e jornais locais, blogs, etc)	23,9	20,4	76,1	78,9	0	0,7

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A desigualdade social também se manifesta na possibilidade de atuar em grupos desse tipo: em todas as modalidades, os jovens da faixa A/B participam ou participaram mais que os das faixas mais baixas; as menores distâncias se encontram nas modalidades de artesanato (quase sem diferença, em torno dos 23% em cada faixa) e esporte (que é de 72% na faixa A/B, 65% na C e 66% na D/E) e na inserção em grupos de dança, que é maior na faixa C (com 28%, ao lado de 25% na faixa A/B e 15% na D/E). A participação em grupos de música também decresce conforme caem os índices de situação socioeconômica, mas se mantém como uma das modalidades culturais em que os jovens da D/E mais se inserem (em torno de 15%). Observados segundo a renda, porém, vemos que, curiosamente, a participação de jovens em grupos de fotografia e cinema não varia conforme a renda, o que talvez se deva à formação recente de grupos na periferia em torno de cine-clubes e atividades afins, assim como ao desenvolvimento por ONGs de vários projetos voltados para esse público com cursos de vídeo e fotografia.

A participação dos jovens do meio rural está fortemente concentrada nos grupos esportivos, reunindo 87% dos que participam ou participaram de algum grupo; as outras duas categorias mais significativas, embora num patamar bem abaixo, são música e artesanato (22,2% e 20,8%).

Vimos que informação, escolaridade e participação são elementos bastante interrelacionados. De modo geral, quanto maior a escolaridade, maior a participação, com exceção de grupos religiosos e das associações vinculadas ao mundo rural. Alguns autores já assinalaram que a vida coletiva também requer disponibilidade de recursos materiais e simbólicos, muitas vezes²⁹ não disponíveis à maioria. Paul Singer, por exemplo, analisando os dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, ressalta que o baixo nível

de participação dos jovens, principalmente dos que vivem em famílias de baixa renda, está ligada também à necessidade que eles têm de cuidar da própria sobrevivência, restando pouco tempo e disposição para outras atividades.³⁰

Os jovens participam menos que os adultos na maior parte das entidades e associações tradicionais, mas o inverso se verifica nas associações esportivas, estudantis e nos grupos culturais. É possível dizer, portanto, que se desenha um tipo de participação diferencial na juventude, corroborando análises já bastante difundidas, como por exemplo aquela apresentada por Krischke, que assinala uma tendência de crescimento de participação dos jovens no que ele chama de “participação não convencional”, que engloba não só o tipo de grupos em que os jovens mais se engajam, mas o tipo de ações políticas mais acionadas por eles (como por exemplo, assinar manifestos, participar de reuniões de movimentos sociais e em manifestações públicas de protesto)³¹.

Também é importante observar que a disposição (vontade) de participar é grande entre os jovens, maior do que sua participação real. Em que medida isso está vinculado às dificuldades da vida cotidiana, como assinalado por Singer, ou por outro lado, revela a existência de obstruções nas próprias organizações que não conseguem se abrir para a participação juvenil?

29 Venturi e Bokany, 2005.

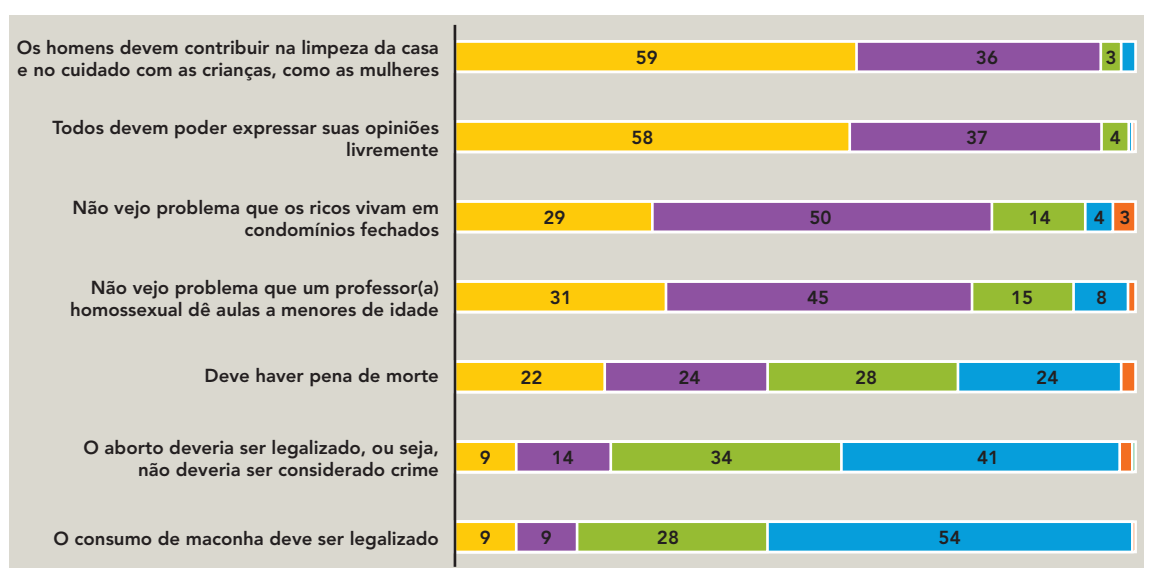
30 Singer, 2005.

31 Krischke 2005.

Nessa seção, procuramos checar posições a respeito de temas correntes que remetem a certos valores morais e princípios políticos, ou a certas disposições com relação à democracia, à igualdade, e às mudanças na vida pessoal e na sociedade. Interessou, aqui, verificar não somente as grandes linhas de opinião manifestadas no conjunto da sociedade brasileira, mas que fatores incidem nas diferenças de posição em relação a esses temas, atentando, principalmente, para a existência ou não de diferenças geracionais nesses posicionamentos.

OPINIÕES: TEMAS EM DEBATE

Os entrevistados foram convidados a opinar sobre afirmações que remetem a certos temas em debate, alguns deles mais subjetivos, outros envolvendo disputas políticas e decisões no âmbito judicial e legislativo, a partir da manifestação de concordância ou discordância com a formulação das frases abaixo.



■ Concorda totalmente
■ Concorda

■ Discorda
■ Discorda totalmente

■ Não sabe
■ Sem resposta

A maior parte dos temas encontra posição bastante partilhada entre os entrevistados: existe um grau de concordância quase consensual quanto à **liberdade de expressão** e à **distribuição mais igualitária entre os sexos nas tarefas domésticas**, e muito alto também com relação à aceitação da **homossexualidade** e ao recurso de **auto-isolamento dos mais ricos**, embora diminuindo, nesses dois temas, em relação aos dois anteriores, o grau de radicalidade da concordância. Por outro lado, é muito generalizada também a recusa às proposições de **legalização do aborto** e do **consumo de maconha**. O único tema que se apresenta como mais polêmico, dividindo as opiniões, é o da **pena de morte**.

Nota-se que a igualdade de gênero, no que diz respeito à contribuição dos homens nas tarefas domésticas e familiares, é a que conta com maior aprovação, seguida pela liberdade de expressão. Essas duas questões contam com percentuais de concordância de 96% e 95% respectivamente, sendo que mais da metade dos entrevistados disseram concordar totalmente com as afirmações.

Questões relacionadas à segregação espacial a partir de desigualdades de classe e aceitação social de homossexuais contaram com cerca de 2/3 de concordância e 1/3 de concordância total. No caso do grande percentual de concordância com não haver problema dos ricos viverem em condomínios fechados, pode-se apontar diversas hipóteses interpretativas: tal percentual de concordância poderia estar relacionado tanto a uma reação à violência urbana (ou ao que é retratado a esse respeito pelos meios de comunicação) como, simplesmente, à naturalização das desigualdades de classe no Brasil. Já o percentual de concordância em relação a um(a) professor(a) homossexual lecionar para menores parece indicar, assim como apontam outras pesquisas³², mudanças em relação a esse tema no Brasil nos últimos anos. Nessa direção é interessante notar que a formulação dessa questão toca diretamente a associação entre homossexualidade e pedofilia, que tem sido recentemente evocada por setores conservadores como argumento para barrar a aprovação de projetos de lei que garantam direitos a GLBT. Desse modo, o percentual de concordância com essa questão parece ainda mais significativo.

Com relação ao aborto e à legalização da maconha, a pesquisa indicou altos percentuais de discordância: 75% e 82%, respectivamente. Os dados sobre a maconha indicam o alto grau de intolerância ao uso de “drogas” - termo cuja aplicação geralmente diz respeito às drogas ilícitas - no Brasil. Indica também o quanto essa rejeição é forte, visto o fato de que a formulação toma o caso da maconha, freqüentemente referida como uma “droga mais leve”. É possível que essa recusa esteja ligada à associação do tema das drogas com a forte presença do crime organizado, especialmente do narcotráfico, e à violência que os circunda, levando à desaprovação de qualquer assunto ligado a substâncias ilegais.

O alto índice de discordância da legalização do aborto confrontado ao alto grau de concordância com a colaboração de homens em tarefas domésticas e familiares indica que, provavelmente esse tema não é compreendido, pela maioria, como um direito das

³² Em resposta à pergunta em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2007: “Se você soubesse que um filho homem está namorando um homem, você consideraria um problema muito grave, mais ou menos grave, pouco grave ou não consideraria um problema?”, 57% dos entrevistados afirmaram que esse seria um problema muito grave, uma queda de 20% se comparado à realização da mesma pergunta em pesquisa do Instituto Datafolha de 1998. Em relação às mulheres, 55% dos entrevistados não achariam “muito grave” se uma filha namorasse outra garota. Ver pesquisa “Família Brasileira”, realizada pelo Instituto Datafolha em outubro de 2007. Acesso em 01 jun 2008.

mulheres. Essa hipótese ganha mais consistência ao atentarmos para o fato de que as mulheres discordaram da afirmação num percentual maior do que os homens. Por outro lado, pode ser também decorrente do fato de que legalização e descriminalização do aborto não necessariamente têm o mesmo sentido ou invocam o mesmo conjunto de valores no Brasil. No debate público brasileiro acerca do aborto, a idéia de legalização está muito mais relacionada a um suposto incentivo à prática indiscriminada do aborto, que poderia ser usado de forma substituta à contracepção. A idéia de descriminalização geralmente está relacionada a uma perspectiva menos conservadora, mas é muito menos difundida. O movimento feminista tem procurado firmar a noção de descriminalização, argumentando que o fato do aborto ser crime coloca em risco a vida de mulheres, especialmente as mais jovens, pobres e as negras³³.

A consistência dessas opiniões se reflete também no fato de que não há diferenças muito radicais de opinião a partir das variáveis levantadas na pesquisa, sendo relevantes apenas na indicação de certas tendências e com relação a alguns temas. Algumas questões, que refletem temas mais cristalizados, variaram muito pouco, como é o caso da colaboração doméstica masculina ou da liberdade de expressão. Os temas em que aparecem variações mais significativas foram os da aceitação de professores homossexuais lecionando para menores, do fato de os ricos morarem em condomínios fechados, da pena de morte e do aborto.

As variáveis que mais produziram diferenças foram o nível de escolaridade e religião (variações de mais de 15 pontos percentuais). A variável da escolaridade compõe uma tendência razoavelmente clara: quanto maior o número de anos de estudo, maior a porcentagem de pessoas que concorda com posições “progressistas” com relação aos direitos e à superação de discriminações. Cresce conforme aumenta o nível de escolaridade a concordância com a legalização do aborto e do consumo de maconha, a aceitação da homossexualidade, a liberdade de expressão e a igualdade de gênero. O tema da separação social dos ricos em condomínios fechados também obtém maior concordância entre os mais escolarizados, mas não se pode classificar essa opinião como mais progressista. A exceção fica por conta da pena de morte, onde não há uma tendência claramente verificável segundo essa variável.

O uso da **internet** também pesa no sentido de uma maior aceitação da homossexualidade, do aborto e da maconha, levando à hipótese de que o maior grau de formação e informação leva ao desenvolvimento de opiniões mais tolerantes.

A **religião**, como seria de se esperar, uma vez que se constitui também num referencial de valores, produz modulações significativas na maior parte dos temas, principalmente com relação à pena de morte e à homossexualidade. De modo geral, os católicos mais que os evangélicos manifestam concordância com posições mais avançadas nos temas comportamentais. No entanto, a posição com relação à pena de morte encontra maior

³³ Recentemente uma campanha da IPAS, intitulada “Criminalizar o aborto resolve? Vai pensando aí” foi veiculado na internet e na MTV, colocando em cena uma enquête com três questões: 1) “Você é contra ou a favor do aborto?”; 2) “Você conhece alguém que fez aborto?”; 3) “Essa pessoa deveria ser presa?”. Todas as pessoas declaram ser contra, todas conhecem alguém que já fez um aborto e todas são tomadas de silêncio frente à última questão. Para ver o vídeo mencionado: http://www.youtube.com/watch?v=_GDSuSkivdA. Sobre o panorama das questões envolvendo o aborto no Brasil, ver: <http://www.ipas.org.br/debate.html>.

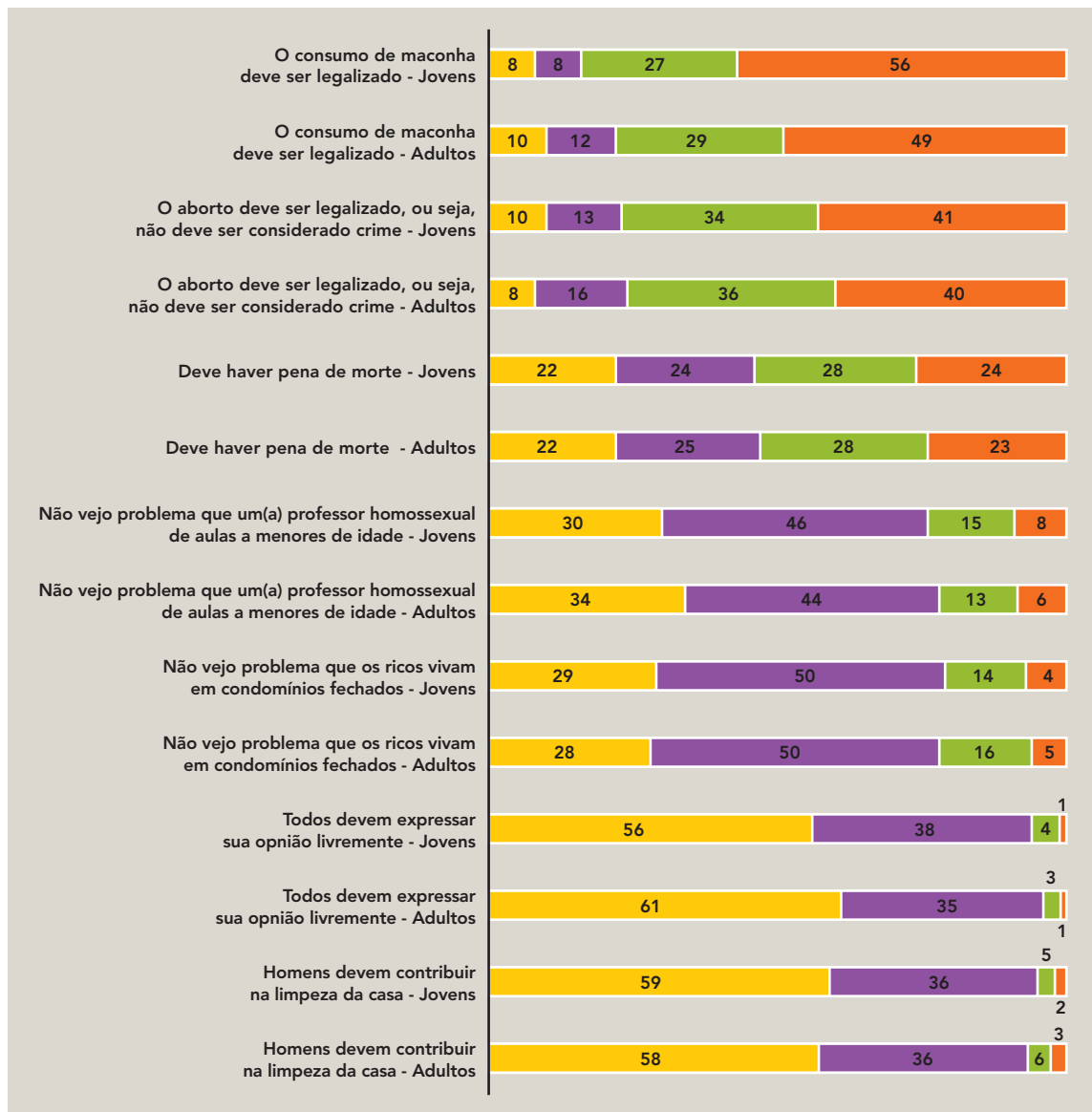
diferença entre os evangélicos: eles discordam mais dessa medida que os católicos.

Contudo, as maiores diferenças a favor de uma posição mais tolerante se manifestam entre os entrevistados classificados como sendo de “outras religiões” e, em segundo lugar, pelos que são ateus e os que têm crença mas não religião (reunidos numa só categoria). Embora essas junções dificultem muito o entendimento das respostas dadas, pode-se entender algumas tendências quando cotejamos esses dados com os de outras pesquisas semelhantes. Na análise que Regina Novaes fez dos dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira em 2003, ela encontra uma manifestação mais favorável com relação aos temas da homossexualidade e do aborto entre os espíritas (kardecistas e não) e adeptos de religiões afro-brasileiras (umbanda e candomblé)³⁴, assim como de ateus. Com relação à pena de morte, também naquela pesquisa se verificou uma maior rejeição entre evangélicos, seguidos dos ateus, provavelmente por razões distintas, como sublinha a autora da análise: “talvez as justificativas dos ateus estejam referenciadas no ideário dos direitos humanos, mas certamente as justificativas dos pentecostais estão ligadas à idéia de conversão, de novo nascimento, da graça de Deus que eles oferecem a cada dia para os que estão nas margens da sociedade” (Novaes, 2005, pg 286).

Os indicadores **socioeconômicos** e de renda atuam, na maior parte das vezes, no mesmo sentido daquele verificado com relação à escolaridade: quanto mais confortável a situação socioeconômica, maior a parcela dos que concordam com as frases propostas, o que significa que os mais ricos se posicionam de modo mais aberto com relação aos temas políticos e comportamentais, mas também aderem mais às idéias que envolvem uma autodefesa de classe, como a separação em condomínios fechados. Cabe notar que a aceitação da pena de morte é maior também entre os mais ricos (faixa A/B de indicadores socioeconômicos).

Mas o mais importante, para o escopo dessa pesquisa, é assinalar que não há diferenças importantes de opinião com relação a esses temas entre jovens e adultos; na verdade, a consideração dos jovens sobre essas questões vão no mesmo sentido geral do conjunto da população. Apenas nos temas da aceitação da homossexualidade e da legalização da maconha notamos uma diferença mais expressiva, com os jovens apresentando um maior grau de concordância. Embora a diferença não seja tão grande (é de cerca de 7 pontos percentuais nos dois casos), podem estar apontando uma tendência de mudança de valores entre gerações mais significativa pois, nos dois casos, quanto mais jovem a faixa etária, maior o grau de concordância: no tema da homossexualidade, a proporção dos que concordam sobe de 64% entre os entrevistados que têm mais de 60 anos para 81% entre os mais jovens (de 18 a 22 anos); e no caso da maconha, sobe de 9,1% para 24,1% entre os dois extremos etários a parcela dos que concordam.

³⁴ Que na nossa pesquisa fazem parte da categoria “outras religiões”.



■ Concordo totalmente
 ■ Concordo
 ■ Discordo
 ■ Discordo totalmente

A modulação de opinião segundo a escolaridade e religião no segmento juvenil segue a mesma tendência que no geral, mas é interessante pontuar que na maior parte das vezes o impacto que o nível de escolaridade e a filiação religiosa produzem na modulação de opiniões é mais alto entre os adultos que entre os jovens. Em que medida isso pode significar uma maior homogeneidade de opiniões e postura entre as novas gerações? Ou, ainda, cabe perguntar se a experiência da escolarização produz menos impactos formativos hoje, em termos de valores e posicionamentos, que em períodos passados.

VALORES

A pesquisa também buscou apreender as percepções dos entrevistados sobre as intervenções que julgam ser significativas para provocar mudanças em suas vidas e no país onde vivem, do mesmo modo que visou compreender quais seus medos pessoais e os principais problemas que identificam como ameaças à democracia no século XXI.

AÇÕES QUE PODEM MELHORAR A VIDA

Ao serem indagados sobre as ações que consideram mais importantes para melhorar suas vidas, vemos que a maior parte dos entrevistados aposta nas intervenções ligadas à esfera privada, individual ou familiar: 44% do total de pesquisados apostam no **próprio esforço pessoal**, enquanto outros 27% contam com o **apoio familiar**. Menos de um quarto da mostra assinala opções mais sistêmicas ou estruturais, como as **mudanças no sistema econômico** (13%) ou as **políticas governamentais** (10%), enquanto apenas 4% escolheram a própria **participação em organizações sociais**. Cabe anotar que as outras respostas acrescentadas pelos entrevistados (como “segurança, saúde e educação”, “respeitar o direito dos idosos”, “saúde”, “buscar a Deus” e “ter um emprego”) se apresentaram de forma muito dispersa, atingindo menos de um ponto percentual e foram reunidas na categoria “outros” nos resultados aqui apresentados.

As diferenças geracionais, aqui também, não são muito grandes, mas pode-se ver que os jovens apostam mais que os adultos nas suas capacidades, principalmente no seu esforço pessoal, enquanto entre os adultos é um pouco maior a percepção da importância das intervenções políticas e econômicas.

TABELA 35 – MAIS IMPORTANTE PARA MELHORAR A VIDA, POR SEXO E IDADE, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	SEXO		JOVEM 18 a 29 anos	ADULTO 30 anos e mais
		MASCULINO	FEMININO		
Seu próprio esforço	44,3	47,6	41,3	48,7	42,2
O apoio de sua família	27,4	25,8	28,9	26,7	27,8
Mudança no sistema econômico	13	12,6	13,4	11,6	13,7
As políticas governamentais	9,9	9,4	10,3	7,8	10,8
Sua participação em organizações sociais	4	3,4	4,5	4,4	3,8
Outros	0,5	0,4	0,5	0,3	0,6
Não sabe	0,8	0,7	0,9	0,6	0,9
Sem resposta	0,1	0,1	0,1	0	0,2

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

O esforço pessoal foi também citado em uma ligeira maior proporção (cerca de 7 pontos percentuais de diferença) pelos mais ricos (por 48% dos entrevistados com renda familiar superior a R\$ 1600,00) e mais escolarizados (51% daqueles com nível superior de ensino), assim como pelos que usam internet (48%, contra 42% dos que não usam). Já o apoio da família se torna especialmente importante entre os mais pobres e os menos escolarizados, assim como por aqueles que não usam computador. Essa diferença de peso entre um e outro fator pode indicar que aqueles com situação de vida mais favorável apostam mais nos próprios recursos para melhorar de vida, enquanto os mais pobres e com menores recursos formativos contam mais com a solidariedade e estratégias familiares para a resolução de suas vidas.

A importância das políticas públicas é mais citada pelos mais ricos e escolarizados, podendo significar um maior grau de compreensão sobre o impacto das decisões políticas e das estruturas de serviços públicos sobre a vida das pessoas. Contudo, o mesmo não ocorre quanto ao item das mudanças econômicas: não são os mais ricos e mais escolarizados que assinalam em maior proporção essa alternativa, assim como não são também os mais pobres e com menor número de anos de estudo, mas aqueles nas faixas intermediárias das escalas dessas duas variáveis.

Com relação às diferenças segundo a variável sexo, percebe-se que a opção do esforço pessoal foi escolhida por um número maior de entrevistados do sexo masculino (47,6% de homens e 41,3% de mulheres) e a família mais indicada por entrevistadas do sexo feminino; é possível que essas diferenças estejam vinculadas às representações dos papéis sexuais na família, apoiadas na idéia do chefe provedor e da mulher responsável pela coesão familiar.

Coerentemente, os pesquisados que não demonstram interesse em participar constituem o grupo de entrevistados que atribui maior importância ao esforço pessoal (55,5%) e menor peso à participação em organizações sociais (1,6%), tal como demonstra a tabela a seguir:

TABELA 36 – AÇÕES MAIS IMPORTANTES PARA PROVOCAR MELHORIA DE VIDA, SEGUNDO PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES OU GRUPOS, EM PORCENTAGEM.

	PARTICIPAÇÃO		
	PARTICIPA	GOSTARIA DE PARTICIPAR	NÃO GOSTARIA DE PARTICIPAR
Seu próprio esforço	40,3	41	55,5
O apoio de sua família	28,5	29,8	22,4
Mudança no sistema econômico	14,4	13,9	9,6
As políticas governamentais	10,7	10	8,4
Sua participação em organizações sociais	4,8	4,6	1,6
Outros	0,7	0,4	0,3
Não sabe	0,6	0,4	1,7
Sem resposta	0	0	0,5

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

O QUE É IMPORTANTE PARA TRANSFORMAR O BRASIL

Se a melhoria da vida pessoal fica principalmente por conta da esfera privada, na percepção dos entrevistados, as transformações do país exigem outra ordem de intervenções: ao assinalar o que é mais importante para transformar o Brasil, cresce a proporção dos que assinalam a importância das **mudanças econômicas** (para quase um quarto da mostra) e, principalmente, das **políticas públicas**, por mais de 1/3 dos respondentes, que alcança o lugar de fator mais importante independente das variáveis observadas.

Não é pequeno, porém, o montante de pessoas que ainda aposta mais nas ações individuais ou familiares (**esforço pessoal e apoio da família**) que nas estruturais: juntas, somam a escolha de quase 40% dos entrevistados, com cerca de um quinto de escolhas cada uma.

Cabe reparar também que mantém-se a baixa aposta na importância da atuação da sociedade civil para alterar o quadro social do Brasil, dado que apenas 4,4% dos entrevistados julgaram a pressão das **organizações sociais** como sendo a mais significativa para garantir as transformações do país.³⁵

³⁵ Como na questão anterior, as outras respostas acrescentadas pelos entrevistados (como educação, menos corrupção política, mudar o código penal, aceitar Jesus, saúde pública de qualidade, conscientização e patriotismo) se apresentaram de forma muito dispersa, atingindo menos de um ponto percentual e foram reunidas na categoria “outras”.

Verifica-se que o peso dado às **políticas governamentais**, assim como na questão anterior, é maior entre os que possuem mais rendimentos e maior escolaridade, entre os que são moradores do setor urbano e os que têm acesso ao computador e internet para buscar informações.

As **mudanças no sistema econômico** ocuparam a segunda colocação na maior parte dos casos e, como na questão anterior, são percebidas como mais importantes em maior medida por aqueles que estão nos segmentos intermediários de escolaridade e renda. Interessante registrar também que no caso dos moradores do setor rural, as mudanças econômicas foram a quarta alternativa mais citada, enquanto o reconhecimento da importância da vida familiar e o esforço pessoal ocuparam a segunda e a terceira posições, respectivamente. O percentual de entrevistados que não souberam responder é mais alto entre aqueles que estão inseridos na menor faixa de renda considerada pela pesquisa (4,9%), os habitantes do setor rural (7,2%) ou aqueles que completaram apenas a primeira parte do ensino fundamental (5,2%).

TABELA 37 – O MAIS IMPORTANTE PARA TRANSFORMAR O BRASIL, EM PORCENTAGENS.

	TOTAL	SEXO		IDADE	
		MASCULINO	FEMININO	JOVEM	ADULTO
As políticas governamentais	34,4	33,9	34,9	36,3	33,6
Mudança no sistema econômico	20,1	19,8	20,4	17,4	21,3
Esforço pessoal	19,8	21,7	18,1	22,3	18,7
Reconhecimento da importância da vida familiar	18	16,8	19,1	17,4	18,3
A pressão / atuação das organizações sociais	4,4	4,8	4	4,5	4,3
Outros	0,5	0,6	0,3	0,4	0,5
Não sabe	2,6	2,3	2,9	1,6	3,1
Sem resposta	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Do mesmo modo que na questão anterior, as diferenças etárias não são grandes, não passando de 3 pontos percentuais quando se manifestam. Pode-se ver que há uma “troca de pontuação” entre os fatores “mudanças econômicas” e “esforço pessoal” (esse último alcançando segundo lugar entre os jovens e o terceiro entre os adultos). Os jovens dão também, um pouco mais que os adultos, importância às políticas públicas, enquanto entre os adultos sobe um pouco a porcentagem dos que dizem não saber responder à questão.

Vale observar que a importância dada às intervenções governamentais ou da sociedade civil variou conforme o nível de escolaridade do entrevistado: a referência às políticas governamentais passa de 29,4% entre os entrevistados que concluíram a primeira parte do

ensino fundamental para 42,7% entre os que cursaram nível superior ou mais; assim como o percentual dos que citaram a pressão das organizações sociais sobe de 3,4% para 6,9%.

TABELA 38 – AÇÕES MAIS IMPORTANTES PARA TRANSFORMAR O BRASIL, SEGUNDO RENDA.

	RENDA			
	ATÉ R\$ 480,00	R\$ 481,00 A R\$ 800,00	R\$ 801,00 A R\$ 1600,00	R\$ 1601,00 OU MAIS
As políticas governamentais	31,3	31,6	35,7	38,7
Mudança no sistema econômico	16,1	18,7	23,9	21,1
Esforço pessoal	22,3	23,6	18,5	15,1
Reconhecimento da importância da vida familiar	21,6	18,2	15,4	18,2
A pressão / atuação das organizações sociais	24	33	47	39
Outros	5	3	2	3
Não sabe	41	20	18	5
Sem resposta	1	3	1	1

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Quando se observam as respostas segundo níveis e interesse de participação dos pesquisados, nota-se que a participação efetiva em coletivos ou ao menos o interesse em engajar-se faz elevar o número de entrevistados que atribui maior importância às políticas governamentais e às mudanças no sistema econômico, representando um aumento de pelo menos três pontos percentuais.

TABELA 39 – AÇÕES MAIS IMPORTANTES PARA TRANSFORMAR O BRASIL, SEGUNDO NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO.

	PARTICIPAÇÃO		
	PARTICIPA	GOSTARIA DE PARTICIPAR	NÃO GOSTARIA DE PARTICIPAR
As políticas governamentais	36	35,5	30,1
Mudança no sistema econômico	21,7	20	17,5
Esforço pessoal	16,6	18	27,7
Reconhecimento da importância da vida familiar	17,3	19,1	17,7
A pressão / atuação das organizações sociais	5	4,7	2,9
Outros	0,6	0,4	0,3
Não sabe	2,5	2,2	3,4
Sem resposta	0,1	0,1	0,3

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

OS MEDOS DOS BRASILEIROS

Os entrevistados foram convidados a indicar qual é o maior medo que possuem atualmente. A primeira observação a ser feita é que sobressaem três itens com valores muito próximos, praticamente dividindo a opinião dos entrevistados. E no topo dos temas elencados figura o temor de ser vitimado pela **violência** (apontado por 29,8% dos entrevistados), tal como já aparecia em investigações anteriores sobre as juventudes brasileiras (como a do Ibase/Pólis, 2005 e a do Instituto Cidadania, 2003). Entretanto, menos de um ponto percentual separa esta da segunda preocupação que apareceu de forma mais recorrente: **a falta de água no planeta** (indicada por 29,4%). Esse é um dado novo, uma vez que temas ligados ao meio ambiente não apareceram com relevância em pesquisas anteriores, revelando a importância do crescimento da agenda ambiental. Para outros 28,9% dos pesquisados o maior medo é que algo ruim **aconteça com a família**, tema sempre presente na valoração e preocupações da população brasileira. Num outro patamar, 8,9% temem **ficar sem trabalho**, o que também indica uma mudança significativa em relação a pesquisas anteriores, onde o medo do desemprego chegava a atingir o primeiro plano entre os jovens³⁷; isso deve estar refletindo a situação conjuntural economicamente favorável que (pelo menos até o início do segundo semestre de 2008) fez crescer as taxas de emprego no país; por fim, uma pequena parcela, de 1,4%, preocupa-se em **não acompanhar o ritmo das novas tecnologias**.

Entre os jovens a preocupação ambiental é ainda maior, revelando talvez o sentimento de que serão eles os que viverão as consequências mais graves dos desastres ecológicos. É interessante reparar também que o medo da violência é maior entre os adultos que entre os jovens, caindo para terceiro lugar, abaixo da preocupação com a família³⁸.

Comparando as respostas dadas por mulheres e homens, vemos que o medo do desemprego é maior entre os homens enquanto a preocupação com a violência e a família é maior entre as mulheres, reforçando o sentido já observado em que os homens se sentem mais responsáveis pela provisão, e as mulheres pela proteção da família.

³⁷ Na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, de 2003, atingia o segundo lugar entre as maiores preocupações dos jovens (ver em Abramo e Branco 2005; na pesquisa do IBASE/POLIS, de 2005, o desemprego era a preocupação mais citada em 3 das 8 regiões metropolitanas pesquisadas.

³⁸ Nas pesquisas citadas na nota anterior, violência é que figura como a principal preocupação dos jovens.

TABELA 40 – PRINCIPAIS MEDOS DOS BRASILEIROS, SEGUNDO SEXO E IDADE.

	SEXO			IDADE	
	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	JOVEM	ADULTO
Ser vítima da violência (armas etc)	29,8	28,1	31,3	27,2	30,9
Faltar água no planeta	29,4	29,1	29,7	31,6	28,4
Que aconteça algo ruim com a sua família	28,9	26,7	30,9	28,8	29
Ficar sem trabalho	8,9	11,9	6,2	9,8	8,5
Não acompanhar o ritmo das novas tecnologias (computador, internet, celular, etc)	1,4	1,8	1	1,9	1,1
Nenhum destes	1,1	1,6	0,6	0,6	1,3
Não sabe	0,4	0,5	0,2	0,1	0,5
Sem resposta	5	4	1	0	5

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

É interessante perceber que o temor da violência não está, contudo, necessariamente mais presente entre os segmentos onde se observam os maiores índices de vulnerabilidade (mais pobres e menos escolarizados, e jovens negros, por exemplo). Com relação à escolaridade, vemos que é sobretudo entre aqueles que cursaram o ensino superior ou mais que o medo da violência atinge o mais alto índice: 37,4%, representando pouco mais de dez pontos percentuais de diferença com relação ao número de pesquisados que possuem ensino médio e que indicaram a mesma alternativa (27,2%). Com relação à renda, os índices de preocupação com a violência são maiores entre os que estão inseridos tanto na menor quanto na maior faixa de renda considerada por este estudo.

Ao se levar em consideração o setor de moradia dos pesquisados, é possível observar que o temor da violência é mais baixo entre os moradores do campo que para a média dos entrevistados (indicada por 25,1% deles); já a possibilidade de faltar água no planeta é a alternativa mais apontada pelos entrevistados da zona rural (mencionada por 38,2%).

TABELA 41 – PRINCIPAIS MEDOS DOS BRASILEIROS, SEGUNDO SETOR DE MORADIA

	TIPO DE SETOR	
	URBANO	RURAL
Ser vítima da violência	30,5	25,1
Faltar água no planeta	28	38,2
Acontecer algo ruim com a família	29,3	26,3
Ficar sem trabalho	9,4	5,9
Não acompanhar o ritmo das tecnologias	1,4	1,4
Nenhum destes	1	1,4
Não sabe	0,2	1,3
Sem resposta	0,1	0,3

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

PRINCIPAIS AMEAÇAS À DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

Através de uma outra questão, os entrevistados foram estimulados a refletir sobre os problemas sociais que atingem o país e que se colocam como entraves à democracia no século XXI³⁹. Mais da metade (54,8%) dos pesquisados indicaram a **corrupção entre os políticos**, revelando a força que esse tema encontra na apreensão sobre a política no país. Uma outra parcela, quase correspondente à metade dos entrevistados (47,1%), contudo, localiza na estrutura econômica e social, representada pela **desigualdade entre ricos e pobres**, a principal ameaça à democracia na atualidade. Uma série de outros fatores divide também a opinião dos entrevistados na identificação dos problemas que ameaçam a democracia: 39,7% mencionaram o poder do **narcotráfico**, 37% apontaram a **falta de perspectiva para os jovens**, 31,8% citaram o despreparo ou **ineficiência da polícia**, 29,7% a **ineficiência do sistema judiciário**, e 27% o descaso dos governantes em relação à **destruição do meio ambiente**. Numa escala bem menor, outros 8,1% vêem no **consumismo** gerado pela economia mundial um entrave importante para a democracia.

As diferenças geracionais se manifestam na maior percepção, entre os jovens, da desigualdade como fator de ameaça para a democracia, assim como da falta de perspectiva profissional que seu próprio grupo experimenta.

As mulheres se preocupam mais que os homens com a falta de perspectiva profissional dos jovens, o que pode também estar revelando uma maior preocupação das mães com a trajetória de seus filhos.

³⁹ Os entrevistado podiam assinalar até três opções de uma lista fechada de formulações.

TABELA 42 – PRINCIPAIS AMEAÇAS À DEMOCRACIA, SEGUNDO SEXO E IDADE, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	SEXO		IDADE	
		MASCULINO	FEMININO	JOVEM	ADULTO
A corrupção entre os políticos	54,8	58,3	51,6	55,6	54,4
A grande desigualdade entre ricos e pobres	47,1	48,3	46,1	51,4	45,1
O poder do narcotráfico (dos traficantes)	39,7	38,3	41	38,4	40,3
A falta de perspectiva profissional para os jovens	37	33,6	40	39,2	36
O despreparo (ou ineficiência) da polícia	31,8	31,3	32,2	31,4	32
O sistema Judiciário (a Justiça) que não cumpre seu papel	29,7	30,8	28,7	32	28,7
O descaso dos governantes em relação à destruição do meio ambiente	27	27,2	26,9	27,6	26,8
A economia mundial que estimula a comprar sempre mais	8,1	8,6	7,6	8,9	7,7
Nenhuma destas	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Não sabe	3,5	2,6	4,4	1	4,7
Sem resposta	0,2	0,3	0,1	0	0,3

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Mesmo ocupando o primeiro lugar entre as opções mais citadas por entrevistados com diferentes perfis, a referência à corrupção entre os políticos aumenta gradativamente conforme os anos de estudo dos pesquisados: sobe de 48,2% entre os que cursaram a primeira parte do ensino fundamental para 62,3% entre os que concluíram o ensino superior ou mais. Proporcionalmente, também foram os pesquisados com maior escolaridade os que mais citaram a ineficiência do sistema judiciário (36,4%) e o descaso dos governantes frente à destruição ambiental (34,1%). Ou seja, são os mais escolarizados que mais atribuem às instituições políticas as possibilidades de desenvolvimento da democracia.

Porém, independente do nível de escolaridade declarado, a segunda ameaça identificada de maneira mais recorrente foi a desigualdade social: apontada por 62,3% dos que cursaram ensino superior ou mais, 50,4% dos concluintes do ensino médio, 47,6% daqueles com ensino fundamental completo e 45,9% dos que cursaram a primeira parte do ensino fundamental. A desigualdade é mais sentida também entre os entrevistados do meio rural, entre os quais ocupa a primeira colocação. São eles também que ressaltam o descaso dos governantes com o ambiente.

Nas cidades se destaca uma outra face dos problemas econômicos: a falta de perspectiva profissional para os jovens encontra maior ressonância no meio urbano que no rural, assim como a ineficácia do judiciário (30,7% contra 23,3 dos rurais).

TABELA 43 – PRINCIPAIS AMEAÇAS À DEMOCRACIA, SEGUNDO SETOR DE MORADIA.

	TIPO DE SETOR	
	URBANO	RURAL
A corrupção entre os políticos	55,7	48,9
A grande desigualdade entre ricos e pobres	46,3	52,4
O poder do narcotráfico (dos traficantes)	39,9	38,4
A falta de perspectiva profissional para os jovens	37,6	33,1
O despreparo (ou ineficiência) da polícia	31,8	31,8
O sistema Judiciário (a Justiça) que não cumpre seu papel	30,7	23,3
O descaso dos governantes em relação à destruição do meio ambiente	26,9	28,2
A economia mundial que estimula a comprar sempre mais	8,3	7
Nenhuma destas	0,1	0,1
Não sabe	3,2	5,8
Sem resposta	0,1	0,6

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A comparação entre jovens e adultos no tema das opiniões e valores mostra que não é possível assinalar uma tendência constante no sentido de que os jovens (ou as novas gerações) sejam claramente mais progressistas que os adultos, nem o contrário, que sejam mais conservadores. Essa observação é importante para relativizar certos senso comuns correntes que, numa direção ou outra, buscam classificar os jovens ou como “naturalmente” mais rebeldes e libertários que os adultos, ou, ao contrário, lamentar que “essa geração juvenil” seja mais conservadora que as anteriores. Como já observaram Venturi e Bokany, a respeito dos comentários suscitados pelos dados da Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira: “... onde pareciam conservadores os jovens não o são, ou ao menos não são mais que seus contemporâneos adultos. (...) De resto, que a maioria dos jovens se comporte e reflita os valores hegemônicos de sua época e cultura parece ser - desde sempre- a norma”⁴⁰.

⁴⁰ Venturi e Bokany, 2005. pg 367.

Na verdade, como vimos, não há diferenças muito pronunciadas de opinião entre as gerações, emergindo apenas em relação a algumas questões; e essas diferenças podem acusar tanto uma predominância de visões mais avançadas em alguns temas, como os da homossexualidade e das drogas, como mais atrasadas, ou menos politizadas, em outras, como no caso da aposta maior na capacidade de resolução pessoal que nas dimensões estruturais e políticas para as mudanças no país. Por outro lado, os jovens parecem ser mais sensíveis a certos temas, como o das desigualdades e o da questão ambiental.

O nível de escolaridade e o acesso à informação em rede (via internet) pesa significativamente na modulação das opiniões e valores, como já constatado em outras pesquisas. Em termos gerais, quanto maior o nível de escolaridade e informação, maior a porcentagem de pessoas com uma posição “progressista”, principalmente com relação a temas comportamentais e políticos, ou que envolvam a afirmação de igualdades subjetivas; também elevam a percepção da importância das políticas e instituições públicas (como o judiciário, o parlamento, o executivo) para a vida pessoal e coletiva, num indicador que alguns analistas identificam como de “sofisticação política”⁴¹.

Nos dados dessa pesquisa, porém, pode-se notar uma observação intrigante: em muitas questões, o impacto do nível de escolaridade na modulação de opiniões parece pesar mais sobre o segmento adulto que o juvenil, o que se verifica segundo duas leituras: a variação das respostas é menor entre o primeiro e o último nível de escolaridade no segmento juvenil que no adulto; e a variação geracional é menor (às vezes inexistente) na faixa de nível superior de ensino, enquanto se alarga entre aqueles que tem menor número de anos de estudo.

A situação socioeconômica também faz variar as opiniões: de modo geral, essa variável produz o mesmo tipo de modulação que a escolaridade, fazendo com que suba, na maior parte das vezes, a porcentagem dos que têm uma posição mais avançada conforme sobe a renda. Contudo, parece que quando se trata de temas em que está implicada a autodefesa pessoal ou de grupo, os mais ricos manifestam opiniões que podem ser consideradas mais “regressivas”, como no caso da segregação espacial dos ricos e da pena de morte. Com relação à identificação dos elementos que interferem na vida pessoal e coletiva, vemos que o peso das medidas econômicas é mais sentido por aqueles que se localizam nas faixas intermediárias de renda.

A religião produz modulações muito importantes na conformação dos valores, como pudemos observar na análise dos temas mais polêmicos; mas não de modo tão forte, ou unívoco, nas opiniões políticas. Se a posição dos evangélicos era facilmente percebida na primeira parte desse capítulo, com relação aos demais temas não se pode diferenciar singularmente sua posição. Novaes já nos alertou para isso na análise constitutiva dos “Retratos da Juventude Brasileira”, mostrando que não se pode naturalizar uma equação que associa o conservadorismo religioso à alienação política (Novaes, 2005, pg 289).

⁴¹ José Álvaro Moisés, citado por Krischke (2005), pg 328.

REPRESENTAÇÕES DA JUVENTUDE

Neste bloco procuramos analisar as representações vigentes sobre a juventude, sua caracterização, principalmente no sentido da comparação com os adultos, e qual o conteúdo principal da condição juvenil na percepção dos entrevistados. É preciso dizer, desde já, que mesmo com relação a esse assunto, as percepções e opiniões de jovens e adultos não se diferenciam profundamente, manifestando-se em alguns tópicos e mais de maneira a indicar tendências que a contrapor uma geração a outra.

AUTO PERCEPÇÃO DA CATEGORIA ETÁRIA

As percepções sobre a própria idade refletem as imprecisões e fluidez das definições sociais sobre as categorias etárias e, principalmente, sobre as fronteiras entre as diferentes fases da vida. No geral, a maior parte dos nossos entrevistados atribui a si mesmo uma classificação etária correspondente àquelas circulantes sobre a faixa de idade em que se encontram: mais de dois terços daqueles entre 30 e 50 anos se define como **adulto**, e uma parcela maior ainda dos que nasceram há pelo menos 60 anos se define como **idoso**, grandezas próximas àquelas de entrevistados com menos de 25 anos que se consideram **jovem** ou **adolescente**. No entanto, há algumas zonas de maior dúvida e algumas discrepâncias interessantes.

Uma das zonas de imprecisão diz respeito ao momento em que os adultos começam a se ver como idosos. Se entre os entrevistados com mais de 60 anos quase $\frac{3}{4}$ já se considera idoso, na faixa anterior, dos 50 aos 59 anos, há uma divisão de percepções: menos da metade (44,7%) se define como adulto, sendo 38,8% os que já se consideram idosos, enquanto 14,9% ainda se consideram jovem; e a auto-identificação como idoso já está presente em 10% daqueles com idade entre 40 e 49 anos. As variáveis relativas à situação socioeconômica interferem sobremaneira na sensação de envelhecimento: na faixa D/E já é de 53% a proporção daqueles que se consideram idosos na faixa dos 50 anos de idade, enquanto isso ocorre apenas para 11% dos da mesma idade na faixa A/B. A escolaridade tem um impacto ainda maior: entre os que tem nível universitário,

apenas 3,6% dos entrevistados com 50 a 59 anos se consideram idosos, e mesmo entre aqueles com mais de 60 anos a proporção não chega a um terço.

Outra zona de imprecisão é a passagem da condição juvenil para a adulta, no decorrer da casa dos vinte anos. Antes de precisar esse ponto, cabe reparar que o próprio termo “juventude” nem sempre, ou não para todos, indica necessariamente uma fase específica da vida, podendo ser pensado como um atributo ou um sentimento que pode estar presente em qualquer idade, como uma indicação de estado de espírito ou disposição, ou ainda de saúde ou aspecto físico, como uma marca diferencial em relação a outros indivíduos da mesma idade: talvez seja por isso que em todas as faixas etárias, mesmo nas mais velhas, haja uma percentagem não desprezível que declara ser jovem (20% no total dos entrevistados adultos). Outra hipótese é que essas respostas reflitam a supervalorização da juventude como idade ideal na cultura contemporânea.

TABELA 44 – AUTODECLARAÇÃO DE IDADE

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos ou mais
Idoso	661	2	1	6	21	70	180	382	9	652
	18,9	0,4	0,7	1,5	2,7	10,6	38,8	72,4	0,9	27,1
Adulto	1647	115	66	227	520	439	207	73	408	1240
	47,1	24	35,2	52,9	68,9	66,7	44,7	13,8	37,2	51,5
Jovem	982	261	99	168	183	139	66	67	528	454
	28,1	54,6	53	39,1	24,2	21	14,2	12,8	48,2	18,9
Adolescente	205	100	21	28	32	11	8	5	149	56
	5,9	20,9	11,1	6,6	4,2	1,7	1,8	1	13,6	2,3
Nenhum destes	3	1	0	0	0	0	3	0	1	3
	0,1	0,1	0	0	0	0	0,6	0	0,1	0,1

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

OS JOVENS E O TERMO JUVENTUDE

Cerca de 30% dos nossos entrevistados mais jovens (com 18 ou 19 anos) se classifica como “adolescente”, enquanto cerca de 15% já se vê como “adulto”, sendo que a maioria se vê mesmo como “jovens”. Já na faixa dos 20 aos 24 anos, cai bastante a proporção daqueles que se consideram adolescentes, para cerca de 13%. A maioria se considera “jovem”, mas um terço deles se considera “adulto”. É na faixa dos 25 aos 29 anos, porém, que

parece haver o corte mais significativo nessa passagem de condição: entre os entrevistados que estão na segunda metade dos vinte anos, a maioria já se considera adulto (53%).

A literatura especializada há muito alerta que a juventude é vivida e significada de modos muito diferentes segundo as diversas e desiguais situações e trajetórias dos indivíduos; isso implica, também, que variam o tempo de duração e os ritmos dos processos de transição para a vida adulta. As explicações mais recentes apontam para o processo histórico de desconstrução e dessincronização dos marcos de passagem, tornando não só mais difícil definir teoricamente os limites e conteúdos das diferentes fases da vida como também a sinalização social dessas referências torna-se mais diluída e incerta. Se em certos momentos e conjunturas sociais se definiu a passagem da juventude para a idade adulta como marcada principalmente pela transição da escola para o trabalho, ou da esfera da formação para o da produção e reprodução, hoje já se acumulam dúvidas sobre a possibilidade de manter esses marcos como precisos ou constantes (ver, entre outros, Margulis, Sposito, Abramo).

O exame das informações trazidas pela pergunta que pede ao entrevistado que defina sua condição etária certamente não permite concluir respostas a essas intrincadas questões. Mas a observação das variáveis que interferem nos resultados pode nos dar pistas a respeito do que parece ter peso na conformação das situações que engendram a autopercepção como jovem ou como adulto nessa franja etária.

De modo geral, os homens tendem a se perceber como mais jovens que as mulheres, em todas as idades, sobretudo na faixa dos 25 a 29 anos: nessa faixa etária, 45% dos homens se percebem como jovem e 48% como adulto, enquanto entre as mulheres 58% já se percebem como adulto ao passo que apenas 38% ainda se vêem como jovem.

Curiosamente, a variação por condição socioeconômica não parece ser muito significativa para mudanças nessa autodefinição. Aumenta um pouco (três pontos percentuais e meio), em relação à faixa D/E, a porcentagem dos entrevistados entre 18 e 29 anos da faixa A/B que se considera jovem, mas por outro lado diminui a parcela dos que se considera adolescente, resultando no fato de que é nessa faixa de renda (A/B) que encontramos a maior porcentagem daqueles que, tendo entre 18 e 29 anos, já se considera adulto.

TABELA 45 – AUTODECLARAÇÃO DE IDADE POR ISE, EM PORCENTAGEM

	Índice Sócio Econômico						Total
	A/B		C		D/E		
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	
Adolescente	12,3	2,7	14,5	2,4	14,3	1,8	5,9
Jovem	49,5	24,3	48,0	17,7	46,0	15,1	28,1
Adulto	38,2	62,5	36,4	53,1	37,2	38,0	47,1
Idoso		10,5	1,1	26,6	2,1	45,0	18,9
Nenhum destes				0,1	0,3	0,2	0,1

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Nem mesmo a situação de atividade produz as diferenças que se poderia supor se vigorassem como definidoras do status do indivíduo na sua trajetória de vida: o fato de estar estudando não parece pesar na auto-identificação com a condição juvenil ou adolescente; somente entre os entrevistados com 18 ou 19 anos é que percebemos uma ligeira diferença dos que estudam na sua definição como adolescentes. Já entre os de 25 a 29 anos o fato de estar estudando revela uma maior parcela de entrevistados que se considera adulto do que os da mesma idade que não estão estudando. Também não parece que o ingresso no mundo do trabalho pese significativamente no fato dos entrevistados se perceberem mais velhos: na faixa dos 20 aos 24 anos, inclusive, os que estão no mundo do trabalho se percebem mais jovens que os que não estão trabalhando: enquanto 48% desses se percebe como adulto, essa porcentagem cai para 31% entre os que estão trabalhando.

O que parece produzir a maior diferença é a condição conjugal e a posse de filhos. É entre os casados, e entre os que já têm filhos que, nas 3 faixas etárias em que subdividimos o contingente de entrevistados que chamamos de juventude (entre 18 e 29 anos), a parcela dos que se consideram adulto é maior do que a dos que se consideram jovem. Essa informação se conecta com a análise da situação conjugal, que nos indica que é na segunda metade da casa dos vinte anos que a maioria se casa e tem filhos, onde também a maioria já se considera adulto.

Ou seja, com relação à autopercepção da própria condição etária, pode-se arriscar a dizer que o principal diferencial a marcar a passagem da condição juvenil para a adulta parece ser não a *condição de atividade* mas a *formação de nova família* (casar e ter filhos).

Há também uma outra variação digna de nota: no meio rural há uma tendência, até os 39 anos, a ter uma maior porcentagem de pessoas que se consideram jovens que no meio urbano. Talvez isso esteja relacionado à cultura patriarcal no processo de transmissão da posse da terra e na gestão familiar no campo, criando resistência à autonomização dos filhos e à concessão a eles do status de adultos (ver análises de Elisa Guaraná).

CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS

É possível ver que não há, espontaneamente, nenhuma idéia forte muito precisa e consistente relacionada ao termo juventude: as respostas à pergunta aberta que solicitava ao entrevistado que dissesse a primeira palavra que viesse à cabeça ao ouvir o termo “juventude” mostram uma dispersão imensa, sendo possível encontrar alguma consistência estatística para apenas algumas palavras. Talvez por isso também tenha sido difícil para alguns entrevistados encontrar de imediato uma idéia ou característica que pudessem expressar: enquanto cerca de 3% não souberam ou não quiseram responder, outros 7,5% dos entrevistados citaram termos que apenas designam os sujeitos que portam essa condição, “adolescentes” ou “jovens”⁴².

Se fizermos alguns agrupamentos, porém, veremos que o que está disperso revela certas noções bastante reconhecíveis na caracterização corrente no senso comum sobre

⁴²Vale notar nessa dupla referência a permanência de uma indiferenciação entre os termos “adolescência” e “juventude” que, no Brasil, vem desde os anos 90. Ver, a esse respeito, Freitas, 2005.

os jovens. Algumas dimensões da vida juvenil aparecem com certa significação, como “liberdade e independência”, citada por 5,9% de entrevistados, principalmente entre os jovens (entre esses, é a idéia espontânea mais forte, sendo citado por 8,8%). O número de entrevistados que faz essa associação cai entre os mais velhos, o que acentua a valorização como uma experimentação da condição juvenil.

As outras idéias que chegam num patamar próximo são “futuro”, citada por 5% dos entrevistados, distribuídos mais ou menos homogeneamente por todas as idades, mas com acento maior entre os brancos, entre os de maior escolaridade e nível socioeconômico mais elevado; e “alegria” (4,2%). Se somarmos a parcela dos que mencionaram a palavra “alegria” às porcentagens de entrevistados que acionaram termos como “felicidade”, “prazer de viver”, “tudo de bom” etc., chegamos a quase 8% de citações com sentido próximo.

Um outro agrupamento pode ser realizado entre aqueles que lembram a juventude como um período de “aproveitar” ou “curtir” a vida com diversão, festas, bagunça, brincadeira, lazer: mais 6,3% , citados mais pelos jovens que pelos adultos.

Duas outras dimensões correntes sobre atributos da juventude aparecem através de diferentes termos. Palavras relacionadas à vitalidade, saúde, força e disposição compõem um bloco de 6,7%. Outras, referentes à idéia da juventude como o novo ou a renovação (mudança, renascimento, inovação), somam um total de 2,8% citações.

Atividades da vida juvenil são lembradas, mas em escala bem menor: “estudo” é lembrado por 1,8% dos entrevistados, e se somarmos outros termos relacionados (educação, preparação, aprendizado, conhecimento) teremos mais 1,2% de citações. Trabalho, assim como referências ao emprego ou ao desemprego, chegam a mais cerca de 2% de citações.

Questões e problemas com que os jovens têm se enfrentado ou se envolvido também aparecem: além de drogas (1,8%) e violência (1,0%), falta de opção ou oportunidade, desigualdade, abandono, falta de escola, sem futuro, acrescentando mais 1,5% a esse bloco.

Uma longa lista de características e atributos compõe o resto do quadro com as respostas; se fizermos uma divisão em atributos “negativos” de um lado (como “cabeça vazia”, “falta de compromisso”, falta de Deus, vandalismo, inconsequência etc) e atributos “positivos” de outro (como beleza, inteligência, força de vontade, potencial, coragem, criatividade etc) chegamos a um resultado em que a soma do primeiro conjunto é maior do que o segundo, embora não com uma diferença muito grande.

TABELA 46 – CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS EM RELAÇÃO AOS ADULTOS, EM PORCENTAGEM.

	MAIS QUE OS ADULTOS	IGUAIS AOS ADULTOS	MENOS QUE OS ADULTOS	NÃO SABE	SEM RESP
Responsáveis	6	19	74	1	0
Honestos	10	41	48	2	0
Trabalhadores	10	27	62	1	0
Solidários (pensam no bem de todos)	14	34	50	2	0
Ecológicos	29	28	38	5	0
Participativos	30	28	39	3	0
Idealistas	37	28	31	4	0
Criativos	50	26	21	3	0
Individualistas (só pensam neles mesmos)	53	27	17	3	0
Perigosos	63	25	11	1	0
Violentos	66	24	9	1	0
Consumistas (só pensam em comprar)	76	15	8	1	0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

No entanto, quando comparados aos adultos, as características dos jovens em termos de valores e atitudes emergem como largamente negativas: para a grande maioria dos entrevistados os jovens são mais “consumistas”, mais “perigosos”, mais “violentos” e mais “individualistas” que os adultos. O que chama a atenção é que também entre os jovens essa visão negativa é majoritária, embora quase sempre em escala um pouco menor que os adultos (por exemplo, enquanto 65% dos adultos pensam que os jovens são mais perigosos que os adultos, 55% dos jovens manifestam a mesma idéia).

O único traço que diferencia positivamente os jovens dos adultos, para a maioria dos entrevistados, é a “criatividade” (metade dos respondentes afirma que os jovens são mais criativos que os adultos); o **idealismo** também é maior entre os jovens que entre os adultos para a maior parcela dos entrevistados (pouco mais de um terço).

Com relação aos outros traços positivos, todos aparecem como menos presentes entre os jovens que entre os adultos, principalmente “ser responsável” (para 73,6%) e “ser trabalhador” (para 62,3%). Os atributos da **solidariedade** e da **honestidade** também são percebidos por uma maioria como valendo mais para os adultos que para os jovens, mas nesses casos uma parcela também expressiva julga não haver diferença entre as

gerações (40,5% acham que os jovens são tão honestos quanto os adultos e 34,6% também igualam jovens e adultos com relação ao atributo da solidariedade, ao passo que 13,6% já pensam que os jovens são mais que os adultos).

Nesses casos também há mais jovens que adultos com uma visão positiva sobre a juventude: em relação à **solidariedade**, à **honestidade** e à **responsabilidade**, há um pouco mais de entrevistados jovens que adultos considerando que esses traços estão presentes em igual ou maior medida na juventude. Um dado interessante é que o idealismo na juventude é percebido sobretudo pelos jovens mais escolarizados: entre aqueles com nível superior, 46,1% acham que os jovens são mais idealistas que os adultos.

A postura **participativa** e **ecológica** dos jovens é percebida de forma diferenciada entre os entrevistados: embora a maior parcela, ainda nesses itens manifeste que os jovens são menos que os adultos, é mais distribuída a proporção daqueles que também acham que os jovens são mais que os adultos ou iguais a eles.

O QUE A JUVENTUDE DEVERIA FAZER

Ao buscar checar junto aos entrevistados qual das formulações em circulação estão mais próximas do que eles pensam a respeito da juventude, vemos que é muito forte a opinião de que os jovens devem **preparar-se para o futuro**. Mais de metade (54%) dos entrevistados assinala esta alternativa num conjunto de 5 diferentes formulações. Cabe ressaltar que essa opinião é um pouco menor entre os jovens entrevistados; embora continue sendo a alternativa mais assinalada por eles também, a porcentagem daqueles que a escolhe diminui conforme decresce a idade do entrevistado: de 61% entre os que têm mais de 60 anos para 47% entre os que têm de 18 a 22 anos.

Esse diferencial geracional parece ser complementado pela mesma tendência que se manifesta na escolha à alternativa que indica que o prioritário para os jovens é traçar objetivos: mesmo sendo pequena a porcentagem dos que a escolheram (6,7%), ela é manifestamente maior entre os jovens, alcançando 10% de escolha entre eles. Talvez essas diferenças indiquem uma tendência colocada pela atual conjuntura histórica de atribuir maior importância à necessidade de ter um rumo para o processo de preparação, um norte para a trajetória de transição, uma vez que o futuro não parece muito seguro.

A formulação de que a juventude deve **assumir responsabilidades** aparece como a segunda alternativa mais escolhida, por quase um quinto da mostra (23,5%), ao passo que **aproveitar e divertir-se**, embora tenha tido um número não insignificante de citações espontâneas na primeira associação ao termo *juventude* (ver item anterior), acaba tendo uma escolha marginal (apenas 2,7% da mostra) quando a formulação assume a idéia do “dever ser” (ou “dever fazer”, no caso dessa questão).

Lutar pelos seus ideais vem em terceira posição, opinião assumida por 12,4% dos entrevistados, mais acentuadamente entre os mais jovens: enquanto na faixa dos 18 aos 22 anos são 18,5% os que escolhem essa alternativa, apenas 7,8% dos mais velhos fazem o mesmo. Essa tendência parece coerente com a atribuição de maior idealismo aos jovens feita em maior proporção por eles mesmos, como apareceu na questão anterior.

TABELA 47 – O QUE A JUVENTUDE DEVERIA FAZER POR GRUPO ETÁRIO EM PORCENTAGEM

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos ou mais
Preparar-se para o futuro	54,5	47,4	50,7	48,4	54,2	55,6	60,4	61,2	48,3	57,3
Assumir responsabilidades	23,5	20,4	22,5	23,3	25,6	24,2	21	25,3	21,9	24,3
Lutar pelos seus ideais	12,4	18,5	13,4	14,9	11,6	10	13,3	7,8	16,2	10,7
Traçar objetivos	6,7	10,3	10,4	9,2	6,4	7,7	2,4	2,9	9,9	5,2
Aproveitar e divertir-se	2,7	3,4	3	4,1	2	2,1	2,4	2,6	3,6	2,2
Nenhuma destas	0,1	0	0	0,1	0,2	0	0	0,3	0,1	0,1
Não sabe	0,2	0	0	0	0	0,4	0,6	0	0	0,2

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A alternativa “preparar-se para o futuro” é escolhida em primeiro lugar independentemente da variável observada. Mas diminui um pouco a porcentagem dos que assinalam essa alternativa entre os jovens que estudam em relação aos que não estudam, assim como entre aqueles que têm ensino superior. A renda e outros indicadores socioeconômicos interferem no mesmo sentido: quanto mais baixa a faixa de renda, maior a porcentagem dos que acham que os jovens devem fundamentalmente preparar-se para o futuro.

Já a opinião de que os jovens devem “traçar objetivos” apresenta uma correlação inversa da apresentada acima: a escolha dessa alternativa é maior entre os estudantes e os que estudaram por mais tempo, entre os que usam habitualmente a internet, entre os que têm maior renda familiar e entre os que vivem no meio urbano e principalmente nas grandes cidades. O que pode significar que é entre os que têm maior acesso à informação e a recursos variados que a necessidade de ter um “plano de vôo” aparece como mais importante; ou, também, que para esses aumentam as possibilidades de traçar o próprio destino.

É digno de nota que a participação em coletivos não predispõe de modo significativo os jovens a assinalar a necessidade dos jovens lutarem pelos seus ideais; essa aposta idealista é maior entre os que não tem crença ou religião, assim como entre os jovens do meio rural.

As diferenças de gênero se fazem notar no fato de que os rapazes dão maior importância à preparação para o futuro, enquanto as moças à assunção de responsabilidades, refletindo talvez o fato de que um maior número delas (que de rapazes) já tem efetivamente atribuições colocadas pelo casamento e posse de filhos.

7

QUESTÕES E DEMANDAS DOS JOVENS

Na avaliação das questões que afetam os jovens e do que é mais importante garantir a eles, as opiniões de jovens e adultos coincidem em grandes linhas, mas há diferenças no peso atribuído a algumas questões, como o grau de desigualdade vivida (os jovens tendem a acusar mais que os adultos a existência de discriminações), assim como na avaliação dos fatores que contam mais hoje em dia para a estruturação das oportunidades e garantia dos direitos.

A noção de que os temas da educação e do trabalho são os mais importantes para os jovens, já levantada pelas outras pesquisas, se confirma com os dados aqui reunidos; contudo, a percepção da importância relativa desses dois elementos e o modo como se imbricam revelam algumas percepções diferentes do que parece indicar o senso comum.

OS DOIS MAIORES PROBLEMAS PARA OS JOVENS⁴³

Para que os jovens conquistem o futuro e vivam melhor o presente, quase metade dos entrevistados (46%) pensa que a **violência** se coloca como um dos dois maiores problemas, opinião igualmente compartilhada entre os jovens e adultos.

Num segundo patamar vem educação e trabalho: 37% apontam a **educação** de baixa qualidade como um dos dois maiores problemas, e 32% dificuldades relativas a **emprego**. Com relação a esses dois temas também não se verifica diferenças de percepção entre as gerações, mas sim de gênero: um número maior de homens que de mulheres enfatiza os problemas relativos à qualidade da **educação** (40% a 34%). A diferença mais significativa com relação ao tema da educação, porém, é a que se verifica segundo a escolaridade do entrevistado: é mais assinalada entre os jovens que estudam dos que os que já não estão na escola, e sua percepção cresce conforme aumenta o número de anos de estudo do entrevistado, chegando a 55,1% daqueles com nível superior de ensino. Os indicadores socioeconômicos se manifestam na mesma direção: a educação de baixa qualidade é percebida por maior parcela de entrevistados que se localizam na faixa A/B.

⁴³ Cada entrevistado podia assinalar até duas alternativas

Já as dificuldades relativas a **emprego**, apontadas por quase um terço da mostra (32%), encontra uma distribuição equilibrada segundo todas as variáveis.

Pobreza, percebida como um dos dois maiores problemas a afetar a juventude por um quinto dos entrevistados (20%), não apresenta diferenças segundo sexo ou idade, mas sim segundo as condições sociais: sua percepção é bem maior entre jovens e adultos da faixa de D/E de indicadores socioeconômicos que os da A/B. Também é grande a diferença da percepção desta questão entre o meio rural e o urbano: entre os entrevistados do meio rural, a indicação do problema da pobreza atinge quase 30%, ultrapassando a atribuição de importância aos temas de educação e trabalho (em torno de 27% cada uma).

Preconceito e discriminação racial vêm num quarto patamar, com 12,5% de citações. É maior a percepção deste problema entre negros (13,5%) que brancos (10,9%), e entre mulheres (14%) que homens (11%); mas a diferença mais notável é aquela que se verifica entre as gerações, sendo muito mais citado pelos jovens (18%) que pelos adultos (10%) - é interessante perceber que, inclusive, o preconceito e a discriminação racial são vistos como um dos maiores problemas da juventude por mais jovens brancos (16,9%) que adultos negros (11,1%). Essa diferença parece ir no mesmo sentido da observação, já assinalada, de que a questão racial vem ganhando importância entre as novas gerações.

Nesse mesmo patamar vem percepções de ordem distintas: um deles é o que aponta o **desrespeito aos direitos** dos jovens (11%) e o outro é o que localiza nos próprios jovens a fonte de seus problemas, através da formulação “**indiferença e falta de ação dos jovens**” (12,5%). Curiosamente, não se percebe diferença significativa por idade com relação a esses dois itens, a não ser no interior da faixa D/E, onde uma parcela maior de jovens que de adultos encontra no desrespeito aos seus direitos um dos dois maiores problemas enfrentados por sua geração.

No último patamar, com menos de 10% de respostas, vem as seguintes questões: **conflitos políticos** (8,2%), **transportes precários e caros** (7,5%) e **dificuldade de acesso à arte e à cultura** (6,8%). O tema do transporte é, claramente, visto como um problema mais importante entre os menos escolarizados (não chega a 3% aqueles entrevistados com nível superior que assinalaram essa alternativa, enquanto sobe para 10,1% entre aqueles que apenas até o EF1) e entre os jovens com situação social mais precária, sendo escolhido como um dos dois problemas mais importantes por 12,8% dos jovens da faixa D/E. Já a dificuldade de acesso à arte e à cultura aumenta conforme a escolaridade (sobre de 4,9% para 11,2% da primeira à última faixa de nível de escolaridade).

TABELA 48 – MAIORES PROBLEMAS DA JUVENTUDE, EM PORCENTAGEM.

	SEXO						Índice Sócio Econômico					
	Total	Masculino		Feminino		A/B		C		D/E		
		Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	
Violência / falta de segurança	46,1	43,4	45,5	47,4	47,1	38,9	44,6	50,5	48,0	46,6	45,8	
Educação de baixa qualidade	37,1	38,2	41,1	33,8	34,5	45,6	48,8	30,4	35,1	29,6	29,5	
Dificuldades relativas ao trabalho / emprego	32,1	29,1	32,1	33,8	32,7	32,3	34,8	32,0	30,8	29,0	32,3	
Pobreza	20,3	20,4	20,2	20,4	20,3	18,3	16,1	19,6	18,4	26,2	27,3	
Preconceito / discriminação racial e étnica	12,5	16,6	7,9	19,1	11,9	19,4	12,6	18,4	9,5	13,7	8,2	
Indiferença e falta de ação dos jovens	12,3	13,2	12,5	11,3	12,3	11,5	10,9	13,9	14,3	9,8	11,0	
Desrespeito aos seus direitos	11,0	9,8	11,2	10,8	11,5	9,4	11,9	10,3	12,8	12,2	8,6	
Conflitos políticos	8,2	9,9	8,5	8,0	7,3	9,1	5,6	8,6	9,1	9,5	8,4	
Transportes precários e caros	7,5	8,5	7,6	5,3	8,0	4,5	3,5	6,3	8,9	12,8	10,6	
Dificuldade de acesso à arte e à cultura	6,8	8,2	6,8	6,9	6,1	8,9	7,6	7,0	7,3	6,1	3,8	
Nenhuma delas	0,1		0,1		0,1						0,4	
Não sabe	1,6	0,2	2,2	0,4	2,2		1,0	0,5	1,6	0,6	4,4	
Sem resposta	0,0			0,1						0,3		

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

O QUE É MAIS IMPORTANTE PARA A JUVENTUDE HOJE

Curioso, porém, perceber que se o medo do desemprego perdeu importância em relação a outros momentos e se “as dificuldades relativas ao emprego” não foram as que apareceram em primeiro lugar entre os problemas que afetam os jovens, quando se pergunta “o que é mais importante para a juventude hoje” uma maioria expressiva (61%) escolhe a alternativa “**ter mais oportunidades de trabalho**”. Ou seja, o medo do desemprego ou das dificuldades associadas à sua manutenção pode ter diminuído, mas a importância do trabalho para a vida dos jovens não. Essa opinião é comum aos jovens e adultos.

TABELA 49 – O QUE É IMPORTANTE PARA A JUVENTUDE, POR GRUPO ETÁRIO EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	IDADE	
		JOVEM	ADULTO
Ter mais oportunidades de trabalho	61,1	62,6	60,4
Estudar e ter um diploma universitário	20,1	16,8	21,6
Garantia e segurança de melhores salários / ganhos financeiros	6,7	7,3	6,4
Ser ouvido e atendido pelos governantes	5,6	5,7	5,6
Liderar/ participar de movimentos pela transformação política no Brasil	4,1	5,3	3,5
Viajar e trabalhar no exterior	1,6	1,9	1,5
Nenhum destes	0,3	0,2	0,3
Não sabe	0,4	0,1	0,5
Sem resposta	0,1	0,2	0,1

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A importância e urgência do trabalho na estruturação de suas vidas parece ser mais forte do que a importância atribuída à qualidade do trabalho juvenil: apenas 6,7% escolhem, nessa questão, a alternativa “**garantia e segurança de melhores salários ou ganhos financeiros**”. Algumas diferenças parecem dignas de nota, apesar dos valores baixos que essa escolha obteve: os jovens do meio rural são os que mais manifestam a importância desse item (9% deles escolhe essa alternativa); os rapazes manifestam mais que os homens adultos essa importância (8,2% a 5,4%), e os jovens que estão trabalhando mais que os que não estão na PEA, indicando, provavelmente, as decorrências de uma experimentação pessoal de situações bastante precárias de trabalho.

A importância da graduação aparece num patamar bem inferior: a resposta de que o importante é “**estudar e ter um diploma universitário**” é a segunda alternativa mais assinalada, mas chegando a apenas 20% da mostra; e é digno de nota que seja menos assinalada pelos jovens (17% deles) do que pelos adultos (21,6%). O estudo ainda parece mais valorizado no meio rural que no urbano (no total, 25,5% dos entrevistados

residentes no campo escolhem essa alternativa contra 19,5% dos que vivem em área urbana), e pelos adultos da faixa D/E (24% deles). Entre os jovens a diferença de ISE não produz diferenças significativas; mas entre os adultos, a importância atribuída ao estudo cresce conforme menor o nível de ensino. Ou seja, parece que a escolaridade superior adquire mais peso naqueles segmentos onde ela é mais difícil de ser acessada, ganhando o significado de um diferencial ainda a ser conquistado.

De todo o modo, essas formulações mais concretas relativas a emprego e estudo parecem mais significativas para os entrevistados do que a formulação genérica de que o mais importante para os jovens é **ser ouvido e atendido pelos governantes** (citada por apenas 5,6% dos entrevistados).

Também aparece de modo minoritário a predominância da posição ativista dos jovens na transformação da realidade: a alternativa **“liderar/participar de movimentos pela transformação política do Brasil”** é escolhida apenas por 4,1% dos entrevistados, um pouco mais pelos próprios jovens (5,3%, contra 3,5% dos adultos). Nesses dois casos, quanto maior a escolaridade e a faixa de ISE dos jovens, maior a porcentagem dos que escolhem essas alternativas: por exemplo, entre os jovens com nível de escolaridade superior, sobe para 8,8% a porcentagem dos que acham que o mais importante para a juventude é participar de movimentos de transformação.

“Viajar e trabalhar no exterior”, como uma experiência fundamental para os jovens, é uma escolha marginal, manifestada por menos de 2% da mostra.

TABELA 50 – O QUE É MAIS IMPORTANTE POR ÍNDICE SÓCIO-ECONÔMICO E GRUPO DE IDADE EM PORCENTAGEM

	Índice Sócio-Econômico						Total
	A/B		C		D/E		
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	
Ter mais oportunidade de trabalho	62,6	58,0	62,1	62,7	64,0	59,4	61,1
Estudar e ter diploma universitario	16,7	19,8	16,3	21,4	18,3	23,9	20,1
Garantia e segurança de melhores salarios / ganhos financ	5,8	7,2	8,4	6,6	7,6	5,2	6,7
Ser ouvido e atendido pelos governantes	7,1	6,6	5,0	5,1	4,3	5,2	5,6
Liderar/participar de movimentos pela transformação politicas	6,4	6,2	5,0	2,6	3,7	2,2	4,1
Viajar e trabalhar no exterior	1,1	1,4	2,8	1,4	1,5	2,0	1,6
Não sabe	0,0	0,2	0,1	0,1	0,3	1,4	0,4
Nenhum destes	0,2	0,4	0,1	0,1	0,3	0,6	0,3
Sem resposta	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1

O FATOR MAIS IMPORTANTE PARA A INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS

Se ter maiores oportunidades de trabalho é o mais importante para a juventude na opinião da maioria dos entrevistados, qual é a qualidade mais importante para que o jovem consiga trabalho? A percepção de que é o **nível de escolaridade** praticamente se iguala com a de que é a **experiência** (37% por cento num caso e 36,6% no outro), dividindo a opinião de três quartos da mostra. Nesse caso pode ser notada uma diferença geracional: os adultos apostam mais que os jovens no papel predominante da escolaridade - 38,5% deles escolhe essa alternativa, enquanto 41,6% dos jovens assinala o fator experiência como predominante, refletindo as mudanças históricas recentes que afetam o mundo do trabalho.

Conhecimento de novas tecnologias e recomendação de pessoas influentes vem num segundo patamar, com cerca de 10% de escolhas cada um, com uma pequena variação entre as gerações, os mais velhos tendendo a dar um peso um pouco maior às novas tecnologias e os jovens assinalando um pouco mais o peso das recomendações. Apesar da pequena variação, essa informação parece complementar àquela anotada acima: parece que a percepção da importância das qualificações formativas tem perdido peso entre os mais jovens, ao passo que aumenta a sensação de que contam fatores extra-escolares, relacionados ao chamado “capital social”.

Já a **idade**, simplesmente, aparece apenas de modo marginal, e é citada mais entre os mais velhos, levantando a possibilidade de que a discriminação negativa que os jovens possam sofrer no mercado de trabalho esteja diretamente relacionada com os dois fatores predominantes, a falta de experiência e o nível de escolaridade, na percepção dos entrevistados.

TABELA 51 – FATOR MAIS IMPORTANTE PARA INSERÇÃO OCUPACIONAL POR GRUPO ETÁRIO E SITUAÇÃO DOMICÍLIO, EM PORCENTAGEM. BRASIL 2008.

	TOTAL	IDADE		JOVENS	
		JOVEM	ADULTO	SETOR - URBANO	SETOR - RURAL
Nível de escolaridade	37,3	34,6	38,5	33,7	40,0
Experiência	36,6	41,6	34,4	41,3	43,7
Conhecimento de novas tecnologias	10,9	9	11,8	9,6	5,7
Recomendação de pessoas influentes	10,2	11,2	9,8	11,9	6,5
Aparência	2,6	2,1	2,8	2,1	2,0
Idade	1,8	1,1	2,2	1,0	2,0
Nenhum delas	0,2	0,1	0,2	0,1	
Não sabe	0,3	0,1	0,5	0,1	
Sem resposta	0	0,1	0	0,1	

Curiosamente, com relação a esse tema, não pudemos perceber nenhuma diferença realmente significativa entre jovens homens e mulheres. Cabe apenas reparar que o conhecimento de novas tecnologias apresenta uma variação singular: menos importantes para as mulheres adultas que para os homens adultos (9,9% a 14,1%), é um pouco mais valorizado pelas moças (9,6%) que pelos rapazes (8,4%).

A “experiência” assume o lugar preponderante como fator de inserção ocupacional entre os jovens segundo todas as variáveis observadas. Mas são os jovens desempregados os que mais sentem o peso desse fator: 47,5% deles escolhem essa alternativa, contra 40,8% dos jovens que trabalham e 34,1% dos adultos desempregados.

Os jovens do meio rural apostam mais que os do meio urbano no fator da escolaridade; por outro lado, os jovens da cidade assinalam mais que seus coetâneos do campo o fator do conhecimento de novas tecnologias.

A importância da experiência é tanto maior quanto menor o índice socioeconômico, numa variação de 6 pontos percentuais, indo de 39,5% na faixa A/B para 45,4% na faixa D/E. Mas também a atribuição de importância à maior escolaridade sobe entre os mais pobres (com uma diferença de 3 pontos percentuais). O que é claramente menor no segmento dos jovens mais pobres é a identificação do conhecimento das novas tecnologias como qualidade central (2,4% contra 10,5% nas outras faixas) indicando, talvez, que os empregos que esses jovens se sentem capazes de almejar sejam de tal modo desqualificados que o recurso das novas tecnologias nem aparece como necessário. Também cabe notar que a aparência conta mais para esse grupo que para os outros, indicando mais uma vez como as marcas visíveis da pobreza podem se tornar fator de discriminação na conquista de vagas de trabalho.

Curioso é reparar que, por outro lado, o que mais distingue os jovens da faixa A/B nessa questão é o peso que eles dão à recomendação de pessoas influentes, com cerca de 50% de citações a mais que nas outras faixas.

As variações por nível de escolaridade vão num sentido semelhante. É somente entre os jovens com maior escolaridade (nível superior) que a indicação da experiência como fator relevante cai para menos de um terço (32%); o que não significa, porém, um aumento da indicação dos qualificativos educacionais (que também é menor do que o valor encontrado entre os que têm somente até o EF1); o que aumenta consideravelmente entre os jovens mais escolarizados é a importância das novas tecnologias (sobe para 14%) e das recomendações de pessoas influentes (18,8%).

Os que não tem religião são também os mais céticos em relação à importância da escolaridade e das novas tecnologias para o acesso ao trabalho: 32,3% e 5,6% deles assinalam essas duas qualidades, contra 46,1% dos que assinalam a experiência.

TABELA 52 – FATOR MAIS IMPORTANTE PARA INSERÇÃO OCUPACIONAL POR ISE E ESCOLARIDADE, EM PORCENTAGEM

JOVENS	ISE			ESCOLARIDADE			
	A/B	C	D/E	E F 1	E F 2	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR ou +
Experiência	39,5	41,7	45,4	43,8	46,0	41,1	33,2
Nível de escolaridade	33,0	35,3	36,3	35,9	36,4	33,9	32,0
Recomendação de pessoas influentes	14,1	9,3	9,5	8,6	6,9	12,0	18,8
Aparência	1,8	1,8	3,4	2,9	2,6	1,8	1,2
Conhecimento de novas tecnologias	10,6	10,5	2,4	6,0	6,2	10,2	14,1
Idade	0,6	1,1	2,4	2,2	1,7	0,8	
Nenhum delas	0,2	0,1				0,1	0,4
Não sabe		0,1	0,3	0,3	0,2		
Sem resposta	0,2		0,3	0,3			0,4

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

DIFICULDADES PARA ESTUDAR

Parece surpreendente que a maior parcela dos entrevistados (36,2%) localize no **desinteresse dos próprios jovens** a maior dificuldade para que estudem, à frente de dificuldades “objetivas” como a falta de dinheiro (26,9%) ou a dificuldade de conciliar trabalho e estudo (26%). Essa percepção é mais forte entre adultos que jovens, mas ainda é a opção mais assinalada também por eles. É possível que haja, nessa percepção, uma boa dose de julgamento moral negativo a respeito da juventude, como já ficou evidenciado na caracterização comparativa com os adultos verificada anteriormente. Mas também é possível que reflita o que muitos estudiosos têm anotado a respeito de uma crescente sensação entre os jovens de que a escola tem “perdido o sentido” ou que, pelo menos, esse sentido não parece tão claro ou seguro. Cabe notar que esse elemento é mais sentido pelos jovens da cidade que do campo (34,3% a 29%) e um pouco mais pelas moças que pelos rapazes (34,7% a 32,4%).

TABELA 53 – DIFULDADES PARA ESTUDAR POR IDADE, EM PORCENTAGEM

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos ou mais
Desinteresse dos/as próprio/as jovens	36,2	31,5	32,9	36,2	36,4	34	38,5	42,4	33,6	37,4
Falta de dinheiro para transporte e outros gastos	26,9	27,2	28,9	23,9	25,1	29,4	29	26,3	26,2	27,3
Dificuldade de conciliar estudo e trabalho	26	31	30,2	28,7	26,7	27,1	21	19,5	30	24,1
Falta de apoio dos pais e companheiros/as (marido, esposa, namorado/a)	10,2	9,7	8,1	10,8	11,5	8,5	11,2	10,4	9,8	10,4
Nenhuma delas	0,2	0,1	0	0,3	0,2	0,4	0	0,3	0,2	0,2
Não sabe	0,2	0,3	0	0,1	0	0,2	0,3	0,8	0,2	0,3
Sem resposta	0,2	0,1	0	0	0,2	0,4	0	0,3	0,1	0,2

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Já a opinião de que o principal entrave para estudar reside na **dificuldade de conciliar trabalho e estudo** é maior entre os jovens que entre os adultos - entre os mais jovens (18 a 22 anos) é praticamente igual à parcela que escolheu a primeira alternativa. Essa diferença pode estar vinculada ao fato de que cresceu, nas últimas décadas, a porcentagem daqueles que conciliam trabalho e estudo, como já vimos antes. Mas também cabe perguntar em que medida essa percepção indica uma maior dificuldade real de conciliar trabalho e estudo entre as novas gerações? É possível que isso indique que as condições de trabalho se tornaram mais pesadas do que em algumas décadas atrás (em termos de carga horária, por exemplo)? É possível que a estrutura escolar admita menos que antes a figura do jovem trabalhador, operando com um padrão ideal de juventude dedicada exclusivamente aos estudos?

Essa dificuldade é mais assinalada entre os que contam com mais recursos sociais: chega a um terço entre os jovens da faixa A/B enquanto entre os da faixa D/E não passa de um quarto. E é bem mais forte entre os que têm nível superior de escolaridade, indo de 26,3% de menções entre os jovens com nível de ensino correspondente ao primeiro ciclo do fundamental a 34,4% entre os que contam com ensino universitário. Vimos na análise da condição juvenil que são justamente os jovens com mais recursos que conseguem em maior medida realizar essa combinação; assim, são aqueles que vivem essa experiência que mais localizam as dificuldades nelas implicadas.

Há outros indícios nesse sentido: os rapazes mais que as moças se referem a essa dificuldade, cabendo lembrar que são eles também os que estão em maior medida no mundo do trabalho; assim como um terço dos jovens que estão na PEA (tanto os que

estão trabalhando como os desempregados) fazem referência a essa dificuldade, contra 25,5% dos que não estão.

As **dificuldades de financiar os estudos** aparecem para mais de um quarto dos entrevistados, indicando que o oferecimento de ensino público ainda não é suficiente para garantir o fim da desigualdade econômica no acesso ao estudo; essa dificuldade é assinalada principalmente entre os jovens da faixa D/E e do meio rural (onde quase um terço deles assinala essa alternativa, o que faz com que assuma o lugar de razão mais citada, à frente da razão do desinteresse). É, também, tanto maior quanto menor o nível de escolaridade.

O fato da última alternativa assinalada ser “**a falta de apoio de familiares**”, com cerca de dez por cento de escolhas, indica que há uma compreensão razoavelmente generalizada da importância do estudo e que, na maior parte das vezes, a família fornece o apoio possível para a continuidade dos estudos⁴⁴. Não há grandes diferenças entre as distintas variáveis, a não ser por aquela relativa aos indicadores socioeconômicos, segundo a qual os entrevistados da faixa A/B citam em menor proporção que os das outras faixas essa dificuldade (8,5% a 10,5%), e entre os jovens que pertencem a famílias de não brancos, onde o percentual dos que localizam nesse fator a principal dificuldade para estudar vai a 11% entre os jovens negros, contra 7,2% dos jovens brancos.

TABELA 54 – DIFICULDADES PARA ESTUDAR, EM PORCENTAGEM.

	Índice Sócio Econômico						Total %
	A/B		C		D/E		
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	
Desinteresse dos/as próprios/as jovens	35,3	36,2	33,0	36,2	31,4	40,6	36,2
Dificuldade de conciliar estudo e trabalho	32,3	29,0	30,0	25,4	25,3	17,3	26,0
Falta de apoio dos pais e companheiros/as	8,3	8,9	11,1	10,7	10,1	11,4	10,2
Falta de dinheiro para transporte o outros gastos	23,6	25,3	25,5	27,2	32,9	29,5	26,9
Nenhuma delas	0,5	0,4		0,3			0,2
Não sabe			0,4	0,1		0,8	0,2
Sem resposta		0,2		0,1	0,3	0,4	0,2

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

O QUE É MAIS IMPORTANTE PARA QUE A EDUCAÇÃO NO BRASIL SEJA DE BOA QUALIDADE

Os dois itens mais importantes para que a educação no Brasil seja de boa qualidade, segundo a percepção dos entrevistados, são relacionados a melhorias que dependem de

⁴⁴ Ver, a esse respeito, Corrochano 2007, entre outros.

investimento na educação: o aumento do **salário dos professores** e a melhor **infra-estrutura física** e dos equipamentos das escolas - 39,1% da mostra cita o primeiro fator, enquanto 33,6% cita o segundo.

Há, contudo, diferenças significativas de percepção entre jovens e adultos, que se manifestam já nessa prioridade: enquanto os jovens assinalam, em primeiro lugar, as questões ligadas à infra-estrutura (37,7% deles indicam esse como um dos dois fatores mais importantes para a educação de qualidade), os adultos é que põem mais peso na melhoria dos salários dos professores (42,6%), sendo que aumenta a proporção dos que assinala essa alternativa conforme aumenta a faixa etária dos entrevistados.

A importância do investimento nos professores também se revela na escolha do fator relacionado ao **nível de interesse e dedicação** deles, item que aparece em terceiro lugar entre os mais citados pelos entrevistados (30,2%).

O envolvimento dos sujeitos do processo educativo também se revela como fundamental através da formulação a respeito da **maior participação dos estudantes** nos estabelecimentos de ensino, em quarto lugar no ranking, com valor semelhante ao citado em terceiro lugar: 29,2%. Contudo, aqui a diferença geracional é mais notável: são os jovens, alguns deles ainda estudantes ou recém saídos dessa condição, que apontam em maior grau a importância desse elemento que, entre eles, fica em segundo lugar, sendo citado por quase um terço deste grupo (32,4%).

Num outro sentido, mas ainda referente à postura dos sujeitos no processo educativo, aparece a questão da **disciplina**, citada por quase um quinto da mostra, sem diferenças notáveis entre as diferentes idades.

A **melhor gestão e/ou administração dos centros educativos**, escolhida como um dos dois fatores mais importantes para a qualidade da educação por 15,8% dos entrevistados, é ligeiramente mais importante para os jovens que para os adultos (17% a 15,2%), assim como o **maior controle** externo na criação de instituições de ensino (citado por 12% dos jovens e por 10,8% dos adultos).

Já a importância das **atividades esportivas, culturais e recreativas**, é francamente mais sentida pelos jovens que, no conjunto, escolhem esse item na proporção de 16%, contra 10% dos adultos; e é tanto maior a citação quanto mais jovem a faixa etária, alcançando 20% da opinião dos jovens entre 18 e 19 anos.

Cabe notar que a valorização dos salários dos professores assim como o seu nível de dedicação são fatores que recebem uma menor parcela de citações entre os jovens com nível médio de ensino, enquanto nesse mesmo segmento sobe a importância atribuída à participação dos alunos: isso pode ser um reflexo do grau de descontentamento que as escolas dessa fase do ciclo escolar têm gerado entre os jovens do país⁴⁵.

TABELA 55 – FATORES MAIS IMPORTANTES PARA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, EM PORCENTAGEM.

⁴⁵ Ver, por exemplo, UNESCO e JADE, 2008.

	TOTAL	IDADE		JOVEM		JOVEM	
		JOVEM	ADULTO	MASCULINO	FEMININO	URBANO	RURAL
Melhores salários aos professores	39,1	31,4	42,6	31,7	31,1	31,9	28,6
Melhor infra-estrutura física e equipamentos (banheiros, salas, pátio, biblioteca, computadores)	33,6	37,7	31,7	39,1	36,4	36,8	43,3
Nível de interesse e dedicação dos professores	30,2	28,8	30,8	27,4	30,1	28,7	29,4
Maior participação dos(as) estudantes nos estabelecimentos de ensino (escolas, universidades)	29,2	32,4	27,7	31,5	33,4	32,7	31,0
Maior disciplina nos estabelecimentos de ensino (escolas, universidades)	19,4	19,3	19,5	19,9	18,8	19,2	20,0
Melhor gestão/ administração nos centros educativos	15,8	17	15,2	16,7	17,4	17,9	11,8
Atividades esportivas, culturais e recreativas	11,9	16	10	17,9	14,1	15,4	19,2
Maior controle na criação de instituições de ensino	11,2	12	10,8	11,1	12,9	12,4	9,4
Nenhum deles	0	0,1	0	0,9	1,3	1,0	2,0
Não sabe	2,8	1,1	3,6		0,2	0,1	0,4
Sem resposta	0,3	0,1	0,3	0,1		0,1	

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Como já vimos, as diferenças de posicionamento por idade não são agudas, mas podem revelar certas tendências e levantar indícios para a construção de algumas hipóteses: em todas as questões nas quais se procura perceber o que parece fundamental na vivência do período juvenil, há uma parcela um pouco maior de jovens que de adultos que aposta numa postura “pro-ativa” vinculada à necessidade de traçar objetivos, lutar pelos seus ideais e liderar ou participar de movimentos.

A identificação dos problemas relacionados à educação também encontra uma variação de avaliação entre as gerações: jovens, mais que adultos, apontam a dificuldade de conciliar trabalho e estudo e expressam mais a existência de desinteresse dos jovens com a escola. Nas respostas que julgam necessárias para melhorar a qualidade do ensino, apostam mais que os adultos na perspectiva de uma “reforma da escola”, com melhor infra-estrutura, gestão e atividades extra-curriculares. Já com relação à inserção ocupacional, jovens e adultos se diferenciam no peso que atribuem ao diploma e à

experiência, os jovens em maior número indicando a prevalência desse segundo fator. De modo geral pode-se dizer que, embora os jovens atribuam importância inegável à educação, confiam menos que os adultos na capacidade de resolução de seus problemas pelo fator exclusivo ou primordial das credenciais educativas.

Algumas diferenças verificadas nas respostas de jovens e adultos indicam também a existência de modulações na percepção induzidas pela conjuntura histórica, que produz experiências singulares para essa geração juvenil (como o estreitamento do mercado de trabalho). Nesse sentido, viver a condição juvenil hoje significa enfrentar questões e desafios diferentes dos que foram vividos pelas gerações anteriores, o que produz uma experimentação geracional singular, o que produz modulações nos pesos dados aos elementos explicativos e na aposta do que parece significativo para resolvê-los.

SENTIMENTO DE DISCRIMINAÇÃO

No espectro das questões que atingem a juventude, a pesquisa investigou experiências, ocasionais ou não, de discriminação pelos quais tenham passado os entrevistados e os motivos relacionados a tais situações. Cada entrevistado foi convidado a se manifestar se cada uma das modalidades de discriminação abaixo não lhe ocorreu, se acontece ocasionalmente ou sempre. Os percentuais encontrados para o conjunto de entrevistados mostra que as discriminações mais relatadas estão ligadas às desigualdades socioeconômicas: 20% dos entrevistados dizem se sentir sempre (5%) ou ocasionalmente (15%) discriminados por ser **pobre**; 14% pelo **lugar onde moram**.

A discriminação racial ou regional aparece segundo várias formulações (“pela cor da pele”, “pela etnia” e pela “língua ou sotaque regional”) e é relatada como experiência por cerca de 10% dos entrevistados cada uma.

A **idade** também aparece como um dos motivos mais relatados de discriminação (por 12,4% dos entrevistados), mas não é possível saber se ser jovem ou ser velho é que pesa mais, pois a experiência de se sentir discriminado pela idade é declarada quase na mesma medida por jovens e adultos (com uma diferença de menos de dois pontos percentuais).

A discriminação por **gênero** vem num outro patamar (7,9% dos entrevistados) mas se tomarmos somente as mulheres, essa experiência ganha, evidentemente, outra importância (12,6% das entrevistadas acusam essa discriminação). É contudo, notável que a discriminação pela **aparência** física seja uma experiência mais presente que a de gênero, chegando a 9,2% de relatos, indicando, uma vez somados a outros motivos já citados, o quanto a apresentação de si se constitui em fonte de constrangimentos vividos pelas pessoas.

A discriminação por **orientação sexual** é declarada por 1,5% dos entrevistados, e o fato de ser estrangeiro constrange 0,6%. Além desses, outros motivos foram acrescentados pelos entrevistados, mas nenhum deles chegou a 0,5%⁴⁶. A análise, porém, sugere cautela na leitura dos dados acima, visto que se trata de relatos de discriminação, ou seja, os percentuais se referem a pessoas que se perceberam discriminadas e relataram tal fato numa pesquisa. Esses percentuais não necessariamente correspondem aos casos

de discriminação que efetivamente ocorrem no Brasil.

Tomemos como exemplo o caso da orientação sexual: 1,5% de relatos, sendo 1,1% relativos a casos de ocorrência ocasional e 0,4% a eventos que se repetem sempre. Uma leitura mais apressada poderia sugerir que os níveis de discriminação por orientação sexual são muito baixos no Brasil. No entanto, tomando a literatura específica perceberemos que: 1) é comum que no máximo até 3% da população relate, em situação de pesquisa, ter tido relações sexuais com pessoas do mesmo sexo em algum momento da vida⁴⁷, o que deve ser compreendido a partir do contexto cultural que torna essa questão delicada; 2) pesquisas realizadas em várias capitais brasileiras⁴⁸ mostram que cerca de 2/3 dos GLBT presentes em Paradas do Orgulho já teve pelo menos um episódio de discriminação ou violência ao longo da vida; e, 3) que um percentual entre 40% e 60%, entre as pessoas que relataram um episódio de discriminação ou violência nesse tipo de pesquisa de vitimização, relata também que não comentaram o fato sequer com amigos.

TABELA 56 – RELATOS DE DISCRIMINAÇÃO, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	SEXO		IDADE		COR		
		MASCULINO	FEMININO	JOVEM	ADULTO	BRANCA	NEGRA	OUTRAS
Por ser pobre	19,2	17,6	20,8	19,8	18,9	15,4	22,2	20,1
Pelo lugar onde mora	14,5	12,3	16,4	19	12,4	11	17,2	15,9
Pela sua idade	12,4	11,7	14,8	10,3	12,1	13,3	13	20,3
Pela cor da sua pele	9,3	8,5	9,5	10,4	8,5	3,5	13,8	12,2
Pela sua aparência física	9,2	8,1	10,2	11	8,3	7,4	10,2	14,8
Pela sua língua ou sotaque regional	9	8,5	9,5	10,4	8,5	6,9	10,6	11,3
Por ser homem/mulher	7,9	2,4	12,6	8,6	7,4	6,3	8,6	12,3
Por ser negro ou indígena	5,9	5,4	6,5	6,4	5,8	1	9,3	12,9
Pela sua orientação sexual	1,5	1,1	1,9	2	1,2	1,3	1,7	1,9
Por ser estrangeiro	0,6	0,8	0,4	0,9	0,5	0,3	0,8	0,5

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

⁴⁶ A lista de outros por ordem de frequência foi: Pelo nível de escolaridade; Pela profissão; Religião; Por estar desempregado; Por ser deficiente físico; Por ser analfabeta; Pelas roupas que costuma usar; Por falar errado; Por possuir um bem material (carro...); Por precisar de apoio do governo para conseguir medicamentos; Pelas amizades; Pela falta de experiência profissional; Por ter engravidado muito cedo; Pelo jeito de ser; Pelo estilo de música; Por não dar vida boa para meu filho; Por falar muito rápido; Por ser garota de programa; Porque o irmão tem problema de saúde; Por ser tímido; Por ser usuário de drogas. Essa lista foi composta por 46 entrevistados, sendo 27 mulheres e 19 homens, 17 jovens e 29 adultos. Apenas as oito primeiras motivações foram citadas mais de uma vez e as três primeiras, mais de 5.

⁴⁷ BARBOSA e KOYAMA, 2008.

⁴⁸ Ver, por exemplo, CARRARA e RAMOS (2004), CARRARA et alli (2005) e (2006); e FACCHINI, FRANÇA e VENTURI (2007).

Em quase todas as modalidades analisadas, um percentual maior de mulheres do que homens, de jovens do que adultos e de pessoas que se identificaram como pretas, pardas, orientais ou indígenas se disse discriminada por diferentes motivos.

Os jovens têm percentuais de relato mais altos que adultos em várias modalidades, especialmente quando a discriminação está relacionada a local de moradia, cor da pele, aparência física e língua ou sotaque regional. Outras pesquisas já assinalaram como o local de moradia se torna um dos elementos de maior constrangimento para os jovens pobres, pela associação aos estereótipos circulantes sobre criminalidade e violência vinculados a certos bairros, incidindo muito fortemente nas chances para disputar vagas de trabalho (ver, por exemplo, Novaes). O fato da discriminação racial ser relatada em maior grau pelos jovens que pelos adultos pode revelar tanto a força do estereótipo que criminaliza os jovens negros, como também a possibilidade, já aventada na análise sobre a autodeclaração de cor, de que as jovens gerações estejam mais sensíveis ao combate às desigualdades raciais.

Mulheres têm percentuais mais altos de relato de discriminação em todas as modalidades, exceto na discriminação por ser estrangeiro. As maiores diferenças a partir de sexo, além da óbvia discriminação motivada por ser homem ou mulher, são o local de moradia, a idade, por ser pobre e pela aparência física. Quando olhamos para a diferença geracional nessa condição, notamos que as mulheres adultas são as que têm relatos mais altos de discriminação pela idade (16,3% contra 11,3% das jovens e 13% de homens adultos); e as mulheres jovens as que têm relatos mais altos de discriminação pela apresentação de si (aparência física, cor da pele, sotaque), reforçando a tese apresentada pelas jovens feministas⁴⁹ de que a existência de um rígido padrão de aparência e beleza impõe sofrimentos sobretudo às jovens mulheres.

TABELA – MODALIDADES DE DISCRIMINAÇÃO, COMPARAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS JOVENS E MULHERES ADULTAS, EM PORCENTAGEM.

	Mulheres jovens	Homens jovens	Mulheres adultas
por ser homem ou mulher	13,8	3,10	12,1
pelo lugar onde mora	21,2	16,8	14,3
pela língua ou sotaque	11,3	9,3	8,7
pela cor da pele	10,6	9,8	7,9
pela orientação sexual	2,4	1,7	1,7
pela aparência física	12,2	9,9	9,3
pela idade	11,3	9,3	16,3

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Os que se classificaram a partir de outras categorias de cor que não “branca” também têm percentuais maiores de relato de discriminação em todas as modalidades pesquisadas. No que diz respeito ao conjunto formado pelos que se autodeclararam pretos ou pardos, as maiores diferenças, além das raciais, dizem respeito especialmente aos motivos de discriminação que se associam à condição social, como ser pobre e por local de moradia, esse último item atingindo mais os jovens negros que os adultos negros ou os jovens brancos. A aparência física também distingue os jovens dos adultos negros.

Vale a pena reiterar que a exposição desses dados não visa reforçar a idéia de que duas ou mais variáveis de exclusão social numa mesma pessoa ou grupo necessariamente se potencializam. No entanto, é preciso pensar que formas de discriminação (como o racismo, o sexismo, a homofobia e a desvalorização social dos que não pertencem a determinada classe ou faixa etária, não têm determinada aparência ou demonstram uma origem regional desvalorizada) são efeitos de relações sociais de poder e que nem sempre os danos causados por tais relações desiguais se dão de uma única e mesma forma.

Um segundo resultado a ser destacado é sobre o perfil das pessoas que relata discriminação: em boa parte das modalidades analisadas (nas discriminações por idade; por ser mulher; por aparência; por orientação sexual e por cor da pele), o percentual de pessoas que relatam ocorrências de discriminação é maior nos níveis mais altos de escolaridade e de índice socioeconômico (a variável renda tem um menor impacto geral que a escolaridade), entre pessoas que moram no meio urbano, participam de grupos sociais e entre aquelas que acessam a internet. Modalidades de discriminação que implicam níveis sócio-econômicos mais baixos (como ser discriminado por ser pobre, pelo local de moradia; pelo sotaque regional; por ser negro ou indígena) têm maiores percentuais de relato na faixa C e nos níveis de escolaridade mais baixas. O maior relato de discriminação na faixa de ISE C pode indicar que a discriminação por ser pobre não é sentida apenas entre os mais afetados pela pobreza, podendo ser sensível também para aqueles que buscam se diferenciar dela.

Percentuais mais altos de relato de discriminação em todas as modalidades ocorreram também entre os que participam de grupos sociais, os que têm acesso à internet, e os que vivem em cidades com populações maiores, indicando, aqui, que a informação e conexão podem auxiliar na percepção ou na denúncia do problema.

OPORTUNIDADES

Ficou claro, no exame das questões até aqui relatadas, que os aspectos relativos à vida juvenil são vividos de forma bastante desigual segundo uma série de diferentes variáveis, e que algumas dessas condições criam situações de discriminação que são sentidas (ou relatadas) mais fortemente entre os jovens. Buscamos, em seguida, verificar a percepção que os entrevistados têm a respeito das desigualdades de oportunidades entre diferentes segmentos juvenis, perguntando a eles se concordavam ou discordavam das seguintes formulações:

⁴⁹ Ver relatório dos Grupos Focais dessa pesquisa, publicada nos sites www.polis.org.br, www.ibase.br e www.juventudesulamericanas.org.br

TABELA 57 – PERCEPÇÃO DE DESIGUALDADES E OPORTUNIDADES, EM PORCENTAGEM.

	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente	Não sabe	Sem resposta
As mulheres jovens têm tanta chance de encontrar trabalho quanto os homens jovens	36	40	19	4	1	0
Nos dias de hoje, os/as jovens negros/as, brancos/as e indígenas têm as mesmas oportunidades	18	30	36	16	1	0
Com as novas tecnologias, os jovens da área rural têm tanto acesso à informação quanto os jovens da cidade	14	28	38	19	2	0
Os/as jovens devem só estudar e não trabalhar	10	14	49	27	1	0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

I – “AS MULHERES JOVENS TÊM TANTA CHANCE DE ENCONTRAR TRABALHO QUANTO OS HOMENS JOVENS”.

A grande maioria dos entrevistados, chegando a três quartos da mostra, manifesta concordância com essa frase, ou seja, não vê desigualdade no acesso ao mercado de trabalho entre moças e rapazes. As próprias mulheres, contudo, reconhecem um pouco mais essa desigualdade (25% contra 21,6% dos homens). São poucos os que discordam totalmente dessa afirmação (4,2%), mas é importante notar que há mais jovens que adultos entre os que o fazem. São principalmente as mulheres jovens que acusam a desigualdade (30% delas discorda da frase), enquanto os homens adultos são os que menos percebem essa discriminação (78% deles concordam com a idéia de que há igualdade entre os sexos nas chances de encontrar trabalho).

A percepção da desigualdade é principalmente sensível à variável da escolaridade: a discordância da frase aumenta progressivamente quanto mais anos de estudo tem o entrevistado, dobrando entre o EF1 (16,3%) e o nível superior (31,5%). Essa diferença se manifesta, contudo, mais intensamente entre os adultos (vai de 15% a 33,7%); entre os jovens a diferença é menos significativa, de apenas 4 pontos entre o nível mais baixo e

o mais alto de escolaridade. A diferença por renda segue o mesmo movimento da variável escolaridade: a discordância da frase é maior quanto melhor o índice socioeconômico, e a variação é maior entre adultos (com uma diferença de 12 pontos entre a menor e a maior faixa) que entre jovens (onde a diferença é de 4,8 pontos percentuais).

A percepção da existência dessa desigualdade também é maior entre aqueles que participam, sendo a opinião de 31% neste segmento, contra 19% dos que não participam nem gostariam de participar.

Embora as moças se pronunciem mais que os outros a respeito dessa desigualdade, ainda assim são minoria em seu próprio segmento (menos de um terço); isso significa que não tem consciência da desigualdade instalada entre elas, ou o fato de que essa discriminação esteja ligada à experiência de apenas parte delas? Evidentemente não podemos, com os dados da pesquisa, responder a essa questão. Mas se acionarmos os dados da situação ocupacional das jovens entrevistadas podemos pensar em algumas pistas. As mulheres, de fato, estão em menor grau no mercado de trabalho que os homens, tanto jovens como adultas, mas o contato das jovens mulheres com o trabalho não é pequeno, embora menor que os dos jovens homens. No segmento juvenil, 11% das moças nunca trabalharam e apenas 3% dos rapazes nunca o fizeram. Um número maior de mulheres entra mais tarde no mercado de trabalho que os homens: 75,6% dos rapazes começam a trabalhar antes dos 18 anos, o que ocorre para 68% das moças; um número maior de moças (32%) que de rapazes (23,6%) inicia sua vida laboral no período que estamos chamando de juventude nessa pesquisa (18 a 29 anos). Como já vimos antes, boa parte das jovens se dedica às tarefas domésticas, cuidando da esfera da reprodução, por opção ou desalento.

No entanto, quando buscamos verificar se o desemprego atinge mais as entrevistadas jovens que os entrevistados jovens, não encontramos nessa pesquisa dado que confirme essa suposição, embora a literatura especializada chame sempre a atenção para a desvantagem das mulheres nesse item. Mas no universo dessa pesquisa, tanto na auto descrição da sua situação de atividade (onde uma alternativa é “procurando emprego”), como na escolha, pelo entrevistado, da opção que define melhor a sua situação em relação ao trabalho, encontramos mais rapazes que moças desempregados: são 8,3% dos rapazes e 5,3% das moças no primeiro caso e 81,1% dos jovens homens e 59,6% das jovens mulheres que, não estando trabalhando, estão procurando trabalho pela primeira vez ou não. É no item referente à situação de total inatividade (não estuda nem trabalha) que encontramos um peso maior entre as jovens que os rapazes o que pode, sem dúvida, significar, pelo menos em parte, a desistência da procura por trabalho.

Mas a principal diferença que encontramos está na remuneração do trabalho entre aqueles inseridos no mercado: as moças ganham, na média, muito menos que os rapazes. Isso pode significar que a maior desigualdade a atingir as jovens em relação ao trabalho esteja não tanto nas chances de encontrar trabalho, mas no tipo de trabalho encontrado ou no reconhecimento do valor conferido ao trabalho juvenil feminino, pelo menos no que tange ao fator da remuneração. Talvez esse seja um elemento que ajude a explicar a baixa percepção da desigualdade das jovens mulheres no mundo ocupacional, uma vez que a formulação da frase diz respeito às chances de encontrar trabalho e não à sua qualidade.

TABELA 58 – RENDIMENTO DO TRABALHO POR SEXO

R\$	Masculino		Feminino		Total
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	
até 480,00	40,6	32,9	63,0	51,6	44,1
de 481,00 a 800,00	35,0	27,1	23,2	23,8	27,0
de 801,00 a 1.600,00	15,8	25,1	8,3	13,9	18,4
de 1.600,00 e mais	5,1	12,7	3,1	5,9	8,2

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

II – “NOS DIAS DE HOJE, OS/AS JOVENS NEGROS/AS, BRANCOS/AS E INDÍGENAS TÊM AS MESMAS OPORTUNIDADES”.

A percepção da existência da desigualdade racial a restringir oportunidades de jovens negros e indígenas é bem maior, mas mesmo assim ocorre uma quase divisão de opiniões entre os entrevistados: 51,4% discordam da frase acima, enquanto 47,4% concordam. As mulheres e jovens percebem mais a existência da desigualdade, reiterando o que dizíamos ao analisar os relatos sobre discriminações sofridas no item anterior. A diferença geracional, nesse caso, é mais pronunciada que a de gênero; mas é preciso reparar que são sobretudo os mais velhos, das faixas acima dos 50 anos, que puxam para baixo os valores do segmento adulto.

Surpreendentemente, porém, não se vê diferença significativa de opinião a esse respeito entre negros e brancos: enquanto as porcentagens de negros e brancos que concordam com essa frase é igual, a discordância é apenas 2,5 pontos maior entre os negros. A percepção da desigualdade se manifesta mais pronunciadamente entre indígenas e orientais, onde a discordância sobe para 62%.

Do mesmo modo que o verificado com relação à frase anterior, a percepção de existência de desigualdade racial cresce com o nível de escolaridade e renda e também do mesmo modo, a distância produzida pelo número de anos de estudo é mais acentuada entre os adultos que entre os jovens. Também na mesma direção percebida acima, os que participam acusam mais essa desigualdade que os que não gostariam de participar: apenas 35,8% dos jovens que participam de coletivos concordam com a frase.

Essa desigualdade é mais perceptível no meio urbano que no rural: 53, 2% dos entrevistados da cidade discordam da frase, ao passo que 58% dos entrevistados no campo concordam com a igualdade de oportunidades entre as diferentes raças; a diferença é ainda mais acentuada entre os adultos.

TABELA 59 – CONCORDÂNCIA COM A IGUALDADE RACIAL, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	SEXO		IDADE		COR/ ETNIA		
		MASCULINO	FEMININO	JOVEM	ADULTO	BRANCA	NEGRA	OUTROS
CONCORDO	47,4	49	46	42,7	49,5	49	49	36
Concorda totalmente	17,7	18,6	17	17,4	17,9	17,8	18,2	9,9
Concorda	29,7	30,4	29,1	25,3	31,7	31,2	28,8	26,1
DISCORDO	51,4	49,8	52,8	56,9	48,9	49,6	52	62
Discorda	35,6	35,3	35,9	41,2	33,1	34,9	35,9	40,8
Discorda totalmente	15,8	14,5	16,9	15,7	15,8	14,7	16,2	21,1
Não sabe	1,1	1,2	1,1	0,4	1,5	1,4	0,9	2
Sem resposta	0	0	0,1	0	0,1	0	0,1	0

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

III – “COM AS NOVAS TECNOLOGIAS, OS JOVENS DO MEIO RURAL TÊM TANTO ACESSO À INFORMAÇÃO QUANTO OS JOVENS DA CIDADE”

As opiniões em relação a esse tema também são divididas, mas a maioria discorda: 56% da mostra vê uma desigualdade nas oportunidades de acesso à informação para os jovens do campo. Os jovens discordam mais que os adultos, mas é curioso perceber que são os jovens da cidade e não os do campo que mais acentuadamente têm essa opinião.

Inversamente, os adultos do campo são mais céticos que os da cidade à idéia de que exista uma igualdade de acesso à informação propiciada pelas novas tecnologias: enquanto são 43,7% dos adultos urbanos que concordam com a frase acima formulada, a aceitação dessa idéia é manifestada por 39,7% dos adultos do campo.

É preciso lembrar, como nos alerta Maria José Carneiro, porém, que a juventude rural não vive condições homogêneas, e talvez esse seja um dos itens que marque as diferenças e desigualdades existentes não só entre campo e cidade, mas no interior do segmento rural. É possível ver, por exemplo, que esse tema apresenta diferenças regionais significativas, indicando, talvez, desigualdades de infraestrutura comunicacional e de acesso às novas tecnologias nas zonas rurais entre os diferentes “pedaços” do país: nas regiões Sul e Sudeste encontramos o maior índice de concordância com a idéia de que existe uma igualdade, enquanto nas regiões Norte e Centro-Oeste estão os maiores percentuais de desigualdade, sendo os jovens da região Norte os que menos aderência manifestam à opinião expressa (27%).

A diferença de percepção geracional é mais acentuada entre os homens que entre as mulheres: enquanto 45,7% dos entrevistados homens adultos apostam na igualdade de

oportunidades entre os jovens do campo e os da cidade, apenas 38,5% dos rapazes têm a mesma crença.

TABELA 60 – CONCORDÂNCIA COM IGUALDADE DE ACESSO ÀS TICS, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	JOVENS	ADULTO	Urbano		Rural	
				Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
CONCORDO	41,9	39,1	43,2	38,4	43,7	43,7	39,7
Concorda totalmente	14,4	13,8	14,6	13,2	14,4	18,0	15,8
Concorda	27,6	25,3	28,6	25,2	29,3	25,7	23,9
DISCORDO	56	60,1	54,2	60,8	53,7	55,9	57,3
Discorda	37,5	40,9	35,9	41,8	35,5	35,5	38,5
Discorda totalmente	18,5	19,2	18,3	19,0	18,2	20,4	18,8
Não sabe	2	0,8	2,6	0,9	2,5	0,4	3,0
Sem resposta	0	0	0,1		0,1		

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

IV – “OS JOVENS DEVEM SÓ ESTUDAR E NÃO TRABALHAR”

É muito presente a tese de que a juventude deva ser o tempo em que se permite a suspensão do mundo do trabalho para possibilitar a dedicação exclusiva aos estudos, sendo o núcleo da noção mais clássica da moratória, forjada na modernidade e ainda largamente presente, percebida como um privilégio que apenas os filhos das famílias de classes médias e altas podem fruir. Desse modo, há uma corrente forte de pensamento que postula que a promoção da igualdade de oportunidades entre os jovens deve passar pela extensão dessa moratória a todos, transformando a dedicação exclusiva aos estudos num imperativo social para essa faixa etária.

No entanto, a grande maioria dos entrevistados, três quartos da mostra, discorda dessa assertiva, sendo que um quarto discorda totalmente. Não há diferenças geracionais significativas: adultos e jovens partilham a mesma opinião nesse tema.

Também podem ser notadas pequenas diferenças com relação à situação de moradia, uma vez que um pouco mais de jovens do campo apóiam a idéia da dedicação exclusiva aos estudos, acompanhando a tendência já verificada em outras questões de uma maior valorização da educação no meio rural: 27% deles concordam com a frase, enquanto essa porcentagem entre os jovens urbanos é de 22,8%.

TABELA – CONCORDÂNCIA COM A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DOS JOVENS AO ESTUDO, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	Masculino		Feminino		Urbano		Rural	
		Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
CONCORDO	23,6	26,2	26,7	20,5	21,2	22,8	23,5	26,6	25,6
Concorda totalmente	9,5	11,2	10,4	8,2	8,6	9,0	8,9	13,9	12,8
Concorda	14,1	15,0	16,3	12,3	12,6	13,8	14,6	12,7	12,8
DISCORDO	75,8	73,4	72,8	79,0	77,9	77,0	75,8	72,3	73,5
Discorda	48,8	49,7	47,0	51,6	48,9	50,1	47,2	54,3	53,0
Discorda totalmente	26,9	23,7	25,8	27,4	29,0	26,9	28,6	18,0	20,5
Não sabe	0,5	0,1	0,5	0,4	0,7	0,2	0,7	0,8	0,4
Sem resposta	0,1	0,2	0,1		0,1	0,1	0,1	0,4	0,4

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Com relação aos indicadores socioeconômicos, podemos ver que o grau de concordância é maior nas faixas mais baixas, sem, no entanto, mudar a tendência geral: no segmento de jovens da faixa D/E sobe 7 pontos percentuais em relação ao 1/5 dos jovens da faixa A/B que aderem à idéia da exclusividade do estudo na juventude; a mesma relação pode ser verificada segundo o nível de escolaridade, sendo um pouco maior o grau de concordância entre os que têm menos anos de estudo, embora essa relação seja mais clara entre os adultos que entre os jovens. Esses dados podem levantar a suposição de que essa opinião se torna um pouco mais forte entre aqueles que não podem ou não puderam ter essa oportunidade, sendo menos presente entre os que lograram uma inclusão mais consistente tanto na trajetória escolar como na ocupacional.

TABELA 61 – CONCORDÂNCIA COM A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DOS JOVENS AO ESTUDO. SEGMENTO JUVENIL POR ISE, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	A/B	C	D/E
CONCORDO	23,6	20,8	21,6	23,8
Concorda totalmente	9,5	7,6	7,2	10,0
Concorda	14,1	13,2	14,4	13,8
DISCORDO	75,8	79,1	78,0	75,9
Discorda	48,8	50,9	45,9	50,8
Discorda totalmente	26,9	28,2	32,1	25,1
Não sabe	0,5	0,2	0,2	0,1
Sem resposta	0,1		0,2	0,1

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Cabe observar que essa opinião não se torna mais forte entre os jovens desempregados, pelo contrário: segundo a variável da situação ocupacional, são os jovens fora da PEA os mais inclinados à idéia da suspensão dos jovens do mundo do trabalho(27%), contra 23,3% dos que trabalham e 21,5% dos desempregados.

TABELA 62 – CONCORDÂNCIA COM A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DOS JOVENS AO ESTUDO, POR ESCOLARIDADE, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	EF 1		EF 2		Ensino Médio		Superior ou mais	
		Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
CONCORDO	23,6	26,0	24,2	22,6	26,9	22,2	21,4	24,2	18,8
Concorda totalmente	9,5	13,0	9,8	9,3	11,0	9,1	7,6	7,8	7,2
Concorda	14,1	13,0	14,4	13,3	15,9	13,1	13,8	16,4	11,6
DISCORDO	75,8	73,4	74,6	76,7	72,9	77,6	78,2	75,8	81,2
Discorda	48,8	50,2	48,8	52,9	44,4	50,1	48,4	49,6	50,3
Discorda totalmente	26,9	23,2	25,8	23,8	28,5	27,5	29,8	26,2	30,9
Não sabe	0,5	0,6	1,1	0,2		0,3	0,3		
Sem resposta	0,1		0,1	0,5	0,3				

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Também é interessante notar que, embora essa seja uma demanda expressa por muitas organizações juvenis, vemos que a participação nos diferentes tipos de coletivos investigados nessa pesquisa não dispõe os jovens a aderirem em maior grau a essa opinião: pelo contrário, eles manifestam um grau de discordância mais alto que os que estão distantes do mundo associativo: entre esses, é de 12 pontos a diferença em relação aos primeiros na concordância com a frase que propõe que os jovens devem estudar e não trabalhar.

TABELA 63 – CONCORDÂNCIA COM A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DOS JOVENS AO ESTUDO, POR PEA E PARTICIPAÇÃO, EM PORCENTAGEM.

JOVENS	PEA							
	Total	Pea Trabalhando	Pea Desempregado	Não Pea	Participa	Gostaria de Participar	Não Gostariam de Participar	
CONCORDA	23,6	23,3	21,3	27,1	20,7	20,4	33,0	
Concorda totalmente	9,5	9,8	9,1	10,1	7,7	8,1	15,9	
Concorda	14,1	13,5	12,2	17,0	13,0	12,3	17,1	
DISCORDA	75,7	76,4	78,8	71,2	78,7	79,7	66,3	
Discorda	48,8	51,4	51,7	44,1	50,7	54,2	44,0	
Discorda totalmente	26,9	25,0	27,1	27,1	28,0	25,5	22,3	
Não sabe	0,5	0,2		1,6	0,3		0,8	
Sem resposta	0,1	0,2			0,3			

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Ao recuperarmos a questão que abre esse bloco, onde se indaga sobre o que a juventude deveria fazer, onde observamos que a maioria responde apontando a idéia da preparação para o futuro, e compararmos com essa outra indagação sobre o “dever ser” da juventude, podemos anotar a seguinte observação: a preparação para o futuro envolve, certamente, a permanência com qualidade e progressão nos estudos, mas não se esgota nessa dimensão; o trabalho não fica fora dos planos de construção das trajetórias de inclusão, para a grande maioria dos nossos entrevistados.

Em resumo, podemos observar que as desigualdades mais amplamente percebidas (por mais ou menos metade dos entrevistados) são as raciais e as que diferenciam campo e cidade no acesso à tecnologia; a desigualdade de gênero no mercado de trabalho é percebida apenas por uma minoria. Já a inserção laboral não é vista pela ampla maioria dos entrevistados como uma desigualdade entre jovens que deva ser superada.

Os jovens acusam mais que os adultos as desigualdades que os atravessam, em todos os temas. A percepção dessas desigualdades também é maior conforme aumenta a ren-

da e a escolaridade, e o grau de participação em coletivos. Mas não se pode dizer que são sempre os “mais afetados” pelas desigualdades questionadas que em maior medida a reconhecem. Somente as moças, mais que os adultos ou seus coetâneos homens, concordam em maior grau com a frase que afirma a existência de uma desigualdade atingindo as mulheres jovens na sua chance de inserção ocupacional. Com relação à desigualdade racial não se constata uma maior percepção da desigualdade entre os negros, mas sim entre os indígenas. Mas no caso do acesso às TICs para os jovens do meio rural, são justamente os da cidade que pensam, em maior medida, haver um desequilíbrio de oportunidades.

REIVINDICAÇÕES E MANIFESTAÇÕES JUVENIS

Chama a atenção, em primeiro lugar, o alto grau de concordância dos entrevistados com a maioria das reivindicações e das formas de luta que jovens têm empreendido para conquistá-las. Com apenas uma exceção, em todos os casos a maioria dos entrevistados reconhece a justiça dessas lutas. O exame mais detalhado do modo como os entrevistados se posicionam com relação a cada uma delas, porém, nos fornece algumas questões interessantes.

TABELA 64 – CONCORDÂNCIA COM MANIFESTAÇÕES DOS JOVENS, EM PORCENTAGEM.

	CONCORDA	concorda totalmente	concorda	DISCORDA	discorda	discorda totalmente	NS	NR
Mobilizações de jovens reivindicando abertura de espaços e eventos para práticas culturais, esportivas e de lazer	90	44	46	6	5	1	3	
Ocupação de universidades públicas por estudantes reivindicando transparência e honestidade no gasto de recursos públicos e melhores condições de ensino	81	42	39	15	11	4	3	
Manifestações de estudantes nas ruas pela meia passagem ou passe livre nos transportes coletivos	83	39	44	14	11	3	2	
Abaixo-assinados pelas cotas para negros nas universidades públicas	69	30	39	27	19	8	4	1
Participação dos jovens nas marchas do movimento sem terra (MST) reivindicando reforma agrária	49	19	30	48	30	18	3	

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A demanda que mais encontra aceitação, praticamente de forma irrestrita em todos os segmentos pesquisados, é aquela referente a **mobilizações de jovens reivindicando abertura de espaços e eventos para práticas culturais, esportivas e de lazer**. Apenas

6,5% da mostra manifestam discordância de que os jovens devam se mobilizar para reivindicar a abertura desses espaços públicos. Contudo, vale a pena notar que, se essa demanda foi a que alcançou maior grau de adesão dos entrevistados em geral, o tema da cultura não foi assinalado como prioridade nas questões em que se visava colher a opinião dos entrevistados sobre os temas mais importantes para os jovens, como vimos nas questões anteriores e como se verá no bloco referente às políticas públicas.

Não há muitas diferenças segundo o sexo do entrevistado, nem mesmo segundo a idade: a variação entre o grupo de jovens e o de adultos nesse tema é de apenas 4 pontos percentuais, sendo que a concordância total com a demanda é que se acentua conforme mais jovens são os entrevistados: mais de metade dos que têm entre 18 e 22 anos concordam totalmente com essa demanda, enquanto entre aqueles com mais de 60 anos a porcentagem de concordância total é de 35,2%. Entre os adultos do meio rural decresce um pouco o grau de concordância com a frase, sobretudo pela existência de dúvidas ou desconhecimento em relação ao tema (9% deles dizem não saber emitir uma opinião a respeito); no segmento juvenil as diferenças de situação domiciliar se refletem no grau de radicalidade da concordância: os jovens da cidade, mais que os do campo, concordam totalmente com essa demanda.

Os que participam de algum grupo concordam em maior grau do que os que não participam nem gostariam de participar, talvez porque essa seja uma demanda que lhes toca diretamente, no sentido de que buscam espaços para o desenvolvimento de suas atividades, muitas delas ligadas ao esporte e à cultura.

A “**ocupação de universidades públicas por estudantes reivindicando transparência e honestidade no gasto de recursos públicos e melhores condições de ensino**” também suscita reações de simpatia muito grandes entre os entrevistados, embora não se possa saber ao certo se essa se dirige tanto ao conteúdo como à forma da reivindicação. Sabemos que o conteúdo dessas manifestações toca em dois temas em relação aos quais os entrevistados já mostraram que são altamente sensíveis: a qualidade da educação e a preocupação com a corrupção (citada como principal entrave à democracia). Quatro quintos dos entrevistados dizem concordar com as ocupações, 42,2% totalmente, e apenas 15,5% discordam.

O grau de concordância é ainda maior entre os próprios jovens; mas mesmo entre os mais velhos (com mais de 60 anos) há uma parcela maior dos que manifestam dúvidas do que dos que discordam totalmente.

Os rapazes, um pouco mais que as moças, concordam totalmente (46,4% a 43%). Com relação à situação de domicílio, não se observam diferenças significativas, a não ser pelo fato de que os jovens do campo manifestam mais dúvidas sobre o assunto que os da cidade (9,7% dos jovens do meio rural dizem não saber responder, contra 1,1% da cidade).

Os negros manifestam uma concordância um pouco maior que os brancos, tanto no segmento juvenil como no adulto; e na variável da religião são os ateus e os sem religião que manifestam um maior grau de concordância, nesse caso também sem diferenças etárias significativas.

Os estudantes concordam ainda em maior grau que os que não estudam, embora entre esses também seja alta a taxa de concordância. E quanto maior a escolaridade do entrevistado, menor a margem de dúvidas e maior o grau de concordância, chegando a 86,3% entre os que têm Ensino Superior. Do mesmo modo, é entre os jovens da faixa A/B que o apoio a essa demanda se manifesta de modo mais intenso, embora não seja nada baixo o grau de concordância entre os que se encontram nas faixas D/E (82,6% dos jovens e 76% dos adultos).

O envolvimento dos jovens em associações e coletivos não produz diferenças significativas de opinião em relação a esse tema.

É curioso perceber que se a questão do transporte não apareceu como prioridade entre as questões que mais afetam aos jovens para muitos entrevistados, quando consultados sobre o que pensam das **manifestações de estudantes nas ruas pela meia passagem ou passe livre nos transportes coletivos** a grande maioria dos entrevistados diz concordar com essa demanda, de forma ainda mais significativa entre os próprios jovens: 87% deles se manifestam favoravelmente, enquanto no geral da mostra esse valor é de 83%.

A variável socioeconômica interfere nos resultados, ainda que sem alterar o resultado geral. Os jovens de renda mais alta discordam um pouco mais que os de renda mais baixa (13,4% na faixa de renda de R\$ 1.600,00 ou mais e 9,2% na faixa de renda até R\$ 480,00), ao passo que a radicalidade na concordância aumenta 5 pontos no sentido inverso (de 40,8% faixa mais alta para 45,2% na mais baixa). O grau de concordância se mantém alto em todos os níveis de escolaridade, caindo um pouco apenas entre os que têm anos de estudo correspondentes a no máximo o primeiro ciclo do ensino fundamental, principalmente entre os adultos (79,6%); isso, porém, não significa que eles discordem em maior grau que aqueles com mais anos de estudo mas sim que, em maior medida, não sabem ou não querem responder sobre o assunto (somando, 8%).

Tanto os jovens como os adultos do meio rural têm mais dúvidas que os habitantes das cidades, e em menor grau manifestam discordância total.

Com relação às diferenças raciais, não há tendências muito pronunciadas, mas os adultos brancos são os que mais discordam da demanda relativa a transporte (19,3% deles), enquanto os jovens negros os que mais concordam totalmente (44,1%). Diferenças mais significativas se percebem na variante regional: o grau de concordância sobe, tanto entre adultos como jovens, no Norte e no Nordeste, alcançando um valor de 92,4% entre os jovens nortistas e 88,7% entre os jovens nordestinos.

Nota-se uma maior discordância dessa reivindicação, embora a diferença seja pequena, entre os jovens que participam: de 13,5% entre os que participam para 11,3% entre os que não gostariam de participar.

Em relação ao tema das ações afirmativas para a correção de desigualdades raciais, investigado através da pergunta sobre a concordância com **abaixo-assinados pelas cotas para negros nas universidades públicas**, vemos que, apesar da maioria dos entrevistados manifestarem opinião favorável, a concordância se faz num patamar abaixo daquele verificado nas demandas anteriores: são 69% dos entrevistados que manifestam

concordância, 30% de modo cabal (concordam totalmente). Interessante também é notar que é o tema onde, no geral, houve maior dificuldade em responder; verificamos, contudo, que essa dúvida se concentra entre os entrevistados com mais idade, nas duas faixas etárias mais altas (6,2% dos que têm entre 50 e 59 anos e 8,3% dos que têm mais de 60).

As diferenças etárias não são significativas na modulação da opinião a respeito desse tema: é de apenas dois pontos percentuais a diferença entre as parcelas de jovens e de adultos que concordam com essa demanda (70,6% de jovens e 68,3% de adultos).

O grau de concordância, como seria de se esperar, é maior entre pretos e pardos que brancos e outras etnias (72,5% entre negros, 65% entre brancos, 63,5% amarelos e indígenas); mas é importante notar que mais de um quinto (23%) dos negros discordam dessa reivindicação, 6,5% totalmente; e que mais 3,8% não sabem se concordam ou não. Quando observamos o segmento juvenil, vemos que essas diferenças se acentuam: em primeiro lugar, o grau de dúvida dos jovens negros é menor que o dos adultos, e em segundo, aumenta o grau de concordância e a distância em relação a seus pares brancos (74% dos jovens pretos e pardos concordam e 66% dos jovens brancos também).

O que é impressionante é perceber que, conforme aumenta a escolaridade dos entrevistados, cai o grau de concordância com a reivindicação de cotas, tanto no caso dos jovens como dos adultos, chegando a 43% a parcela dos entrevistados com nível superior de ensino que discorda dessa reivindicação. A mesma tendência se observa com relação à renda: a concordância é bem maior nas faixas mais baixas dos indicadores socioeconômicos.

Não há variação verificada pela situação de domicílio, a não ser pelo grau de dúvida manifestada, bem maior entre os que vivem no campo, chegando a 10,3% entre os adultos; contudo, os adultos da cidade discordam mais do que os do campo (27,6% a 20,1%). Com relação à variável referente à religião, vemos que os jovens católicos e os que não tem religião são os que mais concordam (em torno de 71% cada um); os adultos agrupados na categoria outras religiões são, por outro lado, os que mais discordam (30,2%).

Verificamos que o grau de discordância é maior entre os que têm vida associativa: 31,6% dos jovens que participam discordam, contra 19% dos jovens que não gostariam de participar. Parece que o tema é tanto mais polêmico quanto maior a escolaridade e o grau de participação, mesmo entre os próprios jovens; enquanto são os de menor renda, menor escolaridade e os próprios negros os que em maior proporção apóiam essa reivindicação.

Participação dos jovens nas marchas do movimento sem terra (MST) reivindicando reforma agrária: esse é o tema que divide os entrevistados: quase metade deles concorda (49%), outra quase metade (48%) discorda; pouco menos de um quinto (19%) concorda totalmente, enquanto outros quase um quinto (18%) discorda totalmente. Esse equilíbrio se desfaz, de modo distinto, porém, segundo as diferentes gerações: enquanto entre os jovens há uma maioria que concorda (54%), entre os adultos a maior parcela discorda (49,6%).

A sensibilidade ao tema e/ou ao sujeito da mobilização é maior no campo que na cidade: quase 60% dos entrevistados que moram no campo concordam, sendo que 24,4% totalmente. Os jovens apóiam em ainda maior grau que os adultos: 63%. Cabe observar

que ainda nesse tema a dúvida é maior no segmento rural que no urbano: 6,2% dos entrevistados desse segmento não souberam responder.

A prevalência do apoio também se observa entre os entrevistados dos pequenos municípios (55% dos que vivem em municípios de até 20 mil habitantes concordam com essa reivindicação). Mas, nesse sentido, a diferença mais notável é a regional: a bandeira da reforma agrária (ou a participação de jovens nas marchas do MST) é apoiada pela maioria nas regiões Norte e Nordeste (57,1% e 58,5% respectivamente), enquanto nas regiões Sul e Centro Oeste ocorre o contrário: a maioria discorda, numa proporção bem alta. A diferença etária também se manifesta aqui: enquanto na região Centro Oeste, por exemplo, 70,4% dos adultos se colocam contrariamente a esse tema, entre os jovens a discordância é de 58%.

A concordância é notadamente maior entre os mais pobres: sobe de 42,7% entre os que ganham mais de R\$ 1600,00 para 56,8% entre os que ganham até R\$ 480,00; relação que se mantém quando se observa o segmento juvenil: a concordância sobe de 47,6% nas faixas A/B para 62,9% nas faixas D/E.

A maior escolaridade faz diminuir o apoio: a discordância cresce entre aqueles que têm mais anos de estudo, chegando a ser manifestado pela maioria nas faixas de escolaridade referentes ao Ensino Médio (51,4%) e ao Ensino Superior (55,3%). Essa diferença também se observa entre os que usam computador e internet: 44,3% concordam enquanto essa é a posição de 51,1% dos que não usam. E também ocorre segundo a variável da participação: é menor o apoio a essa bandeira entre os que participam (48,2%) do que entre os que não gostariam de participar (60,4%).

Em resumo, podemos dizer que, quanto às mobilizações desenvolvidas por jovens, embora haja, no geral, um alto grau de simpatia e concordância, algumas diferenças importantes se pronunciam:

As diferenças de gênero não produzem modulações significativas de opinião em relação às demandas e mobilizações dos jovens: apenas se pode notar que há um pouco mais de mulheres adultas que de homens adultos com dificuldade de emitir uma opinião sobre essas questões. Também se nota que as mulheres, inclusive as jovens, apresentam uma pequena porcentagem a mais de concordância com a bandeira das cotas; e as mulheres adultas concordam um pouco mais com a reforma agrária do que os homens adultos.

Os jovens negros concordam com todas as reivindicações em maior proporção que os brancos, principalmente naquelas relativas a cotas e à reforma agrária.

Os entrevistados do meio rural, principalmente os adultos, em maior proporção que os da cidade não souberam se manifestar sobre as demandas juvenis, em todos os casos. Contudo, normalmente isso não implica em uma menor concordância, mas sim na diminuição da parcela que manifesta discordância, que também aparece menor entre os adultos do campo que os da cidade. Além disso, os adultos do campo reconhecem um pouco mais que os adultos da cidade a importância dos espaços culturais. Mas a diferença mais notável é que tanto jovens como adultos do campo apóiam, em maior grau que os da cidade, a participação dos jovens nas marchas do MST pela reforma agrária.

As diferenças produzidas pelos indicadores socioeconômicos se manifestam sobretudo no apoio à reforma agrária e às cotas, com os mais pobres manifestando maior apoio a essas demandas: a diferença é de 15 pontos percentuais para mais de concordância com a reforma agrária na faixa D/E (62,9%) em relação à A/B (47,6%), e de 10 pontos com relação às cotas (de 64,5% na A/B para 75,3% na D/E). Em relação às outras demandas, não há diferenças notáveis, a não ser no caso do segmento adulto, em que o apoio aos espaços de cultura é um pouco menor entre os adultos da faixa D/E (84,1%). O que chama a atenção, porém, é que nas faixas D/E sempre uma parcela maior não sabe dizer se concorda ou não; o mais alto grau de dúvida é com relação às cotas, tema em relação ao qual 11% dos adultos não souberam ou não quiseram se manifestar.

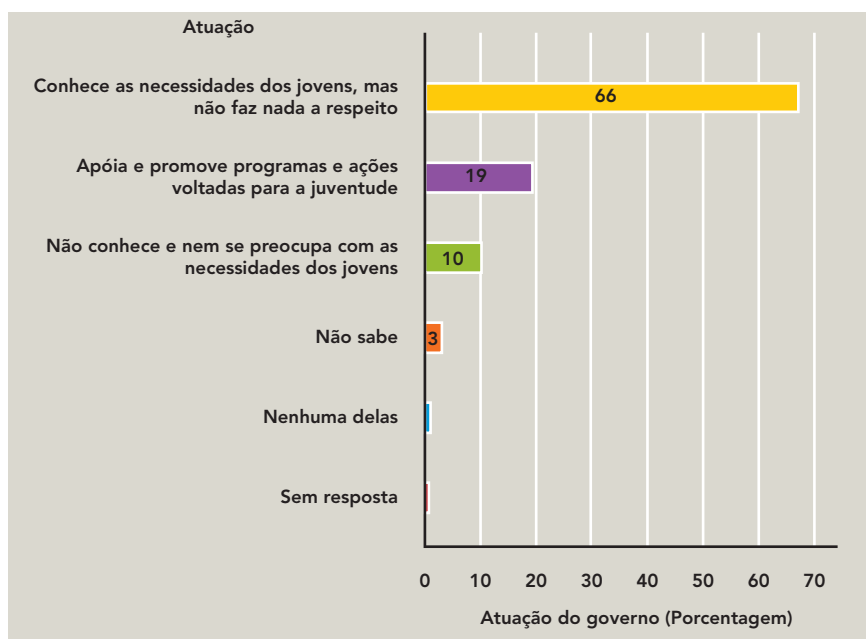
O nível de escolaridade também produz modulações significativas, semelhantes, nas linhas gerais, à manifestada pelas diferenças de renda: o apoio cresce com o nível de escolaridade no tema da qualidade do ensino nas universidades, mas cai com relação às mobilizações pelas cotas para estudantes negros e às marchas do MST. Isso faz levantar uma hipótese no sentido de que a maior renda e escolaridade fazem os entrevistados apoiarem mais fortemente aquelas reivindicações que se relacionam ao aumento e melhoria das ofertas de educação e cultura, mas o inverso se verifica com relação às reivindicações que visam a correção de desigualdades históricas e estruturais, como aquelas que dizem respeito à superação da desigualdade racial no ensino e à reforma agrária. A hipótese se apóia também na clara manifestação de uma tendência ao maior apoio a essas duas últimas questões, assim como à gratuidade no transporte público, entre os que se encontram em maior situação de exclusão: os de baixa renda familiar, de baixa escolaridade, os moradores do campo, os negros.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Para investigar a opinião e o grau de conhecimento dos entrevistados sobre as políticas voltadas para a juventude no Brasil foram formuladas questões em torno de três eixos: o primeiro se fez em torno da avaliação da relação do governo brasileiro com as necessidades e ações em favor da juventude; no segundo, procura-se aferir o conhecimento acerca de projetos ou programas governamentais voltados para esse segmento; o terceiro busca conhecer que importância os entrevistados conferem a diretrizes de ação governamental em debate e ou execução em favor dos jovens. Foi acrescentado a esse bloco o tópico que trata das escolhas que os entrevistados fizeram a respeito de quais grupos de cultura, esporte e comunicação deveriam receber apoio governamental.

O GOVERNO BRASILEIRO E AS NECESSIDADES DOS JOVENS

Os entrevistados foram convidados a se manifestar acerca de três modos de pensar a relação entre governo brasileiro, conhecimento das demandas juvenis e ações na direção do atendimento dessas necessidades. Como vemos abaixo, o grau de conhecimento do governo brasileiro sobre as demandas dos jovens é bem avaliado: apenas 10% dos entrevistados disseram que o governo desconhece as necessidades dos jovens. No entanto, o compromisso do governo com esse tema recebe uma avaliação bastante negativa: apenas 19% consideram que há ações efetivas do governo em favor das necessidades juvenis.



Como veremos, as variações nesses percentuais são pequenas (não ultrapassam 15%) e estão predominantemente relacionadas à escolaridade e renda, tamanho da cidade e região do país.

Nesse bloco também as diferenças etárias não são muito pronunciadas, contudo é interessante observar que os jovens são ainda mais críticos que os adultos: 70% deles (contra 64,1% de adultos) consideram que o governo conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada. Se um percentual semelhante de jovens e adultos (cerca de 85%) acredita que o governo conhece as demandas da juventude, a parcela de jovens que afirma que ele desenvolve programas e ações governamentais para a juventude é menor que a de adultos, chegando a apenas 15,3% (contra 21,2% dos adultos). Além disso, o percentual de jovens que acredita que o governo não conhece e nem se preocupa com os jovens é ligeiramente superior ao dos adultos, com uma diferença de 7,5 pontos percentuais.

Apenas no segmento juvenil é possível perceber certas variações de gênero, embora muito pequenas: um percentual maior de moças que de rapazes tem uma visão crítica do governo, uma vez que 72% das moças, com uma diferença de cerca de 3 pontos percentuais em relação aos rapazes (69,2%), acham que o governo não produz ações a partir das demandas juvenis, enquanto se inverte a proporção dos que acham que o governo desenvolve ações para a juventude (17% dos rapazes contra 13,7% das moças).

No que diz respeito à variável ligada à cor, a única diferença digna de nota é que os que se declararam pretos ou pardos variam ligeiramente na avaliação de que há ações governamentais para jovens (cerca de 3,5 pontos percentuais a mais que brancos).

Com relação ao tamanho da população das cidades, os percentuais dos que consideram que o governo não conhece nem se interessa pelas questões juvenis é semelhante (em média 10%). No entanto, a opinião acerca de existirem ações governamentais para

jovens varia, decrescendo conforme aumenta o número de habitantes das cidades (25,1% nas que têm até 20 mil habitantes; 20,9% nas que têm entre 20 e 100 mil; 17,2% nas que têm entre 100 e 500 mil; e 16,4% nas que têm mais de 500 mil habitantes).

A desconfiança quanto à ação do governo é um pouco menor entre os jovens do meio rural: os jovens do campo avaliam que o governo apóia as demandas juvenis num percentual ligeiramente superior que os jovens urbanos (21% contra 14%, respectivamente).

Há variações também segundo as diversas regiões do país. A parcela dos que disseram que o governo não conhece nem se interessa pela juventude oscila muito ligeiramente entre os percentuais de 8% (Centro-Oeste) e 12,6% (Sul). No entanto, as diferenças são mais significativas entre os que acham que o governo conhece, mas não atua em favor das demandas juvenis. Essa opinião é maior no Sudeste (74,3%), apresenta níveis semelhantes no Sul (64%) e no Norte (63,6%), decrescendo no Centro-Oeste (58,7%) e Nordeste (55,3%).

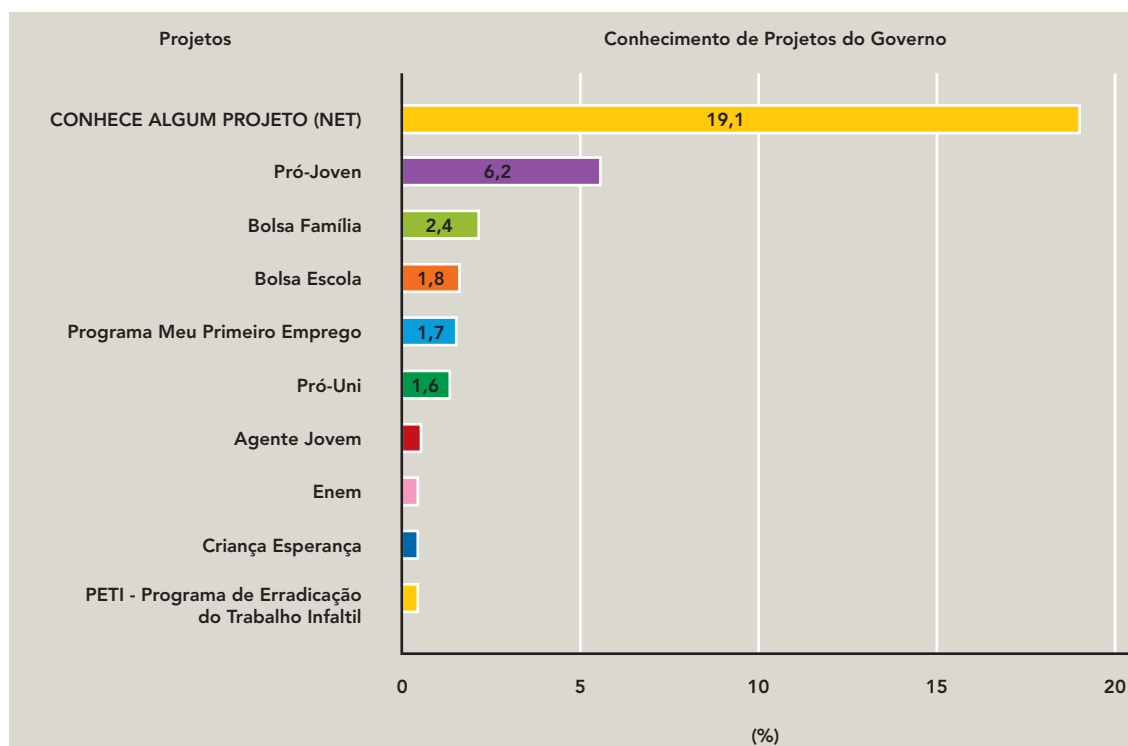
A visão crítica sobre o governo na sua postura com relação aos jovens aumenta com os maiores níveis de escolaridade: a opinião de que o governo conhece, mas não faz nada a respeito das necessidades da juventude, é francamente menos difundida na faixa mais baixa de escolaridade (59,6% entre os que possuem até o nível fundamental I, 69,2% entre os que possuem até fundamental II, 72,3% entre os que têm até ensino médio e 71,2% entre os que têm nível superior ou mais), ao passo que está nessa mesma faixa o maior percentual dos que acreditam que o governo apóia ações para a juventude (21,5%). O percentual dos que acreditam que o governo não conhece nem se preocupa com os jovens é menor no maior nível de escolaridade (7,6%). Entre os jovens observa-se essa mesma tendência geral.

A ação do governo parece ser mais notada pelos que têm renda mais baixa, enquanto os com melhores condições econômicas são mais críticos. No que diz respeito à renda, a avaliação negativa quanto ao governo conhecer, mas não apoiar ações para as demandas juvenis tende a aumentar conforme a faixa de renda (60,6% entre os que têm renda até R\$ 480,00; 64,1% entre os que têm renda entre R\$ 481,00 e R\$ 800,00; 68,1% entre os que têm renda entre R\$ 801,00 e R\$ 1.600,00 e 70,7% entre os que têm renda acima de R\$ 1.601,00). Quando olhamos para os indicadores socioeconômicos, temos uma avaliação semelhante nas três faixas exceto entre os que opinam que o governo conhece, mas não atua em favor das demandas juvenis, que cresce conforme aumenta o ISE (70,8% na faixa A/B; 67,2% na C; e 58,6% na faixa D/E). São sobretudo os jovens da faixa A/B que puxam essa avaliação negativa (77% deles emitem essa opinião).

CONHECIMENTO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PARA JOVENS

Os resultados de uma questão aberta, voltada para saber quais as ações do governo dirigidas ao público juvenil identificadas pelos entrevistados, mostraram o baixo grau de presença, ou de visibilidade, dos programas governamentais para jovens: quatro quintos da mostra disse não saber responder ou não conhecer nenhum projeto. O percentual dos que citaram algum programa (19%) é semelhante àquele que considerou que o governo brasileiro apóia ações para jovens. No entanto, não se trata do mesmo público necessariamente.

Há uma diferença etária pequena, mas relevante, mostrando que o público alvo conhece mais os programas dirigidos a eles ou aos seus companheiros de geração: são 23,5% os jovens e 17,1% os adultos que citaram algum programa. É possível ver que interferem, nesse conhecimento, variáveis referentes à escolaridade, perfil religioso, a situação domiciliar (os que moram no campo e na cidade ou em cidades maiores ou menores), assim como variam os percentuais por região, o perfil socioeconômico, o nível de participação em grupos sociais e o percentual de acesso a computador com internet.



Os que responderam afirmativamente a essa questão têm níveis maiores de escolaridade, renda e acesso a internet. O percentual de conhecimento cresce conforme aumenta o nível de escolaridade (11,7% entre os que têm até fundamental I; 16,1% entre os que têm até fundamental II; 26,6% entre os que têm até nível médio; e 35,6% entre os que têm nível superior ou mais). Também é o dobro entre os que têm acesso a computador com internet (14,3% entre os que não usam e 30,3% entre os que usam). Aumenta com o nível socioeconômico (15,9% na faixa D/E; 22,6% na C; e 36,2% na A/B), reforçando a idéia de que o acesso às informações a respeito das políticas também é bastante atravessado pelas desigualdades sociais e econômicas, deixando de atingir justamente quem mais teria necessidade.

O conhecimento é maior também no meio urbano (20% contra 13,6% no meio rural) e em cidades maiores (entre 14% e 15% em cidades com até 100 mil habitantes; 20,7% nas que têm entre 100 e 500 mil e 24,6% nas que têm mais de 500 mil). É curioso notar que essa tendência se apresenta contrária à encontrada na questão anterior que indicava que, nas cidades menores, uma parcela maior acredita existirem ações governamentais para jovens; talvez o grau de confiança genérica e as informações mais concretas não andem exatamente juntas.

O percentual de homens e mulheres que mencionam algum programa é semelhante (18,6% e 19,6%, respectivamente), mas algumas diferenças aparecem apenas quando se cruzam as variáveis sexo e idade. Os maiores percentuais de conhecimento estão presentes entre homens jovens (24,3%), seguidos por mulheres jovens (23,1%), mulheres adultas (18,2%) e, por último, por homens adultos (15,9%). Uma hipótese, relacionada à diferença entre moças e rapazes, é que os segundos estejam constituindo em maior proporção o público alvo de ações focalizadas, principalmente aquelas dirigidas a situações de vulnerabilidade ligadas ao envolvimento com a violência, crime e questões comportamentais; ou que o maior conhecimento se deva à maior participação masculina nos espaços públicos, inclusive aqueles que buscam debater as políticas de juventude. Essa possibilidade é alimentada pela informação de que o conhecimento de programas aumenta significativamente entre aqueles que participam de algum grupo ou organização social (13,6% entre os que não gostariam de participar; 18,4% entre os que gostariam; e 23,2% entre os que participam de alguma modalidade associativa).

A outra hipótese, ligada à segunda diferença observada, é que as mães (mulheres adultas) estejam mais atentas que os pais nas possibilidades de ampliar os recursos aos seus filhos.

Ao todo foram citados mais de 170 nomes de projetos, com uma dispersão muito grande: basta dizer que 117 dessas citações não tiveram mais que uma menção. Poucos programas parecem ter um conhecimento razoável: apenas dois programas foram mencionados por mais de 2% dos entrevistados. Além disso, cabe notar que parte desses programas não é governamental ou sequer tem parceria com o governo: alguns são projetos de ONGs ou de fundações empresariais, outros são de organismos internacionais ou ainda entidades que se relacionam com jovens, como a UNICEF e a UBES (União Brasileira de Estudantes). Também é importante reparar que parte dos programas citados não são especificamente dirigidos a jovens e outros sequer incluem jovens em seu público alvo, alguns dirigidos exclusivamente a crianças ou a famílias com filhos pequenos. Ou seja, é possível dizer que a noção de políticas públicas de juventude ainda encontra pouca consistência no nosso país, sendo difícil, mesmo, para boa parte dos entrevistados, reconhecer quais ações cabem nessa categoria.

O **Projovem** é claramente o programa mais conhecido (6,2% dos entrevistados dizem conhecer esse programa), parecendo confirmar a intenção governamental de instituí-lo como um marco na inauguração de uma ação estatal de peso na formulação de uma política de juventude. Trata-se de um programa do governo federal destinado à inclusão social de jovens com 18 a 29 anos com séria defasagem escolar, com elevação da escolaridade e qualificação profissional acrescida de uma ajuda de custo de cerca de R\$ 100,0, por 12 meses; mobiliza um volume substancial de recursos públicos e foi lançado, em 2005, juntamente com a criação da “institucionalidade” relativa às políticas de juventude no âmbito federal (Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude).

Os jovens citaram mais o Projovem que os adultos, e é possível perceber que ele atingiu graus mais expressivos de conhecimento entre aqueles que pertencem aos segmentos que constituem seu público-alvo ou por aqueles que têm maior grau de informação e participação: entre os jovens que se localizam nas faixas de menor rendimento e entre os desempregados (cerca de 11% de citações nos dois casos); e entre

os com maior escolaridade e os que participam (11% contra 5% dos que não querem participar). É preciso notar que o Projovem é conhecido sobretudo pelos jovens do Nordeste: 20% deles citaram esse programa.

O segundo programa mais citado, o **Bolsa Família**, não se constitui em um programa especificamente destinado a jovens, mas sim a famílias com crianças em idade escolar; apenas recentemente incluiu os filhos adolescentes com até 17 anos no seu escopo. É, no entanto, o mais importante programa de redistribuição de renda em vigor no país, constituindo-se em uma marca importante da política social do atual governo. Foi citado mais por adultos (2,7% contra 1,9% de jovens), especialmente as mulheres; e por entrevistados dos níveis mais baixos de rendimento e com nível de escolaridade até o fundamental I (3,1%, contra 1,8% a 2% nos outros níveis). Foi também mais lembrado por habitantes de municípios com até 20 mil habitantes (5,2%).

O **Bolsa Escola** é um programa semelhante e anterior ao Bolsa Família, mas de caráter regional. Os que o citaram diferem dos que mencionaram o programa anterior porque estão presentes em todas as faixas de renda; estão mais concentrados entre os que têm nível superior (2,9% contra 2% no nível médio e 1,5% entre os que têm até fundamental I ou II), são mais urbanos (2% contra 0,9% no meio rural), predominam em cidades que têm entre 100 e 500 mil habitantes (3,3% contra até 1,5% nas cidades com mais ou menos habitantes) e nas regiões Norte (2,6%), Nordeste (2,2%) e Sudeste (1,8).

O **Programa Meu Primeiro Emprego** foi mais citado por adultos, por homens (2,2% contra 1,2% de mulheres), por pessoas com nível superior (4,3% contra 2,6% com até nível médio, 1,1% com até fundamental II e 0,7% com até fundamental I) e moradores do meio urbano (1,9 contra 0,4% no meio rural); predominando nas cidades com mais de 500 mil habitantes (2,7% contra 1% nas cidades com menos habitantes). Foi citado principalmente nos níveis mais altos de renda (2,8% entre os que têm renda superior a R\$ 1.601,00, diminuindo nas faixas inferiores até 0,4% entre os que têm renda menor que R\$ 480,00), entre os que usam computadores com internet (3,6% contra 0,9% entre os que não usam), entre os que participam de grupos sociais (2,3% contra 1,5% que gostariam de participar e 0% que não gostariam) e na região Centro-Oeste (5,4% contra no máximo 1,7% nas outras regiões).

O **Pro-Uni**, programa de inclusão de jovens de baixa renda em universidades, foi mais citado por jovens (2,6% contra 1,1% de adultos) e mulheres (2% contra 1,1% de homens), sendo que as citações estiveram claramente concentradas entre os jovens com ensino superior: 11,3% dos jovens desse nível de ensino contra cerca de 1% nos outros (inclusive no ensino médio). Foi também mais citado entre aqueles com melhor renda e situação social (2,4% entre os que têm renda acima de R\$ 1.601,00; 1,9% nas faixas entre R\$ 481,00 e R\$ 1.600,00 e 0,5% entre os que têm renda de até R\$ 480,00. Entre os jovens está mais concentrado na faixa A/B (5,5% contra 0,9% nas faixas C e D/E); e entre os que têm mais acesso à informação e participação (0,5% dos que usam internet contra 0,7% que não usam; e 3% dos jovens que participam ao lado de 1,5% dos que não gostariam de participar).

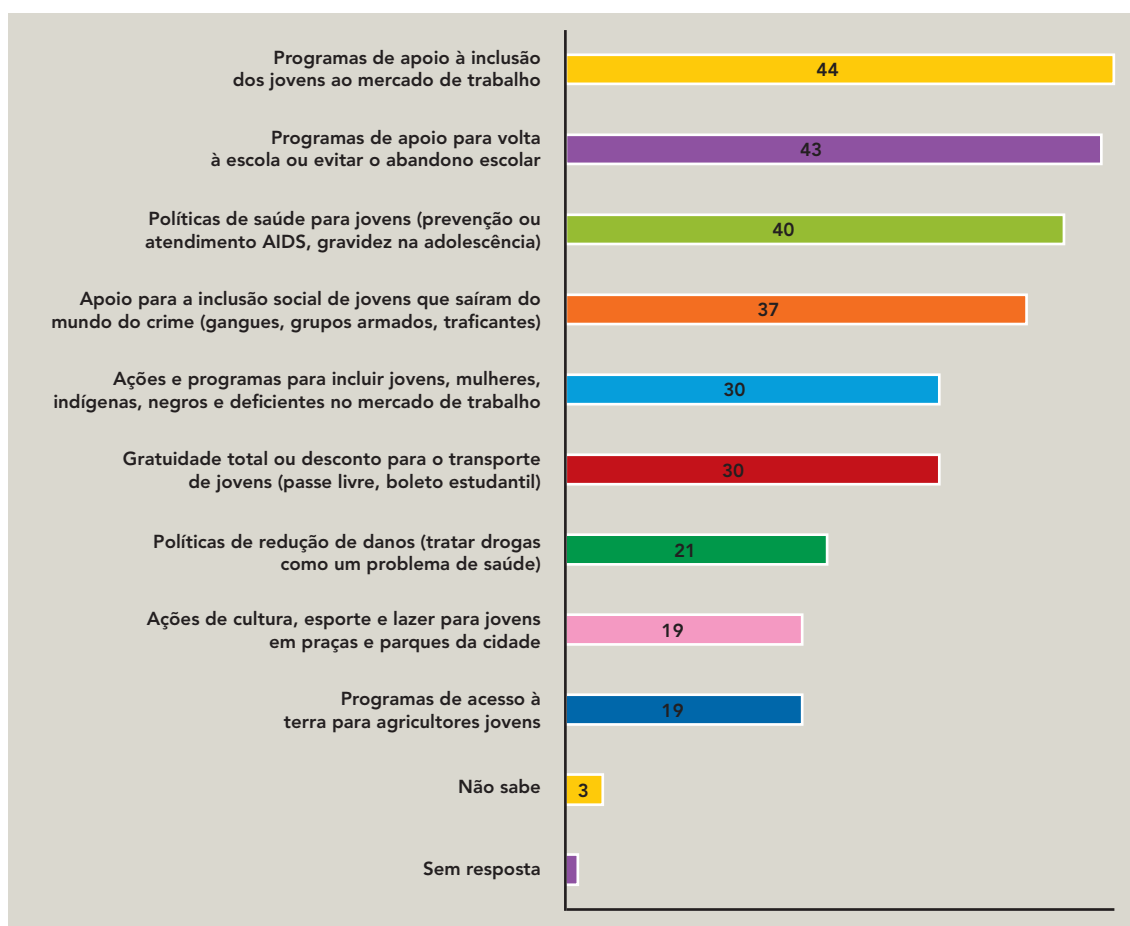
Se fizermos uma soma das citações a programas que reconhecemos, excetuando o Projovem, tentando juntá-los por áreas, veremos que aquela que recebe mais citações

é a referente à educação: 4,9% dos jovens citam programas reconhecidos nessa área. A porcentagem dos que mencionam programas de inserção ocupacional ou qualificação profissional soma 2,5%; e o número dos que citam programas de transferência de renda ou assistência social de caráter genérico ou para famílias com crianças pequenas é de 2,9%.

É difícil observar variações em resultados tão dispersos, mas pode-se reparar que dobra a porcentagem dos que conhecem algum programa entre os que usam computador e internet. Também é possível reparar que os programas de educação são citados em maior medida pelas faixas mais altas de renda e escolaridade.

AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA A JUVENTUDE

O convite para selecionar as três mais importantes ações e medidas governamentais voltadas para a juventude apontou o que já foi sendo verificado ao longo das questões que visavam mapear as percepções dos entrevistados a respeito das questões e demandas juvenis: os temas do trabalho e da escola ganham prioridade também na necessidade de estruturação de ações governamentais como a **inclusão de jovens no mercado de trabalho** e o apoio para voltar ou evitar o **abandono da escola**. Políticas de **saúde**, que não haviam sido avaliadas na forma de demandas, aparecem também com um alto grau de importância. Medidas voltadas para segmentos específicos, mais vulneráveis (como o apoio para a **inclusão social de jovens que saíram do mundo do crime** (gangs, grupos armados, traficantes) ou políticas de ações afirmativas (como **ações e programas para incluir jovens, mulheres, indígenas, negros e deficientes no mercado de trabalho**) compõem um segundo patamar de importância, juntamente com uma demanda dos jovens que, embora não tenha sido apontada como uma questão prioritária por muitos entrevistados, foi reconhecida pela maioria como uma demanda justa: a **gratuidade ou desconto no transporte de jovens**. As ações priorizadas por uma parcela menor de um quinto dos entrevistados são aquelas relativas a assuntos mais polêmicos, como a **redução de danos** e **acesso à terra**, ou aquelas que, mesmo amplamente consideradas justas, aparecem como menos urgentes, como **cultura, esporte e lazer**.



Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Embora não haja variações de grande monta quando os dados são desagregados, há algumas ações que aparecem com maior prioridade para determinados segmentos populacionais. Em torno de outras há maior consenso em relação à priorização.

As diferenças produzidas pela idade são pequenas e apresentam alguma significação apenas na maior importância que os mais novos dão à inclusão social de jovens que saíram do mundo do crime (sobretudo as moças) e às ações de cultura e esporte (sobretudo os rapazes); ao passo que os adultos, mais que os jovens, apóiam políticas de redução de danos.

Do mesmo modo, há poucas diferenças ao considerarmos a variável gênero, mas as que se notam dizem respeito ao fato de que os homens tendem a dar um pouco mais de importância a políticas relativas à esfera da produção, como o trabalho e acesso à terra, enquanto as mulheres às políticas relacionadas à saúde (inclusive a redução de danos).

TABELA 65 – AÇÕES GOVERNAMENTAIS MAIS IMPORTANTES PARA A JUVENTUDE, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	SEXO		GERAÇÃO	
		HOMEM	MULHER	JOVEM	ADULTO
Inclusão dos jovens ao mercado de trabalho	1°. 43,9	45,2	42,7	44,2	43,7
Apoio para volta à escola ou evitar o abandono escolar	2°. 43	42,7	43,2	44,5	42,3
Saúde para jovens	3°. 39,7	37,8	41,4	39,6	39,7
Inclusão social de jovens que saíram do mundo do crime	4°. 36,5	36,8	36,3	39,1	35,4
Incluir jovens, mulheres, indígenas, negros e deficientes, no mercado de trabalho	5°. 30,2	29,7	30,6	30,7	30
Gratuidade total ou desconto para o transporte de jovens	6°. 30,1	29,1	30,9	30,9	29,7
Políticas de redução de danos	7°. 21,3	20	22,4	19,7	22
Cultura, esporte e lazer para jovens em praças e parques da cidade	8°. 19,3	20,4	18,3	22,1	18
Acesso à terra para agricultores jovens	9°. 18,9	20,6	17,4	17,1	19,7

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Já as variáveis mais diretamente associadas a classe social (renda e escolaridade) influenciaram de modo significativo a ordem em que as ações para jovens aparecem como prioridade. Nessa direção, as ações relacionadas a evitar o **abandono escolar** e à **inclusão social de jovens que deixaram atividades criminosas** aparecem com maior prioridade para os níveis mais altos de renda, escolaridade e índice socioeconômico. Para as faixas A/B, a primeira prioridade é evitar o abandono escolar e a inclusão social de jovens que deixaram o crime é a terceira. Para as faixas socioeconômicas mais baixas, menores rendas e menores níveis de escolaridade, há duas ações que são mais valorizadas do que no conjunto dos entrevistados: **a gratuidade ou desconto nos transportes** e o **acesso à terra para agricultores jovens**. Na faixa D/E essa última medida fica em 4º lugar, assinalada como prioridade por 1/3 dos entrevistados; entre os entrevistados com essa renda, as políticas relacionadas à superação da defasagem escolar estão entre as 3 primeiras, mas cedendo espaço para temas como saúde e transporte.

Pode-se arriscar a dizer que os segmentos mais incluídos preocupam-se mais com as dimensões do desvio dos jovens e os mais excluídos com o acesso a recursos fundamentais como terra e transporte, na mesma direção do que ponderamos ao examinar o grau de reconhecimento da importância das demandas juvenis, no bloco anterior.

Como já havíamos reparado no bloco das demandas, “cultura, esporte e lazer” descem no ranking de prioridades conforme decresce o índice socioeconômico. A lógica não se modifica entre os jovens, apresentando uma diferença de 7 pontos percentuais entre as duas pontas da escala de ISE (23% entre os jovens da faixa A/B e 16% dos da faixa D/E).

TABELA 66 – IMPORTÂNCIA DE AÇÕES PARA A JUVENTUDE, POR ISE.

		ISE			SETOR	
		A/B	C	D/E	URBANO	RURAL
Inclusão dos jovens ao mercado de trabalho	1º.	47,1	42,9	41,4	44,6	38,9
Apoio para volta à escola ou evitar o abandono escolar	2º.	48,8	43,3	35,1	44,2	35
Saúde para jovens	3º.	40,7	40,3	37,4	40	37,9
Inclusão social de jovens que saíram do mundo do crime	4º.	42,5	36,9	28,4	37,9	27,9
Incluir jovens, mulheres, indígenas, negros e deficientes, no mercado de trabalho	5º.	31,8	31,2	26,5	30,7	26,8
Gratuidade total ou desconto para o transporte de jovens	6º.	25,7	31,2	33,7	29,1	36,4
Políticas de redução de danos	7º.	22,8	20,9	20	21,7	18,6
Cultura, esporte e lazer para jovens em praças e parques da cidade	8º.	23,2	18	16,4	19,4	18,5
Acesso à terra para agricultores jovens	9º.	11,4	21,3	24,4	17	31,3

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Os moradores do meio rural têm ordem de prioridades diferente dos da cidade. Ações que promovam a inclusão social de jovens que deixaram o crime e que evitem o abandono escolar têm maior adesão no meio urbano. Deve-se notar que a inclusão social de jovens que deixaram o crime é não só uma prioridade mais urbana, como de cidades com mais de 500 mil habitantes e que no segmento juvenil urbano é ainda mais acentuada, chegando a cerca de 41%.

Por outro lado, a importância da medida de acesso à terra para agricultores jovens é, evidentemente, maior no campo e também nas pequenas cidades (28,9% nas com até 20 mil habitantes; 23% nas que têm entre 20 mil e 100 mil; 16,5% nas que têm entre 100 mil e 500 mil; e 11,3% nas que têm mais de 500 mil). É sobretudo uma prioridade dos jovens do campo, segmento que constitui o público-alvo da medida.

A lógica de que os segmentos visados pelas medidas apoiem-nas em maior grau, porém, não funciona em todos os casos ou pelo menos não tão pronunciadamente: as políticas para incluir jovens, mulheres, indígenas, negros e deficientes no mercado de trabalho recebem um apoio um pouco maior entre jovens negros que jovens brancos (28% e 32%, respectivamente) mas não recebe maior apoio entre jovens mulheres na comparação com seus coetâneos rapazes.

POLÍTICAS DE APOIO A GRUPOS

Embora as ações de cultura esporte e lazer não tenham sido eleitas por muitos entrevistados como as prioritárias, vimos que a constituição de espaços para a realização dessas atividades é a demanda juvenil mais largamente apoiada pelos entrevistados. Vimos também que uma parcela grande da mostra conhece grupos de pelo menos algum tipo de atividade cultural esportiva ou de comunicação, e buscamos nesse tópico verificar quais desses grupos ou atividades mais deveriam ter o apoio do governo.

Faz-se necessário pontuar que o maior acesso e interesse de participação dos entrevistados em grupos esportivos ou recreativos refletiu diretamente em suas percepções sobre o financiamento público para as áreas culturais, esportivas ou ligadas à comunicação, tendo em vista que grande parte dos entrevistados elegeu como prioritárias essas atividades quando indagados sobre os grupos ou atividades que consideravam merecer mais apoio do governo. Esta foi a escolha de 41,3% do total de pesquisados, representando uma diferença de mais de trinta pontos percentuais com relação às demais atividades mencionadas.

No setor rural registra-se um menor índice de manifestação de apoio às associações literárias (opção de 2,5% contra 6,1% dos urbanos), embora tenha sido entre os rurais que se encontrou um número maior de pesquisados que afirmou participar ou ter participado de grupos deste tipo.

A maior parte dos jovens respondeu, acompanhando o conjunto dos entrevistados, que o apoio governamental deve ser dado aos grupos de esporte; a música vem em segundo lugar, mas entre os jovens é um pouco maior que entre os adultos a priorização dessa modalidade. A diferença mais notável, porém, é a que se observa no apoio às mídias alternativas que apareceu no terceiro lugar, atingindo o percentual de 10,5%.

Comparando as respostas segundo o sexo dos entrevistados, percebe-se que um número maior de mulheres elegeu o artesanato como atividade que merece ser apoiada (12,1% contra 7,1% dos homens), de modo que esta atividade chega a ocupar a segunda colocação entre as mais citadas, ao contrário dos homens, para os quais a música (com 11,5%) é tida como a segunda mais importante. Verifica-se ainda que, independente do sexo e idade, as atividades de desenho, pintura e grafite (com percentuais entre 3,4% e 3,5%) e fotografia e cinema (entre 1,5% e 2,2%) permanecem entre as menos citadas pelos entrevistados.

TABELA 67 – GRUPOS OU ATIVIDADES QUE MERECEM MAIS APOIO DO GOVERNO, SEGUNDO O SEXO, EM PORCENTAGEM.

	SEXO			IDADE	
	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	JOVEM	ADULTO
Esporte e recreação	41,3	47,6	35,8	39,4	42,2
Música	11,3	11,5	11,1	13,6	10,3
Artesanato	9,7	7,1	12,1	7	11
Teatro, malabares, apresentação de circo	8,9	7,4	10,2	9	8,8
Mídia alternativa (Rádio, murais, revistas e jornais locais, blogs, etc)	7,5	7,1	7,9	10,5	6,1
Associação Literária	5,6	4,8	6,3	6,7	5,1
Dança	4,3	3	5,5	5	4
Desenho/ pintura/ grafite	3,5	3,5	3,5	3,4	3,5
Fotografia e Cinema	1,7	1,4	2	2,2	1,5
Nenhum	1	1,1	0,8	0,8	1
Não sabe	4,5	4,7	4,3	1,8	5,8
Sem resposta	0,7	0,8	0,5	0,5	0,7

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Conforme os anos de estudo dos pesquisados a importância dada a algumas atividades também se modifica, à exceção do esporte ou recreação, que se mantém como a mais citada seja qual for o nível de escolaridade. Entre os concluintes da primeira parte do ensino fundamental, o artesanato chega a atingir o índice de 13,5%, elevando tal atividade ao segundo lugar entre as mais citadas. No caso dos pesquisados que possuem ensino superior ou mais, as mídias alternativas chegam a ocupar o segundo lugar, com o índice de 14,6%, bem como há um percentual maior de pesquisados com este nível de ensino que fez menção à necessidade de apoio às associações literárias e aos coletivos de fotografia ou cinema. Curiosamente, cai a percepção da importância de apoiar os grupos de música. O comportamento segundo o nível de renda é semelhante ao verificado segundo o nível de escolaridade, mas algumas diferenças no cruzamento da variável idade e situação socioeconômica ajudam a qualificar as informações do parágrafo anterior: são os jovens mais pobres (da faixa D/E) que mais priorizam o apoio a grupos de música (com uma diferença de mais de 7 pontos acima da média: 18,9%), enquanto os mais ricos (A/B) escolhem o apoio aos grupos de mídia numa proporção que representa o dobro dos jovens da faixa D/E (15% a 7%).

Vale notar, ainda, que os grupos de mídia alternativa são também particularmente importantes entre os jovens que participam e pelos que gostariam de participar (cerca de 11,5% cada um, contra 6% dos que não gostariam de participar).

TABELA 68 – GRUPOS OU ATIVIDADES QUE MERECEM MAIS APOIO DO GOVERNO, SEGUNDO A

ESCOLARIDADE.
EM PORCENTAGEM.

	ESCOLARIDADE			
	PRIMEIRA PARTE DO FUNDAMENTAL	SEGUNDA PARTE DO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR OU MAIS
Esporte e recreação	40,1	41,7	42,2	43,3
Música	12,2	10,6	12,1	7,6
Artesanato	13,5	8,3	6,8	4,7
Teatro, malabares, apresentação de circo	7	11,4	9,2	10,4
Mídia alternativa (Rádio, murais, revistas e jornais locais, blogs, etc)	3,4	8,6	10,1	14,6
Associação Literária	2,7	5	8,5	11,1
Dança	5,1	4,3	3,9	2,2
Desenho/ pintura/ grafite	4	3,7	3	2,3
Fotografia e Cinema	1,1	1,9	2,2	2,4
Nenhum	1,5	0,7	0,5	0,3
Não sabe	8,4	2,7	1,2	0,7
Sem resposta	0,8	1	0,3	0,3

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

AGENDA PARA A JUVENTUDE

Para investigar o grau de reconhecimento das demandas que as análises das etapas anteriores desse projeto de pesquisa (Juventudes Sul-americanas) mapearam como sendo aquelas mais presentes entre os jovens dos seis países^{5º}, perguntamos aos entrevistados que prioridade eles dariam a cada uma dessas formulações listadas, se fossem o presidente do Brasil.

As respostas mostram que não há unanimidade nem grandes consensos na priorização: cinco dessas demandas foram diferentemente consideradas prioritárias por parcelas significativas da mostra, enquanto duas delas foram claramente escolhidas por uma menor parcela.

TABELA 69 – DEMANDAS PRIORITÁRIAS, PORCENTAGEM.

Educação pública, gratuita e com qualidade	24,9
Serviço de saúde pública especializado para jovens	18,4
Oportunidades de trabalho digno e criativo	18,2
Segurança com respeito aos direitos humanos	15,7
Cuidado com o meio ambiente para garantir qualidade de vida	15,5
Gratuidade no transporte público para jovens (nas cidades, entre o campo e a cidade)	5,6
Acesso aos bens culturais e condições para produção artística juvenil	1,7

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A **educação pública e de qualidade para todos** é a demanda que ficou em primeiro lugar para o maior número de entrevistados (cerca de 1/4 da mostra), confirmando a importância acentuada que o tema da educação tem em todo o debate sobre juventude.

^{5º} Ver Relatório de 2007

Serviço de saúde pública especializado para jovens e oportunidades de trabalho digno e criativo vem empatados em segundo lugar, com parcelas quase idênticas (em torno de 18%) de entrevistados assinalando essa alternativa; esse dado é interessante pois, se já sabíamos do reconhecimento geral das questões do trabalho, que essa pesquisa confirma e detalha, a importância de um atendimento de saúde singularizado para jovens era menos evidenciada em outros levantamentos⁵¹. Segurança com respeito aos direitos humanos e cuidado com o meio ambiente para garantir qualidade de vida vem num terceiro patamar, escolhidas por cerca de 15% de entrevistados cada uma, reiterando um tema já evidente, o da segurança, e outro que emerge como crescentemente importante, o do meio ambiente. A gratuidade no transporte público para jovens (nas cidades, entre o campo e a cidade) é considerada prioridade por apenas 5,6% dos entrevistados, de modo coerente com o apurado nas questões anteriores, onde se pode verificar que, apesar da ampla concordância com essa demanda, parece fundamental ou prioritária para apenas parcela dos entrevistados, especialmente de alguns segmentos. Por fim, a demanda de acesso aos bens culturais e condições para produção artística juvenil vem em primeiro lugar apenas para 1,7% dos entrevistados, do mesmo modo como já havíamos constatado nas questões anteriores: o direito dos jovens à cultura parece ser o mais indistintamente reconhecido mas ocupa os últimos lugares na ordem de prioridades do que deve ser garantido, a não ser para parcelas muito específicas de pessoas.

TABELA 70 – PRIORIDADE DAS DEMANDAS, POR FAIXA ETÁRIA, EM PORCENTAGEM.

	TOTAL	18 a 22 anos	23 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	JOVENS 18 a 29 anos	ADULTOS 30 anos ou mais
Educação pública, gratuita e com qualidade	24,9	21,1	26,2	25,1	24,7	27,1	24,3	26	23,5	25,6
Serviço de saúde pública especializado para jovens	18,4	15,7	18,8	17,5	17,6	17,5	19,8	22,1	16,9	19
Oportunidades de trabalho digno e criativo	18,2	20,4	17,4	17,8	17,6	16,9	19,5	18,2	18,9	17,9
Segurança com respeito aos direitos humanos	15,7	17	14,8	18,2	17,8	13,1	14,5	14,1	17,1	15,1
Cuidado com o meio ambiente para garantir qualidade de vida	15,5	17,1	16,8	14	14,9	19	13	13,3	15,8	15,3
Gratuidade no transporte público para jovens (nas cidades, entre o campo e a cidade)	5,6	6,2	6	5,2	5,3	5,6	7,1	4,2	5,8	5,5
Acesso aos bens culturais e condições para produção artística juvenil	1,7	2,5	0	2,2	2	0,8	1,8	2,1	1,9	1,7

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, por exemplo, a saúde aparece como assunto que mais interessa apenas para 4% dos jovens e na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, é uma preocupação citada (em quarto lugar) apenas em duas das 8 regiões metropolitanas pesquisadas. Ver Abramo e Branco 2005 e IBASE/POLIS 2005.

Quando verificamos as posições assumidas pelo segmento juvenil, observamos algumas diferenças pequenas, mas significativas: entre os jovens cai um pouco a escolha das demandas relativas à educação e à saúde (que passa de 2º para 4º lugar no ranking de prioridades) e sobe, também um pouco, a importância dada ao trabalho digno e à segurança.

A demanda da educação assume prioridade para uma parcela um pouco maior de jovens das faixas mais altas de renda e índices socioeconômicos, assim como entre os mais escolarizados; já saúde assume maior importância para os jovens das faixas de menor renda e escolaridade. A demanda por trabalho digno é uniformemente distribuída entre os diferentes segmentos juvenis, ganhando um acento maior apenas entre os jovens do meio urbano e, em pequena escala, pelos mais pobres.

Quem confere prioridade à gratuidade do transporte são sobretudo os jovens do meio rural (22% deles escolhem-na em primeiro ou segundo lugar de importância, contra 12% dos jovens da cidade), os mais pobres e menos escolarizados.

Os jovens militantes, paradoxalmente, dão menor importância à demanda do passe livre do que aqueles que não participam; por outro lado, se diferenciam do geral por dar maior importância à demanda de segurança com respeito aos direitos humanos: 35,7% dos jovens que participam de algum tipo de coletivo priorizam essa demanda em primeiro ou segundo lugar, enquanto isso ocorre com 27% dos jovens que não gostariam de participar.

Foi perguntado aos entrevistados que outra medida eles acrescentariam para além dessas que haviam acabado de avaliar. Apenas um quarto da mostra (26%) acrescentou alguma proposição; a maioria (55,8%) disse que não acrescentaria nenhuma e mais 16,2% disseram não saber.

Agrupadas por áreas, novamente vemos uma prevalência dos temas do trabalho e educação, acrescentando, talvez, aspectos não compreendidos na formulação da agenda apresentada. O maior número de citações (5,2%) diz respeito ao **trabalho**, seja na dimensão de incentivo ao trabalho (3,5%), na de qualificação profissional (1,7%) ou na de medidas relativas a questões salariais (1,0%). Em seguida, medidas relativas à **educação**, com 4,7% de citações, com várias formulações, entre as quais ressaltam as relativas a cursos profissionalizantes, a construção de faculdades públicas e o estabelecimento de cotas para jovens carentes. **Saúde** (2,6%) e **combate à violência** (2,6%) aparecem numa posição similar à obtida na classificação das demandas. Contudo, surgem temas que não estavam na agenda das sete demandas, como diferentes medidas de **inclusão social**, citadas por 3,9% dos entrevistados, e **mudanças no legislativo** (2,7). **Ética na política**, **investimentos em lazer** e medidas relativas aos **serviços urbanos** (pavimentação, saneamento básico) reuniram citações em proporções menores que 1,5% na soma das áreas.

É preciso observar que, tal como na pergunta aberta sobre o conhecimento de programas, aparecem medidas que são genéricas ao lado de medidas específicas para jovens.

EXPERIÊNCIA E PLANEJAMENTO DE VIAGEM A OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Sabemos que o Brasil difere de outros outros países do continente, em parte pela língua e história de colonização distintas, mas mesmo assim surpreende o baixo grau de contato que a população brasileira mantém com os seus “países irmãos”. Dos cinco países que compõem a rede que se estrutura em torno do Mercosul, o Paraguai é aquele em que um maior número de brasileiros já esteve alguma vez em sua vida e essa parcela não passa de 9% dos entrevistados. O segundo país mais visitado é a Argentina (5,6% da mostra).

O motivo principal das viagens é o passeio, sendo residual a porcentagem de pessoas que vão a esses países a trabalho ou estudo.

TABELA 71 – PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL EM QUE JÁ ESTEVE.

	Já esteve			Nunca esteve
	A passeio	A trabalho	A estudo	
Argentina	5	1	0	94
Bolívia	2	0	0	98
Chile	0	0	0	99
Paraguai	7	2	0	91
Uruguai	2	1	0	98

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

A conexão declarada com o Paraguai é o passeio, mas sabemos que o comércio atrai também muitas pessoas ao país; contudo, apenas 2,3% dos entrevistados afirmou ter ido ao Paraguai a trabalho. São sobretudo os habitantes das regiões fronteiras que a cruzaram em direção a esse país: 26,9% da região Sul e 15,2% da região Centro Oeste, o que também indica que as distâncias de certas regiões do país para chegar aos vizinhos é um obstáculo à maior circulação. Dos que foram à Argentina (também principalmente os moradores da região sul - 17,2%) apenas uma pequena parcela foi a trabalho (1,2%); os demais a passeio. Uruguai e Bolívia receberam visitas de cerca de 2% dos entrevistados e o Chile menos que 1%.

Foram sempre mais os homens e os adultos que viajaram. No caso do Paraguai, os jovens que viajaram representam cerca de metade da proporção dos adultos e um terço no caso da Argentina. Também em todos os casos, são os entrevistados com mais renda e mais escolarizados que mais viajaram, mesmo quando o motivo foi o trabalho. Apenas no caso da Bolívia essa diferença de renda não é tão pronunciada; ao Paraguai uma parcela um pouco mais expressiva de entrevistados de renda mais baixa também viajaram.

Os outros países sul americanos em que os entrevistados estiveram foram Colômbia, Peru, Venezuela, Equador (em todos os casos em proporções bem baixas) e uma pessoa ao Suriname.

A pequena relação com os países da América do Sul revela-se também na baixa proporção de entrevistados que têm parentes ali morando: não chega a 4% do total da mostra. A proporção daqueles que tem amigos residentes é igualmente baixa, mas nesse caso é um pouco maior entre os jovens, sugerindo a possibilidade de outros tipos de conexões e redes de sociabilidade.

O contato presencial com países de outros continentes também é baixo: apenas 2,7% dos entrevistados já foram à Europa ou à América do Norte: entre todos, o país que mais recebeu visitas foi o Estados Unidos (1,1% dos entrevistados). Contudo, as conexões afetivas com os países da Europa e da América do Norte parecem bem maiores do que com os da América do Sul: sobe para 13,5 % os que tem parentes (mais os adultos que os jovens) e para 13,7% os que tem amigos (mais os jovens que os adultos) nesses continentes. A maior presença de parentes nesses continentes tem a ver, certamente, com os processos migratórios que ainda na história recente conformaram grande parcela da população brasileira; mas a relação com o amigos pode indicar que apesar de mais distante e caro o contato com os países desses continentes, estes ainda aparecem como uma referência mais forte para a juventude do que os países vizinhos, polarizando a rede internacional de sociabilidade.

Cabe, contudo, dizer, que a expectativa de contato com os países que compõem a nossa rede de pesquisa não é baixa, uma vez que entre 10% e 20% afirmam estar planejando ir a algum desses países. E, nesse caso, são principalmente os jovens que o fazem. O país mais visado nesse caso é a Argentina (ao qual 20% dos jovens dizem ter planos de ir), seguido do Chile, o que revela, nesse último caso, uma conexão potencial ainda pouco efetivada, se lembrarmos que foi o país que menos recebeu visitas de nossos entrevistados. A intenção das viagens é, quase integralmente, passear; são poucos os querem trabalhar e menos ainda os que planejam estudar (não chega a um por cento em nenhum dos casos).

TABELA 72 – PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL EM QUE PLANEJA IR.

	Planeja				NS/NR
	Passear	Trabalhar	Estudar	Não planeja	
Argentina	14	2	1	80	4
Bolívia	7	1	1	88	4
Chile	10	1	1	85	4
Paraguai	9	1	1	86	4
Uruguai	8	1	1	87	4

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

INICIATIVAS PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Por fim, procuramos saber quais são as iniciativas de promoção da integração entre os países da América do Sul consideradas mais importantes pelos entrevistados. A alta homogeneização das respostas e a indiferenciação entre as medidas podem levar a duas possibilidades distintas: ou há um apoio irrestrito a toda e qualquer medida de integração, ou um desconhecimento e ausência de formulação refletida sobre o assunto, indicando que esse é um tema ainda restrito a alguns círculos.

TABELA 73 – AVALIAÇÃO DAS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO

	IDADE		
	TOTAL	JOVEM	ADULTO
Acordos para aumentar o comércio entre os países da América do Sul	2,79	2,77	2,8
Programas que facilitem a jovens sul-americanos estudar e trabalhar em outro país da região	2,77	2,77	2,77
Construção de estradas, ferrovias, gasodutos e outras obras que liguem os países do continente	2,82	2,8	2,83
Iniciativas que promovam uma integração mais solidária entre os povos da região	2,85	2,83	2,86
Iniciativas que dêem mais acesso aos livros, filmes e músicas produzidos nos outros países da América do Sul	2,74	2,72	2,75

Pesquisa Juventudes Sulamericanas - IBASE/PÓLIS 2008

Muito pouco diferenciadas, todas as iniciativas obtêm a concordância da maioria, com uma parcela de cerca de 80% dos entrevistados considerando-as importantes; apenas a medida de integração cultural (acesso a livros filmes e músicas) é assinalada com menos ênfase, embora ainda seja considerada importante por $\frac{3}{4}$ da mostra. Embora seja uma diferença muito pequena para indicar qualquer mudança de quadro, cabe notar que a “integração solidária entre os povos da região” foi a iniciativa que mais foi considerada importante.

Não se observa nenhuma diferença etária significativa, a não ser pelo fato de que uma porcentagem um pouco menor entre os mais velhos (de mais de 60 anos) apóiam programas facilitadores para os jovens estudarem em outro país (74,4% deles, contra um total de 78%).

A maior escolaridade, assim como o nível de renda, faz aumentar a consideração da importância de todas as iniciativas elencadas. O uso de internet também, a não ser com relação à construção de estradas e ferrovias (os internautas não vêem tanta importância na construção de vias não virtuais?). O fato de participar também eleva o apoio às medidas de integração.

Para finalizar, queremos salientar algumas observações que nos pareceram mais relevantes ao longo da apresentação realizada até aqui.

1. Quanto às informações atinentes ao perfil dos entrevistados, e no cotejamento com os dados demográficos e as análises disponíveis, podemos levantar que é possível perceber a juventude como uma condição juvenil que traduz um momento específico no ciclo da vida, principalmente no que diz respeito à sua posição familiar e atividades às quais se dedicam: a condição de filhos solteiros, morando ainda com os pais e sendo ainda em grande medida dependentes dessa estrutura familiar; a importância das atividades de estudo e trabalho e, mais particularmente, a busca de conciliar essas duas atividades. Com relação ao primeiro elemento, a passagem para a condição de responsáveis por uma nova família (casados e com filhos, e sendo ou os principais provedores - no caso dos homens - ou tendo seus cônjuges como principais provedores - no caso das mulheres) parece separar a parcela do grupo entre 25 e 29 anos dos outros mais jovens.

Não por acaso, estudo e trabalho polarizam a percepção sobre o que é importante e que deve ser garantido aos jovens. O “estudo” é ainda uma das atividades a caracterizar o período, mas é preciso anotar que uma parcela considerável dos jovens brasileiros já não vive a condição de estudante, parte porque já concluiu (sobretudo entre os com mais de 25 anos) e parte porque abandonou a escola antes da formação integral e mesmo da fundamental. A possibilidade de sustentar uma trajetória mais longa de estudos e, consequentemente, o nível de escolaridade alcançada é ainda profundamente estruturada pelas desigualdades econômicas sociais e as aprofundam. Essa desigualdade se reflete não somente nas chances de inserção no mercado de trabalho, mas em outras dimensões da inserção social, tendo consequências muito fortes também na modulação de opiniões e valores - o nível de escolaridade se combina com a renda para interferir fortemente no acesso a uma série de recursos que se refletem em graus diferenciados de participação e inclusão.

Já com relação ao trabalho, a maior parte da juventude brasileira está “no mundo do trabalho”, e na maior parte das vezes desde antes dos 21 anos. Nesse caso, as desigualdades econômicas são menos evidentes do que se costuma pontuar, no sentido da disposição para entrar no mundo ocupacional ainda na fase juvenil, manifestando-se,

muito mais, na própria possibilidade de encontrar trabalho, nas condições de trabalho encontradas e nos arranjos de combinação entre a trajetória escolar e laboral.

Da análise mais detalhada da situação de atividade dos jovens, vimos também que é preciso entender melhor a situação daqueles que se encontram inativos, destrinchando as distintas configurações que essa categoria encobre, inclusive para avaliar melhor sua definição como público alvo preferencial para as políticas de inclusão.

Por fim, da observação desses aspectos podemos concluir que as características que marcam mais evidentemente a população juvenil, no seu contraste com a adulta, parecem estar mais vinculadas à transição familiar que à condição de atividade. Ao conectar essa interpretação com a que emerge da análise desenvolvida a respeito da autotransição etária, onde vemos que parte significativa dos entrevistados entre 25 e 29 anos já se considera adulta, achamos pertinente formular a pergunta a respeito da consistência da extensão da categoria juvenil até os 29 anos na sociedade brasileira; ou, pelo menos, alertar para a necessidade de que as políticas e programas dirigidos a esse segmento levem fortemente em conta as diferenças etárias internas à categoria, e se ponha muita atenção na consideração das singularidades que se pronunciam nessa faixa peculiar.

2. Embora o escopo da pesquisa nesse tema tenha sido limitado, também se observam certos hábitos e atitudes mais frequentes entre os jovens, como a disposição para participar de atividades e grupos ligados à cultura e diversão, e a conexão com os recursos ligados às novas tecnologias e à internet, assim como o tipo de uso que se faz desses recursos. Podem, nesse sentido, ser observadas algumas diferenças geracionais importantes, como a que se refere ao uso de computador e internet: os jovens usam esses recursos mais que os adultos e usam a internet principalmente como instrumento de informação e sociabilidade, essa última função numa escala muito maior que os adultos.

Os índices de participação na sociedade brasileira, como já se notou antes muitas vezes, são baixos de modo geral, a não ser quando se trata da participação em grupos religiosos ou esportivos, e os jovens acompanham essa tendência. Contudo, diferenças geracionais se manifestam em dois sentidos: os adultos apresentam índices mais altos de participação que os jovens no caso das entidades e movimentos tradicionalmente classificados como políticos ou de representação de interesses (partidos, sindicatos, ongs etc); e os jovens participam mais de grupos culturais e de recreação que os adultos. É também maior entre os jovens o desejo de participação, revelando uma potencialidade que ainda não superou a falta de oportunidades ou a existência dos possíveis obstáculos para sua concretização.

A disposição para a participação tem conexão bastante evidente com o nível de escolaridade e o grau de informação; nesse sentido, se revela também maior entre aqueles com mais recursos em termos econômicos, embora algumas exceções devam ser anotadas: os grupos religiosos, por um lado, e os de caráter de “classe”, como os movimentos rurais, tem participação mais pronunciada entre aqueles com baixa renda, segmento que também deseja, mais que os mais ricos, participar de sindicatos.

3. Os dados da pesquisa reiteram o que outras pesquisas já mostraram e que tem se estabelecido como consenso analítico e político: a juventude brasileira é atravessada por inúmeras diferenças e desigualdades; nem todas essas diferenças, porém, se manifestam do mesmo modo na conformação de situações e modos de pensar e valorar os temas que lhes afetam. Algumas diferenças pesam mais que outras na estruturação de distintos tipos de desigualdades.

Gênero pesa significativamente na conformação da posição na família, no momento de casar e ter filhos, assim como na situação de atividade: as moças entram mais tarde no mercado de trabalho, e em muito maior medida permanecem como donas de casa ou ficam na inatividade por desalento; sofrem desigualdade no mundo ocupacional, principalmente com relação à renda obtida.

As diferenças de renda e socioeconômicas interferem profundamente na condição educacional, tanto na possibilidade de se manter como estudante como no nível de escolaridade alcançada; pesa também, no momento de casar e ter filhos, em geral acelerando os processos de transição para a constituição da nova família. Modula muito evidentemente o tipo de mobilidade espacial que experimentam os jovens: a migração no período juvenil não é grande mas a migração típica do rural para o urbano (ou de volta ao rural) acontece praticamente somente entre os mais pobres, enquanto a mobilidade entre países só acontece para os jovens mais ricos. O acesso a internet e meios de informação impressa ainda é bloqueado, em larga escala, aos mais pobres, e os níveis de participação crescem entre os mais ricos, tanto no caso dos grupos culturais quanto no das organizações sociais, com exceção dos grupos religiosos.

A situação de domicílio interfere em vários aspectos: os jovens do meio rural têm menor escolaridade, menor renda e menores chances de conexão e participação. As diferenças de cor e etnia se manifestam nos maiores índices de precariedade entre os jovens negros, com relação à renda familiar, escolaridade, acesso ao trabalho e aos meios impressos e cibernéticos de informação.

4. Com relação às opiniões e valores investigados na pesquisa, é preciso anotar que alguns temas encontram posições bastantes consensuadas na sociedade, restando alguns temas mais polêmicos. Algumas respostas indicam novidades na conjuntura nacional, como a diminuição do temor do desemprego (devido provavelmente à recuperação da economia, que até o 2º semestre de 2008 tinha elevado consideravelmente as taxas de emprego) e o crescimento do tema ambiental, como preocupação e desejo de militância, principalmente entre os jovens. Os temas mais polêmicos são ainda os da pena de morte e o do aborto, o primeiro dividindo as opiniões, o segundo provocando, ainda, muita desaprovação.

Outros temas, mesmo com uma manifestação clara de maioria, apresentam modulações mais relevantes; essas, porém, não se fazem sempre com o mesmo peso e direção.

A comparação entre jovens e adultos no tema das opiniões e valores mostra que não é possível assinalar uma tendência constante no sentido de que os jovens (ou as novas gerações) sejam claramente mais progressistas que os adultos, nem o contrário, que sejam mais conservadores, o que é importante para nos lembrar sempre de relativizar certos sentidos comuns correntes que, numa direção ou outra, buscam classificar os jovens ou como “naturalmente” mais rebeldes e libertários que os adultos, ou, ao contrário, lamentar que “essa geração juvenil” seja mais conservadora que as anteriores.

Na verdade, como vimos, não há diferenças muito pronunciadas de opinião entre as gerações, emergindo apenas em relação a algumas questões; e essas diferenças podem acusar tanto uma predominância de visões mais avançadas em alguns temas, como os da homossexualidade e das drogas, como mais atrasadas ou menos politizadas em outros, como no caso da aposta maior na capacidade de resolução pessoal do que nas dimensões estruturais e políticas para as mudanças no país.

Por outro lado, os jovens parecem ser mais sensíveis a certos temas, como o das desigualdades e o da questão ambiental.

O nível de escolaridade e o acesso à informação em rede (via internet) pesa significativamente na modulação das opiniões e valores, como já constatado em outras pesquisas. Em termos gerais, quanto maior o nível de escolaridade e informação, maior a porcentagem de pessoas com uma posição “progressista”, principalmente com relação a temas comportamentais e políticos ou que envolvam a afirmação de igualdades subjetivas.

Nos dados dessa pesquisa, porém, pode-se notar uma observação intrigante: em muitas questões, o impacto do nível de escolaridade na modulação de atitudes e opiniões parece pesar mais sobre o segmento adulto que o juvenil. Isso parece se confirmar como uma tendência quando se trata dos usos de Internet do tipo de meios para se informar (principalmente no caso da leitura de mídia impressa), assim como na disposição para a participação, tanto nas entidades tradicionais como nos grupos culturais; e também na manifestação de valores e opiniões, como os temas da homossexualidade, da maconha, do aborto, da importância dada às políticas públicas e à pressão das organizações sociais na transformação do estado de coisas, na percepção da importância das instituições públicas para a democracia, assim como na identificação dos problemas que afetam a juventude (principalmente na percepção a respeito das desigualdades e discriminações) e na importância atribuída às diferentes diretrizes para a garantia dos seus direitos.

Essa tendência pode ser verificada segundo duas leituras: em todos os casos citados acima, a variação das respostas é menor entre o primeiro e o último nível de escolaridade no segmento juvenil que no adulto, o que permite levantar uma hipótese de que talvez o impacto da escolaridade tenha operado de forma mais significativa nas gerações anteriores do que agora. A segunda leitura é a de que, em um número menor de questões do que a verificada na leitura anterior, a variação geracional é menor (às vezes inexistente) na faixa de nível superior de ensino, enquanto se alarga no ciclo entre aqueles que têm menor número de anos de estudo. Se puder se confirmar a consistência dessa observação, pode-se também desenhar a hipótese de que a experiência juvenil se constitui num diferenciador geracional mais importante entre os menos

escolarizados do que entre aqueles mais escolarizados.

A religião produz modulações muito importantes na conformação dos valores, como pudemos observar na análise dos temas mais polêmicos; mas não de modo tão forte, ou unívoco, nas opiniões políticas, desautorizando uma associação simplista entre conservadorismo religioso e alienação política.

Já a participação em coletivos não parece indicar uma tendência clara na opinião dos entrevistados, ou pelo menos não em todos os tipos de questão. Notamos que, por exemplo, com relação aos temas “morais” e subjetivos, não se pode assinalar que os militantes de grupos tenham posições mais avançadas na maior parte dos temas; talvez isso se deva ao fato de que a maior parte do associativismo dos entrevistados se faça nos grupos de caráter religioso, fazendo pesar, nessa variável, a interferência das referências relativas às religiões predominantes (evangélicos e católicos). Por outro lado, nota-se que os militantes têm uma percepção mais aguda e maior sensibilidade aos temas da desigualdade e das discriminações. No que se refere às demandas dos jovens, suas bandeiras e reivindicações, nos surpreendemos porém com a constatação de que os jovens militantes não são os que mais concordam com as bandeiras e mobilizações juvenis, o que nos leva a fazer indagações a respeito das chances reais de estruturar posições unitárias das organizações juvenis em torno de bandeiras comuns.

5. Com relação às representações sobre a juventude, percebe-se fluidez e imprecisões nas definições a respeito dessa categoria, seus marcos e também com relação ao papel que o Estado deve ter com relação aos jovens. Mas vimos também que há certos sentidos comuns bastante vigentes e pouco modulados por diferenças de situação entre os entrevistados a respeito dos conteúdos e qualificativos que caracterizam e definem o “dever ser” da juventude. É preciso dizer que mesmo com relação a esse assunto, as percepções e opiniões de jovens e adultos não se diferenciam profundamente, manifestando-se em alguns tópicos e mais de maneira a indicar tendências que a contrapor uma geração a outra.

A idéia mais forte relativa aos conteúdos dessa fase da vida é a de que esse é um período de preparação para o futuro e de readequação dos compromissos e responsabilidades. São bastantes presentes também as percepções que vêem essa fase da vida como um momento de maior liberdade, idealismo e possibilidade de sociabilidade e diversão, sendo que essas idéias são acionadas em proporção um pouco maior pelos próprios jovens.

Mas ainda é muito forte a persistência de representações negativas a respeito da juventude na sua comparação com os adultos: os entrevistados percebem os jovens como menos responsáveis, mais consumistas, mais perigosos, mais violentos, menos trabalhadores que os adultos. Os únicos traços positivos que parecem ser mais afeitos aos jovens são a criatividade e o idealismo. Essas opiniões são compartilhadas por jovens e adultos; há apenas uma pequena parcela, maior entre jovens que adultos, que não os vê com tal negatividade. De modo geral, as diferenças de percepção não são agudamente diferentes entre jovens e adultos: há mais partilhamento que diferença, embora sempre uma parcela um pouco maior de jovens veja sua geração com mais simpatia.

6. Cabe reparar que, se a caracterização dos jovens tende a ser amplamente negativa, há uma sensibilidade grande e generalizada com relação às suas necessidades e, o que é mais notável, uma grande simpatia pela maior parte das bandeiras empunhadas pelas mobilizações juvenis.

Na avaliação das questões que afetam os jovens e do que é importante garantir a eles, as opiniões de jovens e adultos tendem a coincidir em grandes linhas; mas há diferenças no peso atribuído a algumas questões, como o grau de desigualdade vivida, assim como na avaliação dos fatores que contam mais hoje em dia para a estruturação das oportunidades e garantia dos direitos.

Estudo e trabalho estão sempre no topo das preocupações e do que deve ser garantido aos jovens, sem muitas distinções geracionais, embora se encontrem distinções segundo as variáveis socioeconômicas e de escolaridade. As respostas dadas no bloco de questões sobre a juventude complementam as observações feitas na análise do perfil. Estas ressaltam a importância do trabalho na vida juvenil e chamam a atenção para a necessidade de rever de que modo as desigualdades e discriminações operam nessa dimensão. Como já assinalamos antes, mais do que as desigualdades existentes entre estar ou não trabalhando, portanto, o que parece cada vez mais importante no caso da juventude é atentar para as condições e qualidade do trabalho que se destina aos jovens, e sobre as possibilidades de conciliação entre trabalho e estudo, essas sim, fortemente afetadas pela condição social. Entre as pistas levantadas por essa pesquisa, está aquela que mostra que a suspensão do mundo do trabalho não é sentida como um direito a garantir aos jovens; ao contrário, entre todas as medidas, o que parece mais importante para a maioria é a ampliação das oportunidades de trabalho para o segmento.

As opiniões entre jovens e adultos divergem mais com relação aos fatores mais importantes para garantir trabalho e para melhorar a qualidade da educação; os jovens tendem atribuir maior importância à experiência que ao diploma universitário, e às indicações de pessoas influentes para conseguir emprego, revelando, talvez, uma experiência pessoal que acusa as falhas no sistema de meritocracia e igualdade de oportunidades. Talvez essa diferença geracional seja a mesma que estrutura uma outra que aponta que, embora os jovens atribuam importância inegável à educação, confiam menos que os adultos na capacidade de resolução de seus problemas pelo fator exclusivo ou primordial das credenciais educativas.

Em relação ao tema das discriminações e desigualdades, os jovens são sempre mais sensíveis e acusam mais a existência de desigualdades e discriminações, tanto as vividas por eles mesmos (como faixa etária), como as outras. Manifestam opinião mais homogênea que os adultos, sendo suas respostas menos sensíveis a diferenças de renda e escolaridade, que é um fator que tende a pesar bastante na percepção da existência de discriminações. É importante lembrar, nesse sentido, que as discriminações mais sentidas são as que dizem respeito à pobreza e sua marcas, seguidas (e muitas vezes combinadas) pelas discriminações de cunho racial ou regional.

7. Os jovens tendem, também, a dar maior importância aos temas que envolvem o atendimento de suas necessidades e o apoio às bandeiras compreendidas como juvenis; apostam, também, um pouco mais que os adultos na necessidade de se engajar para reivindicar os seus direitos: acusam mais que os adultos a identificação do desrespeito aos direitos juvenis; defendem em maior proporção que os adultos a estruturação e melhoria de equipamentos e serviços para a garantia de seus direitos (como a melhoria da infra-estrutura e gestão das escolas, a criação de espaços públicos de cultura e lazer); apóiam mais que os adultos todas as bandeiras e movimentos juvenis e reclamam mais que os adultos a falta de ações governamentais para atender as suas demandas.

Até que ponto esses elementos permitem pensar na existência de uma categoria que experimenta e expressa demandas reconhecidamente juvenis?

8. Contudo, quando passamos à avaliação das políticas para esse segmento, vemos que, se há questões bastante identificadas e desigualdades assinaladas a compor uma série de necessidades afetando a vida juvenil; e se as demandas publicamente expressas pelos jovens ganham um alto grau de legitimidade na opinião pública, a ação pública governamental para o segmento sofre de um baixo grau de reconhecimento e uma avaliação francamente negativa. Constata-se, também, que a noção mesma de políticas públicas de juventude ainda carece de consistência e reconhecimento.

Por um lado, os entrevistados reconhecem, de modo muito amplo, a importância de quase todos os eixos de programas e políticas em debate; por outro conhecem muito pouco os programas reais existentes e demonstram, ao citar programas dirigidos a crianças ou genericamente a famílias, como a singularidade da juventude como categoria de direitos e políticas ainda não é consolidada.

O reconhecimento da existência de necessidades dos jovens a serem atendidas pela ação pública, porém, parece ser muito forte, mesmo que não sejam totalmente claros os marcos e direções em que ela deva se estruturar. Tanto que a dimensão mais crítica em relação ao papel do Estado se faz no sentido de que o governo, apesar de saber quais são as questões dos jovens, não faz nada para resolvê-las.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Helena. (2005). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. e BRANCO, P.P.M (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- ABRAMO, Helena. e BRANCO, Pedro.P.M (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2005.
- ABRAMO, Helena. e VENTURI, Gustavo (2000). *Juventude, política e cultura. Teoria e Debate* número 45. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, jul/ago/set de 2000.
- BARBOSA, R. M.; KOYAMA, M. A. H.; Grupo de Estudos em População, Sexualidade e Aids. Comportamento e práticas sexuais de homens e mulheres, Brasil 1998 e 2005. *Rev. Saúde Pública* v.42 supl.1 São Paulo jun. 2008
- CAMARANO, Ana Amélia (org), 2006. *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).
- CARNEIRO, Maria José (2005). Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. e BRANCO, P.P.M (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- CASTRO, J. e AQUINO, L. (orgs) (2008). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) - Texto para discussão n. 1335. abril de 2008.
- CORROCHANO at al (2008). *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo, Ação Educativa/Instituto ibi, 2008.
- FREITAS, Maria Virgínia. (org) (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo, AçãoEducativa, 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araújo (2005). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. e BRANCO, P.P.M (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2005.

IBASE/POLIS (2005). *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório final, novembro de 2005.

KRISCHKE, Paulo (2005). Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, H. e BRANCO, P.P.M (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2005.

MARGULIS, Mário e URRESTI, M. (1998). *La juventud es mas que uma palabra*. Buenos Ayres, Biblos, 1998.

NOVAES, Regina Reyes (2005). Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, H. e BRANCO, P.P.M (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. e BRANCO, P.P.M (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo, Ação Educativa, 2003.

VENTURI, Gustavo e BOKANY, Vilma (2005). Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: ABRAMO, H. e BRANCO, P.P.M (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2005.

ANEXO I

PROCEDIMENTO PARA CÁLCULO DO CRITÉRIO SOCIOECONÔMICO

1 - No questionário da pesquisa constam apenas 4 perguntas sobre bens existentes no domicílio, utilizadas para construção do critério Brasil. São elas: Tv, Rádio, Banheiro e Empregada mensalista. Há também uma pergunta sobre a instrução do entrevistado que se aproxima da pergunta sobre a instrução do chefe do domicílio utilizada no Critério Brasil. Fizemos então um teste com o ISE 2008, aplicando uma pontuação considerando apenas estas 5 variáveis e fizemos os cortes de classes tentando manter as mesmas proporções do Critério Brasil. Em seguida verificamos se o indivíduo mudou de classe comparando com sua classificação original (critério Brasil). O resultado foi que 73% dos entrevistados mantiveram sua classe.

CLASSE 2008						
CLASSE2	CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D	CLASSE E	Total
A	650	155	0	0	0	805
B	211	3546	912	2	0	4671
C	0	1072	5955	427	0	7454
D	0	0	1446	2288	126	3860
E	0	0	45	363	143	551
Total	861	4773	8358	3080	269	17341

2 - Como a utilização de apenas 5 variáveis mostrou-se satisfatório (73%) o próximo passo foi aplicar a pontuação no banco Juventude considerando apenas estas variáveis e incluindo algumas outras presentes no questionário (Telefone fixo, celular, computador, tipo de moradia, tipo construção e tipo de pavimentação). Tiramos uma correlação entre Renda e estas perguntas para verificar quais realmente são importantes:

	Renda Familiar
Quantos TELEFONE FIXO	0,47
Quantos TELEFONE CELULAR	0,47
Quantos COMPUTADOR	0,53
Quantos TV	0,50
Quantos RADIO	0,38
Quantos BANHEIRO	0,49
Quantos EMPREGADA MENSALISTA	0,33
P1 - Tipo de moradia	0,21
P2 - Tipo de construção	0,17
P3 - Tipo de pavimentação da rua	0,25
Instrução entrevistado	0,49

As perguntas sobre tipo de moradia, tipo de construção e tipo de pavimentação deram correlação baixa com renda e portanto foram retiradas. As perguntas sobre posse de Tel fixo, celular e computador foram incluídas no critério de pontuação.

Critério de pontuação:

Quantidade	1	2	3	4+
Tel fixo	3	4	5	6
Celular	2	3	4	4
Computador	1	2	3	4
TV	1	2	3	4
Radio	1	2	3	4
Banheiro	4	5	6	7
Empregada	3	4	4	4

Instrução do entrevistado igual ao critério Brasil: 0, 1, 2, 4 e 8.

Escolaridade do entrevistado		
Nomenclatura atual	Pontos	Nomenclatura antiga
Analfabeto / até 3ª série Fundamental	0	Analfabeto / Primário incompleto
4ª a 7ª Série Fundamental.	1	Primário completo / Gin. incompleto
Fundamental completo / Médio incompleto	2	Ginasial completo / Col. incompleto
Médio completo / Superior incompleto	4	Colegial completo / Sup. incompleto
Superior completo	8	Superior completo

Não incluímos instrução dos pais pois ela possui boa correlação com instrução do entrevistado. E instrução do entrevistado tem maior correlação com renda.

Para definir os cortes das classes, tentamos manter as mesmas proporções utilizadas no critério Brasil. O resultado foi:

A	3,8%
B	28,1%
C	42,6%
D	22,6%
E	2,8%
Total	100,00%

Aplicando uma correlação entre Renda e pontos temos $R = 0.71$.

ANEXO II

DADOS GERAIS DA MOSTRA

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA MOSTRA DA PESQUISA

JOVENS (18 a 29 anos)	31,3%
ADULTOS (30 anos e mais)	68,7%

FAIXAS ETÁRIAS (em porcentagem)

18 a 24 anos	19,0%
25 a 29 anos	12,3%
30 a 39 anos	21,6%
40 a 49 anos	18,8%
50 a 59 anos	13,3%
60 anos ou mais	15,1%

SEXO (em porcentagem)	TOTAL	JOVENS	ADULTOS
Masculino	47,1	48,9	46,3
Feminino	52,9	51,1	53,7

COR (em porcentagem)	TOTAL	JOVENS	ADULTOS
Branca	42,3	37,5	44,5
Moreno/ Parda	40,3	41,5	39,7
Preta	13,6	16,2	12,4
Asiático/ Oriental/ Amarela	1,8	2,3	1,6
Indígena	1,7	2,1	1,5

SITUAÇÃO MORADIA (em porcentagem)	TOTAL	JOVENS	ADULTOS
Urbano	86,7	85,9	87
Rural	13,3	14,1	13

RELIGIÃO (em porcentagem)	TOTAL	JOVENS	ADULTOS
Católico	65,2	61,8	66,7
Evangélico pentecostal	13,6	11,4	14,6
Protestante ou Evangélica (não pentecostal)	7,1	7,4	7
Espírita (Kardecista, de mesa)	1,9	2,3	1,8
Afrobrasileira (candomblé, umbanda, outros nomes locais)	0,8	0,7	0,8
Adventista	0,4	0,4	0,4
Orientais (Budismo, Islamismo, etc)	0,3	0,2	0,3
Testemunha de Jeová	0,2	0,3	0,2
Judaica	0,1	0,1	0,1
Não tem religião (ateu, agnóstico)	2,5	3,5	2,1
Tem fé, mas não tem uma religião	7	10,9	5,3

ESCOLARIDADE	TOTAL	%	
		JOVENS	ADULTOS
Não sabe ler e escrever (analfabeto)	12,5	2,9	16,8
Sabe ler/escrever, mas não cursou escola	1,4	0,4	1,9
1ª parte do ensino fundamental incompleto (1a até 3a série)	10,2	3,4	13,2
1a parte do ensino fundamental completo (até 4ª série)	18,3	11,4	21,4
2ª parte do ensino fundamental incompleto (5a até 7a série)	11,3	12	11
2ª parte do ensino fundamental completo (até 8a série)	9,8	12	8,8
Ensino médio incompleto (1a e 2a série)	7,8	15,4	4,3
Ensino médio completo (até 3a série/ vestibular)	17,1	27,9	12,2
Superior incompleto	5,7	10,9	3,3
Superior completo	4,9	3,2	5,7
Pós graduação, mestrado, doutorado (completo ou incompleto)	1,1	0,5	1,4

RENDA FAMILIAR	TOTAL	%	
		JOVENS	ADULTOS
Até 160 reais	2	2	1,9
de 160 a 480 reais	21,8	19,6	22,8
de 481 a 800 reais	21,4	22,3	21
de 801 a 1600 reais	30,3	30,4	30,2
1600 reais e mais	20,2	21,4	19,7
Não sabe	2,5	3,5	2,1
Sem resposta	1,9	0,9	2,4